

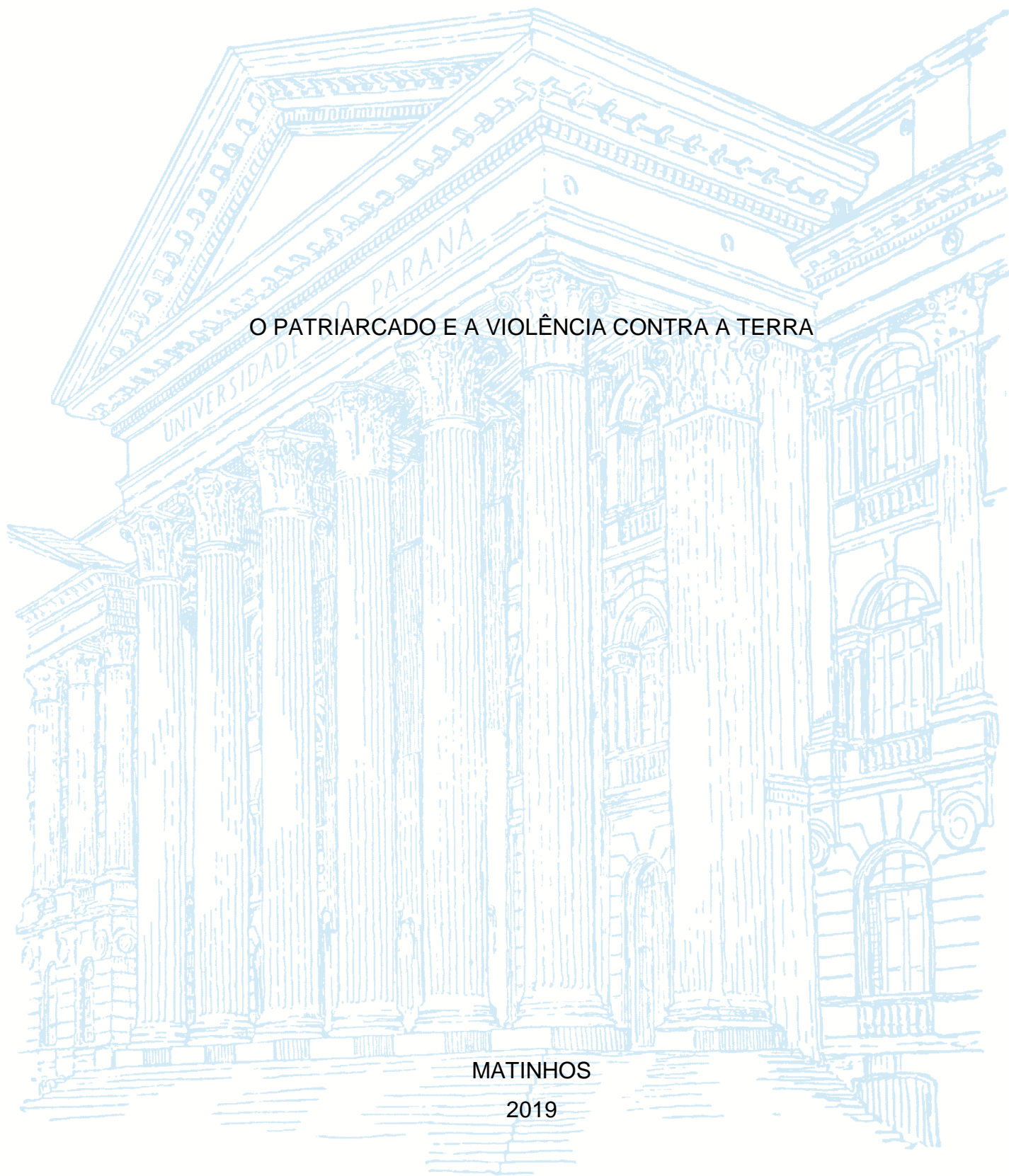
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FLAVIA GABRIELLE KOPROVSKI

O PATRIARCADO E A VIOLÊNCIA CONTRA A TERRA

MATINHOS

2019



FLAVIA GABRIELLE KOPROVSKI

## O PATRIARCADO E A VIOLÊNCIA CONTRA A TERRA

TCC apresentado ao curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão Ambiental.

Orientador(a): Profa. Dra. Liliani Marília Tiepolo

MATINHOS

2019

## RESUMO

A natureza e as mulheres fazem parte de um modo específico de exploração que caminham juntos há séculos e têm como sistema de dominação imposto o patriarcado. O patriarcado é intrínseco à cultura ocidental. A ciência e o paradigma reducionista dominante naturalizam e banalizam a violência contra a mulher e a violência contra a natureza. Estes têm sido os principais meios que tornam possíveis a subordinação da natureza e a opressão das mulheres. Portanto esse estudo não busca somente demonstrar as formas de dominação patriarcal sobre a mulher e a Terra, mas também evidenciar alguns acontecimentos que abrangem a expansão das relações capitalistas, das relações coloniais, da ciência reducionista, bem como demonstrar alguns efeitos perversos dessa forma de ver o mundo, a partir de uma ótica feminina. Por meio de uma perspectiva histórico-crítica, desde a pré-história até os tempos recentes, trago uma discussão sobre os processos históricos vividos pelas mulheres pelos quais as estruturas sociais foram construídas, enquanto indivíduo que está inserido em uma cultura e realidade econômica que molda as relações de acordo com suas transformações.

Palavras-chave: **Mulher. Natureza. Sistema Capitalista. Exploração colonial. Ecofeminismo.**

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>01</b>
1.1	JUSTIFICATIVA.....	02
1.2	OBJETIVOS.....	04
1.2.1	Objetivo geral.....	04
1.2.2	Objetivos específicos.....	04
1.3	METODOLOGIA .....	04
<b>2</b>	<b>APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>06</b>
2.1	AS MULHERES NA HISTÓRIA OCIDENTAL.....	06
2.2	MOVIMENTO FEMINISTA E GÊNERO.....	37
2.3.	SISTEMA CAPITALISTA, CIÊNCIA E IMPACTOS AMBIENTAIS .....	48
2.4.	ECOLOGIA E ECOFEMINISMO.....	71
<b>3</b>	<b>SÍNTESE DE PERPEÇÕES .....</b>	<b>80</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>85</b>
4.1	RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	86
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado de uma preocupação sobre questões emergentes que ameaçam a Terra. Entendo que a destruição ambiental é consequência de uma confusa interpretação da natureza e de uma deterioração da subjetividade humana uma vez que, segundo Morin (2011), o conhecimento opera por seleção e rejeição, do que julga ser significativo ou não, a partir de sua noção de mundo e do que é importante para si. E a partir disso se estabelece uma relação com o modo de produção capitalista.

Os outros elementos da natureza e as mulheres fazem parte de um modo específico de exploração que caminham juntos há séculos e têm como sistema de dominação o patriarcado. Nesse contexto, para Capra (1986) o poder do patriarcado remonta a aproximadamente um período de três mil anos e tem influenciado as noções mais básicas em relação à natureza humana e da nossa relação com o universo, caracterizado por princípios impostos mundialmente que compreendidos vistos como leis naturais.

O patriarcado é intrínseco à cultura ocidental. A ciência moderna o paradigma reducionista naturalizam e negligenciam a violência contra a mulher e a violência contra os outros elementos da natureza há séculos. Têm sido os principais meios que acarretam a subordinação da natureza e a opressão das mulheres. Portanto, esse estudo não busca somente evidenciar formas de dominação patriarcal sobre a mulher e a Terra, mas também evidenciar alguns acontecimentos em torno da expansão das relações capitalistas de produção e da ciência moderna, bem como demonstrar alguns efeitos perversos dessa forma de ver o mundo, a partir de uma ótica feminina.

A partir de uma perspectiva histórico-crítica, desde o período que se denominou pré-história até os tempos recentes, trago uma problemática sobre os processos históricos vividos pelas mulheres a partir e por meio dos quais as estruturas sociais foram construídas, pois os sujeitos estão inseridos em um modo de existência e uma realidade econômica que influenciam as relações de acordo com suas transformações.

De acordo com meus estudos, acredito que não exista um único modo de pensar capaz de dar conta da complexidade do tema que aqui será abordado. No entanto, para a contextualização histórica usarei o método materialista histórico e

dialético como referencial teórico. Como se trata de um estudo sobre mulheres, trago também uma breve discussão sobre gênero e movimento feminista. Posteriormente, fizemos alguns questionamentos sobre o papel da ciência moderna e do sistema capitalista com a demonstração de alguns impactos ecológicos negativos e, por fim uma proposta de caminho para uma mudança de mentalidade através da ecologia humana, ecologia profunda e ecofeminismo.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

O ser humano vem transformando o meio em que vive desde a sua existência. Entretanto, essas modificações passaram por diversas reconfigurações, de acordo com os modos de produção, as necessidades e as atividades econômicas vigentes em cada época e região.

De acordo com Marx (1968) o modo como o ser humano transforma a si mesmo, ao próximo e especialmente o meio compartilhado, se acentua de acordo com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas exigências de mercado, em um ciclo contínuo de exploração a fim de sanar necessidades inventadas pelo próprio capital (ANDERY, 1996).

Para Guattari (2001) vivemos um momento no qual a Terra está passando por diversas transformações, por conta dos modos de vida individuais e coletivos humanos, caracterizados por uma relação antagônica e excludente entre ser humano e natureza que expressa um modelo desenfreado de consumo. Assim como a vida em comunidade, a doméstica, conjugal e familiar que estão permeadas por comportamentos destrutivos marcados pela padronização das atitudes e pela indiferença.

A violência generalizada contra as mulheres é uma das consequências mais sérias dessas transformações sociais e um exemplo das relações tóxicas características das sociedades modernas, conservadoras e inflexíveis, são as demonstrações da desigualdade nas relações sociais, que se constituíram na subjetividade humana assim como realidade concreta. E dessa forma vêm alterando a vida e a saúde de milhares de mulheres e crianças em todo o mundo, principalmente nos países colonizados como o Brasil, o qual é referência quando se fala em violência de gênero.

A conduta masculina em relação à sexualidade, por muito tempo, fora compreendida como algo da sua natureza biológica, como se a dominação e a violência fossem instintivas e fizessem parte da essência masculina a ser suportada pelas mulheres, levando a violência sexual conjugal muitas vezes a ser tratada com normalidade. A violência contra a mulher é um fenômeno complexo baseado nas relações de poder, resultado de uma série de agenciamentos e assimetrias socioculturais de uma sociedade que está doente, e as suas consequências retornam para essa mesma sociedade e para o todo, deixando a Terra cada vez menos saudável.

A história do mundo é marcada pela “[...] invisibilidade das mulheres em uma história escrita por homens” (DINIZ, 2006, p. 01). Existe uma escassez de informações oficiais desse tema, e no que toca a ligação entre mulher, natureza e espiritualidade, assim como debates e estudos aprofundados acerca do assunto. O movimento feminista vem se apresentando como uma das mais relevantes manifestações sociais de potencial transformador ao longo das últimas décadas, no que se refere aos direitos das mulheres, na sua inserção no mundo do trabalho, na luta pelo fim dos diversos tipos de preconceito e injustiça social, no combate a violência doméstica e sexual, e especialmente na tentativa de romper com o paradigma dominante da sociedade machista e moralista em que vivemos.

Portanto, a partir de uma perspectiva feminista e ecológica, é necessário reflexões a respeito das desigualdades de gênero na família, no trabalho, na política, nos movimentos sociais e em quaisquer ambientes. Também se faz necessário, reflexões sobre as consequências ecológicas inerentes às atividades capitalistas, assim como problematizar esse sistema como provedor de impactos negativos à saúde da Terra, na vida das mulheres e de todos os seres vivos.

O afastamento do ser humano do que é natural e selvagem, assim como a percepção capitalista da natureza, estimularam e são expressão do desejo de explorar a Terra e o corpo da mulher em dimensões sistêmicas devastadoras. Nesse sentido que a ecologia profunda e o ecofeminismo têm potencial de transformar a subjetividade humana em uma consciência que se afaste dessas ideias fragmentadas, sexistas e especistas. Que conecte o emocional ao racional, que tenha o simples desejo de cuidar, respeitar e amar todas as formas de vida, assim como se sentir como mais uma espécie nessa totalidade que é a natureza e enxergá-la como uma expansão de si mesmo.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Com esse estudo pretendemos oferecer reflexões sobre as transformações das relações de gênero ao longo da história e da geografia assim como evidenciar algumas consequências ecológicas inerentes às atividades capitalistas por meio de uma revisão de literatura sobre o tema.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Evidenciar as desigualdades de gênero nas relações sociais ocidentais ao longo da história e dos lugares;
- Mostrar de que forma a ciência moderna e o sistema capitalista se tornaram instrumentos de subordinação dos vários elementos da natureza e opressão das mulheres;
- Oferecer reflexões e apontamentos sobre a expansão das relações capitalistas, da ciência moderna e suas consequências ecológicas.

## 1.3 METODOLOGIA

A fim de atender aos objetivos da pesquisa, a escolha metodológica utilizada neste estudo se baseia na revisão bibliográfica que, para Gil (2008) é uma pesquisa desenvolvida por meio de estudos já realizados.

Na tentativa de elucidar de maneira coerente a história e os processos vividos pelas mulheres, natureza e outros seres, a base filosófica utilizada neste estudo foi o materialismo dialético, pois de acordo com Triviños (1987, p. 51) “[...] é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens [e mulheres], no desenvolvimento da humanidade”. Para o autor, esse método representou uma transformação importante na interpretação dos fenômenos sociais.

A partir do materialismo dialético, irei investigar a história das mulheres, as relações de dominação para com elas e os outros elementos da natureza, bem como as tentativas de dominação impostas pelo capital.



Através do conhecimento teórico tal investigação tem o intuito de aproximar o leitor do dinamismo da existência e possível realidade dos atores. Por essa perspectiva, segundo Marx:

Só depois de concluído este trabalho [de investigação] é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada. (MARX, 1968, p.16, apud NETTO, 2011, p. 26).

Por esse viés, o recorte territorial da pesquisa será o pensamento produzido no ocidente do planeta Terra, especialmente Europa e a América Latina, com atenção para o Brasil, dado que alguns dos temas abordados serão a mentalidade e a modernidade impostas pela colonização europeia no Brasil.

O universo temporal utilizado tem início no que se denominou preconceituosamente de pré-história e completa-se nos tempos recentes, a fim de obter-se uma outra visão sobre processos já registrados.

## 2 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

### 2.1 AS MULHERES NA HISTÓRIA OCIDENTAL

A história que a maioria das pessoas conhece, fora estudada por uma grande variedade de cientistas de épocas, territórios e culturas distintas. Áreas como a geologia e a paleontologia foram praticadas quase que unicamente por homens. Sendo assim a nossa história, o relato da transformação humana, fora contada por eles, na qual as mulheres não tiveram participação significativa (ADOVASIO; SOFFER; PAGE, 2009).

Os estudos acerca das atribuições das mulheres na pré-história ao re-escrever e ao re-contar a história, pretendem construir outras historiografias do passado a partir de uma perspectiva antes ocultada e não documentada na história oficial: a perspectiva feminina (DINIZ, 2006).

Nesse sentido, olhar para a história é fundamental para conhecermos e entendermos a nós mesmos, pois somos frutos de processos históricos e de relações com a natureza. Compreender a realidade e a origem dos fatos é observar desde as marcas mais obscuras, até os retrocessos e transformações das culturas dos povos. Sobre a linha do horizonte histórico, “[...] com uma consciência maior do nosso passado e uma visão mais clara das decisões tomadas há muito tempo, decisões que muitas vezes ainda nos controlam”, é possível distinguir e escolher para onde não seguir (MUMFORD, 1998, p. 10).

A partir da ótica materialista, o funcionamento da sociedade é determinado pela estrutura econômica hegemônica vigente, que dita como serão as relações de produção no interior do território, assim como com o meio. De acordo com Iop (2009) tanto os indivíduos quanto as instituições governamentais têm seu comportamento formatado a partir dos imperativos econômicos presentes. Além das relações de produção, a autora menciona outras que são moldadas de acordo com a essência econômica nas diferentes fases da economia:

A função, a participação, a dominação, a exploração, a subjugação e a opressão, a autonomia, emancipação e a liberdade de homens e mulheres no decorrer da história são facilmente compreendidos se houver a contextualização do modelo econômico predominante em cada época. (IOP, 2009, p. 232).

Sendo assim, a condição da mulher perante o coletivo foi reorganizada e reposicionada a partir do seu papel na agricultura enquanto atividade econômica e política em diferentes lugares e épocas.

No período paleolítico no que se convencionou denominar pré-história, aproximadamente 13.000 a.C., de acordo com Garcia (2012), as mulheres exerciam atividades na coleta de frutas, raízes, folhas, grãos, insetos e caçavam pequenos animais, bem como promoviam jogos, rituais, arte, narrativas, lendas e mitos. As mulheres nessa época possuíam a mesma condição de um homem e detinham a responsabilidade da alimentação do grupo. Existem indícios de que elas também foram encarregadas pelo bipedalismo da espécie. Para a autora, os povos do paleolítico tinham uma relação de confiança na capacidade da natureza em prover alimentos para todos.

Para Mumford (1998), há cerca de doze mil anos, no período mesolítico, da região da Índia até o Mar Báltico, iniciou-se o agrupamento de forma organizada e o plantio de sementes de gramíneas e a domesticação de outras sementes como as abóboras e os feijões, assim como a utilização de animais em rebanhos, como bois e os carneiros. Essa transformação foi chamada de revolução agrícola que se estendeu e foi ganhando forças até o neolítico.

Segundo d'Eaubonne (1977) no Mesolítico, as mulheres eram relegadas a atividades de importância reduzida, e simbolizavam perigo para os homens por conta dos mistérios obscuros do seu sangue menstrual, da menopausa, gestação e parto. Em meio a esta intersecção temporal, no XI milênio, estabelece a autora, na Europa, Oriente e África, em datas variadas, as mulheres compartilham com sua espécie os conhecimentos descobertos acerca da distinção entre as plantas medicinais e o estímulo que provoca a sua germinação.

Essa forma da comunidade organizar as atividades atribui à mulher papel de destaque, uma vez que a alimentação do grupo estava sob seus cuidados e logo, as formas de tratamento e cura de enfermidades por meio das plantas também passam a fazer parte de suas atribuições junto à comunidade. Contudo, as mulheres desenvolveram ligações profundas com a terra e com seus ciclos naturais, bem como os conhecimentos sobre seus corpos e sobre a natureza, sendo que agora era necessária mais sensibilidade do que força física no cuidado com a terra.

Em relação à revolução agrícola, Mumford (1998) considera que, possivelmente, esta foi antecedida por uma revolução sexual, na qual a mudança

deu predomínio não ao macho vil, ágil e pronto a matar, e sim à fêmea, atenta aos filhos, preocupando-se e alimentando a comunidade, plantando e cuidando das mudas, antes que a multiplicação das sementes mostrasse alguma possibilidade de expansão da produção de alimentos. O autor afirma que “[...] na antiga sociedade neolítica, a mulher fora suprema: o próprio sexo era uma força. Não constituía mera expressão de fantasia, engrandecida pela luxúria” (MUMFORD, 1998, p. 33).

Garcia (2012) acredita que a introdução da agricultura impulsionou a humanidade em direção à transformação dos modos de existência humanos. Para Mumford (1998) a fase de revolução agrícola exigiu a ocupação permanente de um local, a fim de que se pudesse ficar por período suficiente para que os ciclos naturais se desenvolvessem. A domesticação demandava mudanças como a permanência da residência ou a sedentarização com o estabelecimento de comunidades fixas que possibilitasse o exercício do controle do local e previsão dos acontecimentos que a natureza determinaria. A fixação nas aldeias e o convívio com os animais contribuíram para que a agricultura se perpetuasse através da fertilização natural proporcionada pelo esterco dos animais. Todavia, a poluição dos rios por conta dos esgotos, privadas e excrementos foi um impacto ecológico negativo do período.

No entanto, Mumford (1988) acredita que nesse período as mulheres então passaram a perceber a relação que seu ciclo menstrual e a gestação tinham com as plantas, com a terra e com a lua. Os antigos mitos religiosos confirmam tal entendimento através do encontro de evidências de respeitadas rituais e manifestações femininas, selvagens e destemidas, Kali, a deusa hindu; Tiamat, mãe das águas; na Ásia Menor Deméter, a Mãe das Colheitas; e Cibele, a Grande Mãe, amante e feroz amorosa.

Nesta mesma perspectiva, Tolentino e Oliveira (2015) destacam Pachamama, o termo é formado pelos vocábulos “pacha” que significa universo, mundo, tempo, lugar, e “mama” traduzido como mãe. Para os povos Andinos, (Peru, Equador, Colômbia, Bolívia, Chile e Argentina), Pachamama traz em si o sentido de “tierra grande, diretora y sustentadora de la vida.” Em suma, o planeta Terra é compreendido como um organismo vivo, seja Pachamama para os povos originários da América Latina ou Gaia para os cosmólogos contemporâneos.

Conforme d’Eaubonne (1977) a transição para o período neolítico aconteceu em torno de 5.000 a.C. no Oriente e dez séculos mais tarde na Europa. Mumford (1998) acredita que além de cuidar das hortas, de confeccionar cestos e tachos de

barro, a aldeia também foi criação das mulheres e era nela que elas cuidavam e nutriam os filhos. Para Iop (2009), eram as mulheres que selecionavam as plantas e idealizaram o cruzamento que as transformou em alimentos que enriqueceram a alimentação do grupo. O ambiente estável da aldeia propiciava facilidade para a fecundidade, nutrição e proteção. “Sem esse longo período de desenvolvimento agrícola e doméstico, os excessos de alimento e capacidade de trabalho que tornaram possível a vida urbana não teria existido” (MUMFORD, 1998, p. 19).

De acordo com Feltran (2010) no sistema agrário indígena das Tradições Aratu/Sapucaí, Uru e Pintada no Brasil, nos domínios do Cerrado, no período neolítico, a atividade de semeadura, coleta e horticultura era atribuídas às mulheres. Assim como na cultura dos povos Kaiapó, na qual as mulheres eram responsáveis por preparar a terra, semear e colher os alimentos.

Segundo Mumford (1998) o período neolítico, com participação significativa da mulher, foi uma época marcada pela desenvoltura dos recipientes: utensílios de pedra e cerâmica, de vasos, jarros, tinas, depósitos, celeiros e casas, de extrema importância para o armazenamento e conservação dos alimentos e do excedente da produção agrícola. Também iniciaram construções simples de infraestrutura, como os fossos de irrigação. No entanto, essa contribuição foi frequentemente esquecida pelos estudiosos modernos, que levam mais em conta os processos técnicos entorno das máquinas.

Importante lembrar que sem a facilidade de se guardar coisas nos recipientes, oferecendo isolamento e ordem, as cidades não teriam sido concebidas.

O longo período de invisibilidade feminina não registrada pela história oficial nos limita a compreender mais a respeito das atribuições e das questões que cercavam o universo das mulheres nesse tempo uma vez que, segundo Dauphin et al., (2000, p. 01) “[...] a história das mulheres oscilou entre sistemas muito variados de exclusão, de tolerância e de banalização.” Portanto, é um tanto difícil explicitar os marcos temporais exatos e a que cultura essas mulheres pertenciam.

Para Garcia (2012) existe uma ideia de que em certo momento da história da humanidade teria existido uma ruptura que desviou a humanidade da era matriarcal (Jakob, 1954 apud Garcia, 2012) rumo a sociedade patriarcal (Morgan, 2000 apud Garcia, 2012), com o estabelecimento de uma nova estrutura de poder que afastou as mulheres do poder público e da esfera das decisões.

D'Eaubonne (1977) acredita que essa época na qual as mulheres eram responsáveis pelo provimento dos alimentos e eram valorizadas por sua relação íntima com a terra, enfraquece aproximadamente entre 5.000 e 3.000 a.C. na Europa, África e Oriente, com o desenvolvimento da agricultura pela charrua que marca o poder masculino sobre a técnica. Com a mudança da agricultura, antes apenas de subsistência, para a agricultura intensiva, a força física do homem deixa de ser secundária nas atividades e torna-se necessária para arar a terra assim como para proteger o excedente da produção que aumentava cada vez mais, agora que um dos maiores desejos do homem era acumular.

Garcia (2012) destaca que a agricultura alterou a paisagem, causou a destruição do meio e acarretou na dominação cada vez mais acelerada da natureza.

Mumford (1998) corrobora com a afirmação de d'Eaubonne ao acrescentar que no início das primeiras civilizações, ainda no período neolítico, a contribuição masculina retorna com nova dinâmica caracterizada pelo propósito de amansar e controlar a natureza, de dominar e vencer os animais selvagens. Com domínio de armas e habilidades físicas, passou a exercer um poder predatório sobre outros grupos de pessoas e começou a desempenhar papéis úteis a economia da época: a caça e a proteção das aldeias. Em fábulas os agricultores e caçadores apareciam como figuras heroicas, porém o agricultor apresenta-se em uma personalidade mais protetora do que predatória. Com o passar do tempo, a transformação das atividades de caça, alçou o caçador a cargos políticos de liderança; e as armas não eram mais usadas somente contra os animais, mas também contra a ameaça e domínio de outros homens.

Para Garcia (2012, p. 59):

As relações com a natureza foram completamente alteradas e a vida dos bandos que era em si mesma a extensão da própria natureza, uma relação íntima e profunda passa por uma total reformulação, banindo o modo de existência conhecido durante os primeiros dois milhões de anos da humanidade sobre a terra.

Em relação a textos que documentam a pré-história, importantes na estruturação do imaginário coletivo, Diniz (2006) afirma que em imagens que representavam o cotidiano da época, quando as mulheres raramente apareciam eram colocadas na entrada ou no interior das grutas e cabanas, preparando alimentos, raspando peles, cuidando das crianças ou de idosos.

O lugar do gênero feminino mostra-se bem delineado de acordo com as imagens documentadas e atesta as indicações de d'Eaubonne (1977) e Mumford (1998). Diniz (2006, p. 34) faz uma afirmação acerca das representações masculinas registradas nas imagens:

Os homens produzem cultura, inventam novos artefactos, correm perigos caçando animais selvagens, são artistas que pintam interiores de grutas, abrem campos agrícolas, levam os animais ao campo, inventam a guerra, a metalurgia, constroem casas para vivos e templos para mortos, assumem o poder religioso, político, económico, social, em suma... conduzem a História.

Ainda sobre a conduta masculina, Mumford (1998) destaca que, de forma exaltada, os homens se comportavam como se fossem deuses, com pouca noção das suas limitações e fraquezas humanas, tampouco da essência desequilibrada e violenta, frequentemente projetadas sobre suas divindades.

Para Lerner (2018) foi neste período de transição para a agricultura intensiva do neolítico que começaram a troca de mulheres entre as tribos, a fim de cessar conflitos por meio dos casamentos e também porque acreditavam que com mais mulheres poderiam ter mais crianças nascendo. Ao que parece, aí já se tinham indícios do aparecimento da noção de gerar filhos para herdar as terras dominadas, assim como atribuição da mulher como objeto de troca e mercadoria reprodutiva que poderia servir às negociações masculinas.

De acordo com Mumford (1998) dentre todas as mudanças sociopolíticas que estavam ocorrendo com o aumento demográfico e o avanço das técnicas e da economia, os indivíduos também foram aprimorando e criando novas infraestruturas para os povoados como casas, oratórios, poços, vias públicas, silos e celeiros, bem como formando conselhos e grupos representativos do governo, do direito e da justiça.

Em relação a cultura oral dos povos, segundo Mumford (1998) os anciãos guardavam a sabedoria acumulada da comunidade. O autor destaca também o lado religioso das pessoas da época que, apesar de poder ter santuários de uso comum entre os vizinhos, o exercício da religião delimitava-se ao nível familiar, cada casa possuía seus próprios deuses e o chefe da casa desempenhava funções sacerdotais, o sentimento religioso era reverenciado em cultos aos antepassados.

Na denominada Idade dos Metais, ainda na pré-história, Iop (2009) acredita que com o acúmulo de conhecimentos e o descobrimento de novas técnicas,

gradativamente, houve a substituição da pedra pelos instrumentos de metal. Os povos foram produzindo cada vez mais e, conseqüentemente, modificando seu meio e suas maneiras de se relacionar e de se organizar enquanto grupo.

Para d'Eaubonne (1977) é aproximadamente nessa época que os grupos humanos descobrem que não é nenhuma divindade que fecunda a mulher e sim ele e ainda “[...] a semelhança do macho do seu gado que fecunda a fêmea; e atribui a si próprio imediatamente o papel primordial, o de semeador de um terreno inerte.” Ou seja, o modo de vida pastoril ofereceu ao homem a oportunidade de observar o papel do macho no processo de reprodução e hereditariedade. Para a autora, é entre 4.200 e 2.700 a.C. o período de intersecção entre a cultura de preponderância feminina e os tempos semi patriarcais, caracterizados pela família e pela herança.

Garcia (2012) acredita que a agricultura não teria prosperado sem antes ter-se introduzido o sistema de gênero, uma vez que é a partir dele juntamente com a desvalorização das atribuições e da importância social feminina que a sociedade agrária se desenvolve.

Sendo assim, segundo d'Eaubonne (1977) essas constatações posteriormente culminaram nos dois maiores perigos ecológicos, a superexploração do solo e a superpopulação mundial, advindas da dominação da fertilidade da terra e da fecundidade animal e humana.

Pertinente mencionar que a medida que as sociedades aumentavam e se fortaleciam, tornavam-se cada vez mais dependentes da natureza. Ao que sugere Mumford (1998) as pessoas passaram a desejar prolongar a vida e evitar a morte, os homens buscavam formas de controlar os processos e acontecimentos naturais. A transformação do meio em que se vive é inerente aos processos das civilizações e o intenso aumento populacional cada vez mais demandava a modificação dos espaços. O autor acredita que a alteração do meio é mais notável do que qualquer mudança nas instituições urbanas básicas. Mumford (1998, p. 36) acrescenta que “[...] o solo, o clima, a formação geológica a vegetação, a matriz regional deixaram suas marcas até mesmo na saúde dos habitantes, bem como nas suas atividades econômicas e na sua visão geral da vida”.

Conforme Lerner (2018) as mulheres se tornaram propriedade e recurso assim como a terra se tornou. Aproximadamente em 2.000 a.C. nas comunidades da Mesopotâmia, as filhas dos nobres eram vendidas para o casamento ou para a prostituição para atender as necessidades econômicas de sua família. Para lop



(2009), em casos de adultério, os esposos poderiam matar a esposa, assim como devolvê-las para o pai em caso de não ser mais virgem.

A medida em que os homens tomaram o controle das estruturas sociais, a mulher foi forçada a se afastar da sua natureza, da sua essência primordial, dos saberes e práticas que aprenderam e acumularam ao longo do tempo. Tornaram-se moeda de troca, tratadas como objetos reprodutivos e sexuais postas a serviço dos homens da família.

Segundo Garcia (2012) com o início das cidades, das leis e dos governos, as mulheres foram afastadas do mundo público, do domínio do poder e das decisões, sendo deixadas à sombra dos privilégios sociais. E dessa forma a mulher é convertida em um indivíduo domesticado, servil, oprimido, objeto de cobiça, conquista e caça.

De acordo com Dubby e Perrot (1990), na Antiguidade ocidental, aproximadamente de 800 a.C. a 470 d.C., práticas como o casamento, a procriação e a vida religiosa determinavam e marcavam a vida e o lugar socioeconômico das mulheres.

Nessa época Aristóteles dedica-se a um estudo sobre os animais e faz uma profunda análise sobre os corpos femininos, e observa que a mulher é menos musculosa, tem as articulações menos salientes, das espécies que possuem pêlos e pés, a mulher é a que tem os pêlos mais finos e os menores pés. As fêmeas têm a carne mais mole que a dos machos e as pernas mais finas. No que se refere à voz, na mulher é sempre mais fraca e aguda em todos os animais, exceto a das vacas que é mais grave que dos bois. Sobre os elementos naturais de defesa física, na sua maioria pertencem aos machos, e quando existentes nas fêmeas são menos fortes e desenvolvidos. Além de todas essas características observadas, Aristóteles indica que dentre todos os animais, o maior cérebro pertence ao homem e acredita que o corpo da mulher é inacabado como o corpo de uma criança e está desprovido de sêmen como o de um homem estéril. O filósofo menciona que as mulheres são mais fracas, mais frias e de essência considerada como uma deformidade natural (DUBBY e PERROT, 1990).

A imposição da inferioridade à mulher diante da sociedade e no âmbito familiar, posta em situação de vulnerabilidade financeira, física e mental teve grande conveniência para a preponderância socioeconômica do masculino. Tal

vulnerabilidade garantia a continuidade de sua invisibilidade ambiental, política, social e econômica.

Nesse sentido, em relação ao pensamento misógino que se propagava através de pensamentos filosóficos, religiosos e artísticos, Garcia (2012) acrescenta que na cultura grega, aproximadamente em 445-385 a.C. o comediógrafo Aristófanes em sua peça *Lisístrata*, falava sobre as mulheres: “Não se pode viver com essa peste, nem sem elas!”

No que se refere a sucessão e o poder paternal na Antiguidade, Dubby e Perrot (1990) mencionam que o vínculo jurídico, como vínculo de poder, era só digno dos homens. Um homem podia ter uma descendência mesmo sem ter gerado filhos, apenas com a morte do seu próprio pai. No entanto, as mulheres eram totalmente alheias a essa ordem sucessória, os filhos eram excluídos da sucessão da mãe. Tal ordem existe desde a Lei das XII Tábuas de 450 a.C.

Ainda sobre o poder paternal na Antiguidade, Dubby e Perrot (1990) mostram um exemplo do rigor com que o direito romano da época mantinha viva a linhagem masculina. No caso dos filhos póstumos - aqueles cujo pai biológico morreu antes de nascer - eram proporcionados à mulher grávida uma diversidade de artifícios e alimentos destinados exclusivamente ao bebê a fim de que a dependência se mantivesse mesmo que de forma artificial, dado que tais artifícios e alimentos provinham especialmente do patrimônio do pai falecido até o nascimento da criança. Os casos de esterilidade ou baixa fertilidade feminina eram as causas mais pronunciadas de repúdio contra as mulheres a partir do século III a.C.

Nesse sentido, a sucessão natural foi apropriada pela estrutura jurídica em vigor, foi sobreposta à maternidade e passou a ser aceita e exercida como uma prática social naturalizada pelo povo, uma vez que o poder estava em tal vínculo de direito masculino e exigia a sua continuidade.

Em relação as concepções dentro do matrimônio arcaico da Antiguidade, Dubby e Perrot (1990) afirmam que o marido era juridicamente um pai para a esposa, o chefe da família que detinha o poder sobre a mulher e seus filhos. Ou seja, enquanto a expressão pai remete à condição do homem em plena posse dos seus direitos sociopolíticos, o termo mãe exprime a condição de esposa sob o poder do cônjuge. Garcia (2012, p.30) assinala que “[...] a mulher existe primeiro para a família. Essa função está identificada como uma suposta “natureza feminina” que a impulsionaria a ter o desejo de cuidar, servir e nutrir”.

Pertinente mencionar que com a disseminação do cristianismo, conforme o estudo de Silva e Londero (2016, p. 5) “[...] os cristãos hostilizavam as mulheres caracterizando-as como nefastas e diabólicas, e consideravam a virgindade como grande virtude cristã.” Federici (2017) acrescenta que após o cristianismo ter se tornado a religião estatal no século IV, o clero percebeu o poder que a sexualidade feminina tinha sobre os homens e encarregou-se de sacrificá-lo.

A igreja como instituição religiosa decretava os comportamentos femininos baseados em parâmetros julgados morais e os disseminava como verdade absoluta, ao passo que a burguesia estava de acordo e continuava a reproduzir tais verdades enquanto o Estado legitimava e garantia que tais normas de conduta fossem cumpridas. Em outras palavras, a hierarquização do poder, o domínio do homem sobre a mulher estava estabelecido legal e religiosamente na sociedade.

A Igreja foi uma dessas instituições que sacramentou durante séculos a dominação do homem sobre a mulher. De acordo com Federici (2017) a partir do século XI a Igreja começou a distribuir manuais para seus devotos que serviram como guias sobre sexualidade. Esse instrumento mostra o quanto a Igreja tentou pressionar através de uma doutrinação sexual, dado que prescrevia em detalhes como, quando e com quem o ato sexual deveria ser feito. Diante disso, Silva e Medeiros (2013) entendem que na sociedade medieval ocidental para que as mulheres fossem toleradas, seus corpos deveriam estar sob o domínio masculino, inferiorizados e sob o controle da religião. Se não fossem submissas ao masculino eram vistas como prostitutas e desafiadoras dos princípios morais sociais e religiosos da época.

Em contrapartida, segundo Federici (2017) existiam os grupos hereges da época, nos quais as mulheres eram consideradas iguais aos homens e podiam ter uma vida social livre. Nesse século, foram as mulheres que iniciaram os movimentos hereges na França e na Itália.

Conforme Federici (2017) as mulheres passaram a procurar maneiras de controlar a reprodução, dado que são inúmeras as evidências de aborto e do uso de contraceptivos, chamados de “poções para a esterilidade” ou maleficia (Noonan, 1965, p. 155-61 apud Federici, 2017, p. 84). Nessa época foi criado um significado de imoralidade entorno do sangue menstrual e acreditava-se que ele impedia a germinação e matava as plantas e transmitia raiva aos cachorros (NASCIMENTO, 1997). Com relação ao uso dos contraceptivos, a situação mudou de forma drástica

logo que o poder das mulheres sobre a reprodução passou a ser entendido como um problema à estabilidade socioeconômica da época (FEDERICI, 2017).

Sobre a relação entre mulheres e homens, Saffioti (2013) argumenta que nos burgos da Inglaterra medieval as mulheres casadas podiam envolver-se no comércio e independentemente do esposo, eram encarregadas por suas responsabilidades enquanto pessoa jurídica.

Contudo, no decorrer do tempo a hierarquização do poder do homem sobre a mulher disseminava-se cada vez mais entre as famílias e as instituições sociais da Idade Média a partir de uma nova configuração. Segundo Iop (2019) as relações de gênero que vão se constituindo a partir da formação que os agrupamentos humanos sofrem, no decorrer do processo histórico, algumas mudanças que implicam a materialização de novas relações entre homens e mulheres dentro de um mesmo grupo social. As bases econômicas da sociedade são um dos principais imperativos dessa materialização e manifesta-se na divisão social do trabalho e no comportamento que os indivíduos passam a exercer dentro dos grupos.

Importante mencionar que estes processos não se deram de maneira linear e objetiva, pois os agenciamentos socioculturais que marcaram os períodos históricos possuem inúmeras complexidades e atributos que influenciam direta e indiretamente na sua configuração.

Nesse sentido, as relações estavam tomando outros rumos, em direção a uma estrutura com base na diferenciação de classe, que garantia que além da autoridade do pai e do marido sobre as mulheres, existisse acima a autoridade do dono das terras, que se considerava dono das pessoas e das terras em que elas habitavam, “[...] e tentavam controlar cada aspecto de suas vidas, desde o trabalho até o casamento e a conduta sexual; era o senhor que mandava no trabalho e nas relações sociais das mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 52).

De acordo com Silva (2014) as mulheres da Idade Média passaram a ser controladas pelo poder dos homens e vistas como submissas, dessa forma configurou-se uma subjetividade nas práticas, relações sociais, políticas culturais e nas diferenças entre feminino e masculino. Para Nascimento (1997) a retórica que fundamentava a cultura misógina medieval não vinha apenas dos escritos dos teólogos e filósofos, mas também das crendices que a população alimentava no cotidiano.

Durante anos, diversas especificações vindas da nobreza eram motivos de descontentamento e oposição por parte dos servos, como a cobrança de taxas e impostos em casos de morte e casamento. O conflito entre senhores e servos da Idade Média trouxe inúmeras mudanças socioeconômicas e políticas. Algumas das medidas fixavam normas judiciais e assegurava certa autonomia comercial e na administração da comunidade. Com a nova regra de pagamento pelo arrendamento das terras e pelo trabalho, a servidão praticamente acabou, entretanto funcionou como um meio de divisão social e territorial. No século XIII, no centro da Itália, a nobreza proprietária de terra e os comerciantes patrícios estavam se unindo e operando como uma estrutura única de poder (FEDERICI, 2017).

Silva (2014, p. 06) afirma que esse foi um período de transformações em diversos segmentos socioeconômicos e culturais no ocidente, como “[...] nas atividades agrícolas, no comércio, nas artes, no aparecimento da intelectualidade, no surgimento das universidades, conseqüentemente, no desenvolvimento e avanços da filosofia e literatura.”

Sobre as mudanças que resultaram da luta antifeudal, para aqueles camponeses que já possuíam terras e condições financeiras de pagar mais trabalhadores, as mudanças podem ter sido rumo a independência econômica e pessoal. Do outro lado, estavam os camponeses mais pobres, que acabaram perdendo suas terras no pagamento de dívidas e acabaram por viver às margens da comunidade, resultando em uma intensa segregação social na área rural (FEDERICI, 2017).

A substituição por pagamentos em dinheiro trouxe outras conseqüências negativas como o fortalecimento das diferenciações de classe:

A substituição também possibilitou que os arrendatários, agora livres, empregassem e explorassem outros trabalhadores, de tal maneira que, “em um desenvolvimento posterior”, promoveu “o crescimento independente da propriedade camponesa”, transformando “os antigos possuidores camponeses” em arrendatários capitalistas (MARX, 1909, t. iii, p. 924 apud FEDERICI, 2017, p.62).

Nas áreas rurais, as mulheres também sofreram os impactos negativos dessa monetarização no que se refere ao acesso à propriedade e a renda. Foram excluídas da posse das terras, principalmente as solteiras ou viúvas. Sendo assim, no final do século XIII iniciou-se um processo de êxodo, sendo as mulheres a

maioria dos imigrantes que saíram do campo em direção a cidade (FEDERICI, 2017).

A condição de inferioridade da mulher perante o homem era diariamente fortalecida no âmbito familiar e social, com o apoio do Estado e da Igreja, ao passo que a urbanização e as estruturas governamentais e econômicas se transformavam.

Diante dessa nova configuração, as mulheres viviam em situação de pobreza, trabalhavam como vendedoras ambulantes, fiandeiras, prostitutas, entretanto a vida na cidade proporcionava maior autonomia social, podiam viver sozinhas e até dividir a moradia com outras mulheres. E mais tarde passaram a ocupar novos postos de trabalho antes só exercidos por homens (FEDERICI, 2017).

Por esse viés, Silva (2014) ressalta que as instituições relacionadas a igreja tiveram influência na sociedade medieval no sentido de que contribuiu na construção de uma moral que definia os papéis sociais relacionados ao gênero. Nos discursos religiosos a figura da mulher ora era comparada a Eva, sendo responsável pelo pecado, ora a virgem Maria, estereótipo de santa e de modelo feminino a ser seguido.

Em seu estudo sobre as mulheres na Idade Média ocidental na literatura hagiográfica, escrita dos santos, entorno do século XIII, Silva (2014) apresenta alguns relatos de Varazze (2003) em relação às mulheres e sua representação perante a Igreja Católica, que menciona que as mulheres são frágeis e de fácil manipulação pelo diabo. Federici (2017) afirma que a Igreja defendia e consagrava a violência contra a mulher pelo marido por meio da Lei Canônica.

Em meados do século XIV, não bastava aos inquisidores acusar os hereges de homossexualidade em seus manuais, agora eles também os acusavam de cultuar animais, de praticar rituais em orgias e sacrificar de crianças (Russell, 1972 apud Federici, 2017). Federici (2017) acrescenta que também mencionavam a existência de uma seita de adoradores do diabo e logo o personagem principal da heresia havia se tornado a mulher, até que no início do século XV se transformasse no primeiro alvo da perseguição da Igreja Católica. Dessa forma, Silva e Medeiros (2013, p.15) acreditam que “[...] podemos compreender que a visão que se cria da mulher nesse período é determinada pelo poder patriarcal e cristão.”

Conforme Federici (2017) apesar das represálias, das mortes e perseguições, as crenças hereges continuaram a se difundir pela Europa, adeptos de todas as profissões e camadas sociais, desde os setores mais pobres do clero, camponeses,

os burgueses urbanos e até a membros mais inferiores da nobreza. A partir disso, pode-se afirmar então que a heresia era um fenômeno das classes baixas. A valorização do trabalho agora presente na sociedade feudal urbana refletiu na formação do proletariado urbano, composto pela maioria de assalariados que trabalhavam e eram dominados pelos ricos donos das indústrias de tecido.

As crenças hereges eram manifestações contra culturais da época. Enquanto que o catolicismo era sinônimo de bons costumes, a crença herege era o que se tinha como o absurdo social e religioso.

De acordo com Federici (2017) a peste negra da Europa teve estreita relação com as crises no trabalho e as relações de poder na Idade Média, dado que matou cerca de 40% da população, a mão de obra se tornou escassa e assim transformou a realidade socioeconômica europeia. Sobre a modificação das relações de poder, a autora relata que após tantas mortes, não existia tanto os conflitos por terra que causava a relação de domínio dos burgueses sobre os camponeses, agora que as terras eram abundantes e eles poderiam mudar-se livremente. No final do século XV aldeias inteiras se organizaram e se negaram a pagar as multas e os impostos que eram as principais ferramentas do poder feudal. Em alguns lugares recorreram a importação de escravos, o que só aumentou o conflito de classe.

Conforme a obra de Federici (2017) em meados do século XIV a descriminalização do estupro proporcionou um ambiente misógino carregado de insensibilidade em relação à violência contra a mulher, num cenário de naturalização e institucionalização da prostituição, preparando assim o terreno para a caça às bruxas que estava por vir. Os primeiros julgamentos por bruxaria ocorreram no final desse século, de acordo com Federici (2017, p. 104) “[...] a Inquisição registrou a existência de uma heresia e de uma seita de adoradores do demônio completamente feminina”. A autora relata que a própria Igreja passou a considerar a prostituição uma atividade legítima que poderia prevenir as práticas sexuais das seitas hereges, que podia evitar a sodomia e também era vista como uma forma de proteger a vida familiar.

No que se refere ao papel da Igreja na construção da figura feminina da Idade Média, de acordo com Monteiro (2008) em 1484, a Igreja Católica publicou o livro *Malleus Maleficarum*, mais conhecido como *Martelo das Feiticeiras*. A obra era o *Santo Manual da Inquisição*, na qual as mulheres eram mencionadas como a origem carnal de todo o mal. Ao obedecer a Igreja, os homens praticavam, de forma cruel,

torturas a milhares de mulheres, julgadas como bruxas. Conhecido como a “caça às bruxas”, os procedimentos de perseguição, tortura e morte eram ordenados, financiados, executados e legitimados pela Igreja e pelo Estado. Monteiro faz uma consideração relevante sobre o esquema de tortura:

Para os referidos procedimentos, havia um tribunal eclesiástico do Santo Ofício, que julgava e torturava as mulheres em busca de confissões e, após, era pronunciada a sentença. A mulher que se mostrasse insensível às dores da tortura, era considerada bruxa e seu corpo era dilacerado membro a membro, se não confessasse a menor parcela da verdade buscada pela Igreja”, sendo que, uma vez “obtida a confissão, as bruxas eram estranguladas e, após, queimadas. As que se diziam inocentes, não confessando mesmo após toda a tortura sofrida, eram queimadas vivas. (MONTEIRO, 2008, p. 428-429).

Segundo Mies e Shiva (1993) a caça as bruxas continuou até o período do Iluminismo. No final do século XVIII, surgiu um novo interesse relacionado à mulher, o anseio pelo romântico, a identificação sentimental pela arte e literatura. As mulheres da vida real, fortes e independentes tiveram que ser abolidas violentamente antes que os burgueses pudessem imaginar um novo ideal romantizado de mulher frágil, sensível e dependente do homem protetor e trabalhador.

No que diz respeito a luta antifeudal, Federici (2017) afirma que os trabalhadores foram derrotados porque a nobreza, a burguesia e a Igreja, as quais representavam todas as forças do poder feudal, enfrentaram a revolta proletária de forma unificada por medo de uma rebelião. E após dois séculos de luta, a burguesia urbana finalmente subordinou-se voluntariamente ao poder do Príncipe, dando início ao Estado Absolutista.

Nesse sentido, Nascimento (1997) afirma que dentro deste largo período histórico, sem dúvida a sociedade feudal foi patriarcal e, para muitos escritores, foi uma época em que as mulheres eram obrigadas a deslocar-se exclusivamente em ambientes privados, como a casa do pai, casa do marido ou convento. De acordo com Iop (2009), fundamentados pela propriedade de terras e pelo relacionamento monogâmico, esses foram os primeiros papéis delegados as mulheres na sociedade patriarcal.

Esse fragmento da história mereceu tamanha atenção devido a importância em identificar os processos pelos quais as relações e assimetrias de gênero foram



construídas ao longo do tempo e das mudanças estruturais em um período de transição política e econômica na sociedade em questão.

Nessa direção, em seu estudo Federici (2017) analisa a “transição” do feudalismo para o capitalismo sob a ótica feminina, do corpo e da acumulação primitiva. Para a autora cada um desses termos está ligado a um marco conceitual que cabe como referência para seu estudo, respectivamente: o feminista, o foucaultiano e o marxista. “A acumulação primitiva é o termo usado por Marx no tomo I de O capital com a finalidade de caracterizar o processo político no qual se sustenta o desenvolvimento das relações capitalistas” (FEDERICI, 2017, p. 26). Conforme Federici (2017, p. 26) “[...] sua importância está, especialmente, no fato de Marx tratar a acumulação primitiva como um processo que revela as condições estruturais que tornaram possível a sociedade capitalista”.

No entanto, para além da perspectiva marxista sobre a acumulação primitiva, Federici acrescenta a visão feminina ausente em Marx, mas que tem importância fundamental para a acumulação capitalista, como:

i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores. E, o que é mais importante, coloquei no centro da análise da acumulação primitiva a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII (FEDERICI, 2017, p. 121).

A autora acredita que a perseguição às bruxas foi um ataque contra o corpo. Sustenta que esse fenômeno, tanto na Europa quanto no Novo Mundo, foi tão relevante para a consolidação do capitalismo quanto à colonização e a tomada das terras dos camponeses europeus.

Sobre a relação íntima entre violência e capitalismo, Mies e Shiva fazem uma consideração relevante sobre a apropriação do corpo da mulher e da Terra:

A violência, o poder e a ruptura ecológica estão intimamente associadas, à medida que os processos de vida perdem ‘valor’; a separação desses processos torna-se a fonte da criação de valor e de riqueza - quando a invasão do espaço íntimo (sementes e ventres) passa a ser um novo espaço para a acumulação de capital e uma nova fonte de poder e de controle que destrói a própria fonte de controle (MIES E SHIVA, 1993, p. 50).

Nesse sentido, o maior encadeamento de cercamento e privatização de terras se deu na América, quando no início do século XVII os espanhóis [e os portugueses]

se apropriaram de parte significativa das terras indígenas. Na Europa, tal privatização começou no final do século XV (FEDERICI, 2017). Urban (1998) assinala que um dos primeiros atos dos portugueses no Brasil em 1500, foi o corte de uma árvore, marcando o início da devastação que passou por diferentes ciclos que avançava da costa para o interior do país, como a extração de pau-brasil, o cultivo de cana-de-açúcar, algodão, cacau, café e então a ocupação urbana.

Pádua (2004) discorre sobre o que os europeus encontraram quando chegaram aqui:

Encontraram um conjunto impressionante de mangues, rios, florestas, cerrados, campos e outras estruturas complexas produzidas pela dinâmica da natureza. Encontraram também um mosaico de populações cujos ancestrais conviviam com tais estruturas há mais de 12 mil anos, utilizando-as, modificando-as e representando-as através de uma rica biodiversidade de culturas e formas sociais (PÁDUA, 2004, p. 71-72).

Contudo, a morte veio junto com Colombo para o continente Americano. As estatísticas do colapso populacional americano variam de acordo com a região, porém, segundo David Stannard (1992 apud Federici, 2017) no século posterior a tomada do “novo mundo” a população diminuiu aproximadamente 95%. André Gunder Frank (1978, p. 43 apud Federici, 2017, p. 167) corrobora ao afirmar que “[...] em menos de um século, a população indígena caiu cerca de 90%, chegando a 95% no México, no Peru e em outras regiões”

O principal artifício utilizado pela Europa para solucionar a crise populacional além do tráfico de escravos foi, em tese, submissão das mulheres à reprodução forçada. Enquanto que na América - que teve sua população nativa dizimada em 95% - a resposta à crise foi o tráfico de escravos (FEDERICI, 2017). “Já no século XVI, aproximadamente um milhão de escravos africanos e trabalhadores indígenas estavam produzindo mais-valia para a Espanha na América colonial, com uma taxa de exploração muito mais alta que a dos trabalhadores na Europa” (BLAUT, 1992a, p.45-6 apud FEDERICI, 2017, p. 206).

A cultura sexista e conservadora europeia fora trazida para o Brasil junto com a colonização e então incorporada na mentalidade e nos diversos aspectos da sociedade. Nesse período da história tanto a Europa quanto as Américas passavam por uma fase de declínio populacional visto como um problema para a economia que necessitava ser resolvido.

No Brasil Colônia, aproximadamente no século XVII, desde as leis impostas pelo Estado e pela Igreja, à sentinela dos pais, irmãos, tios, até a pressão das crenças misóginas, tudo convergia para o objetivo de asfixiar a sexualidade feminina (PRIORE, 2006). De acordo com os estudos da autora, nessa época existia uma associação explícita entre as práticas de feitiçaria e a sexualidade feminina, estabelecida na crença que as magias feitas pelas bruxas eram úteis principalmente nas questões afetivas.

Diante do cenário de crise populacional, os governos de alguns países como França e Inglaterra estipularam novas medidas, inspiradas nas já executadas pelo Império Romano com o mesmo objetivo, a fim de se aumentar a natalidade da população que estava em declínio. Foram aprovadas leis que gratificavam o casamento e penalizavam o celibato e, dessa forma, foi colocada nova importância sobre a família, como um investimento no núcleo que poderia assegurar a difusão da propriedade e a multiplicação de uma força de trabalho que movesse o sistema capitalista (FEDERICI, 2017).

Em meados do século XVI, enquanto os primeiros navios retornavam da África lotados de pessoas escravizadas, todos os estados europeus aderiam novas normas de vigilância e inclusive penas severas em casos de contracepção, aborto e infanticídio. Na França as mulheres eram obrigadas a registrar cada gravidez, e se o bebê fosse a óbito antes do batizado elas ganhavam sentença de morte, independente de culpa ou não. Como consequência dessas medidas, grande quantidade de mulheres começou a ser processada e executada por infanticídio nos séculos XVI e XVII (FEDERICI, 2017).

De acordo com Priore (2006) no período colonial no Brasil, o corpo feminino era visto pelos religiosos da Igreja católica e pelos médicos como um local obscuro no qual Deus e o Diabo estavam em conflito. Nesse período, todo o conhecimento médico sobre o corpo da mulher era sobre a reprodução, e ela não era distinguida do homem apenas por sua natureza biológica, mas também por suas características morais, a qual era transmitida em opiniões fortemente misóginas.

De acordo com Iop (2009, p. 233) “[...] dessa forma, as desigualdades de gênero vão sendo consolidadas e reproduzidas pelas relações sociais, políticas, econômicas e estabelecidas juridicamente, nos códigos de leis das sociedades”. Sobre essa questão Federici faz uma afirmação relevante sobre a condição feminina da época:

As mulheres ingressaram nas cortes da Europa pela primeira vez em nome próprio, como legalmente adultas, sob a acusação de serem bruxas e assassinas de crianças. Além disso, a suspeita que recaiu sobre as parteiras nesse período — e que levou à entrada de médicos homens na sala de partos — provinha mais do medo que as autoridades tinham do infanticídio do que de qualquer outra preocupação pela suposta incompetência médica das parteiras. (FEDERICI, 2017, p. 177).

Essas situações, juntamente com a marginalização das parteiras, abriram espaço para um processo de perda do controle sobre a reprodução, e o papel da mulher se tornou passivo, e o médico passou a ser aquele que dava luz à vida (FEDERICI, 2017).

Agora o corpo feminino estava sendo transformado em ferramenta para a expansão da acumulação de capital. Essa transformação estava sendo mediada pelo Estado, pela igreja e pela ciência médica da época. Sobre a dominação do corpo feminino, Federici faz outra consideração relevante:

O resultado destas políticas, que duraram duzentos anos (as mulheres continuavam sendo executadas na Europa por infanticídio no final do século XVIII), foi a escravização das mulheres à procriação. Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista (FEDERICI, 2017, p. 178).

No Brasil colônia a medicina e a Igreja exerceram papéis semelhantes. Além de propagar as ideias que inferiorizavam o corpo feminino, a medicina passou a perseguir as mulheres que tinham conhecimento sobre como cuidar de seu corpo. As práticas e conhecimentos populares acerca da sua ligação com as plantas eram transmitidos oralmente de mãe para filha, e foi essa cultura feminina que passou a ser alvo de repressão por parte da igreja (PRIORE, 2006, p. 79-80):

No quintal, além de colherem ervas para curas e práticas mágicas, as mulheres jogavam as águas com que limpavam as roupas sujas dos menstros e as águas com que banhavam os recém-nascidos ou os mortos, lavados pela primeira ou pela última vez em casa. Além de constituir-se em espaço da economia familiar, lugar do plantio de subsistência, da criação doméstica e da cozinha, o quintal era o território prestigiado da cultura feminina, feita de empirismo, oralidade e memória gestual. Tamanha intimidade com as ervas e as águas permitia às mulheres que exprimissem o seu conhecimento da vida, experimentassem os mistérios da geração vegetal e os relacionamentos com os ciclos lunares.

A invasão portuguesa às terras brasileiras trouxe o legado que manteve a mulher em condição inferior ao homem durante muitos anos: a cultura europeia,

androcêntrica, sexista e conservadora. A economia colonial trazida da Europa tinha sua sustentação na mão de obra escrava, na dominação da mulher e na exploração da terra e dos animais. E essas concepções passaram a fazer parte da realidade do Brasil desde então.

Em síntese, cuidar da casa, do marido e dos filhos eram as tarefas das mulheres brancas do Brasil colonial (RIBEIRO, 2000), enquanto que a situação das mulheres pobres, na maioria das vezes solteiras, era muito mais difícil pois precisavam trabalhar fora e se sustentar; e quando tinham filhos precisavam deixá-los com vizinhos e parentes, para poder trabalhar e tentar sair da miséria (MENDONÇA e RIBEIRO, 2010). Segundo esses autores, as mulheres escravas mantinham atividades produtivas, eram usadas como objeto sexual e como amas de leite. As mulheres quilombolas viviam em comunidades com tradições africanas ativas e desempenhavam diferentes funções no interior do quilombo.

Os afro-descendentes, transportados por meio da escravidão, trouxeram para o Brasil uma infinidade de costumes e crenças que envolvem desde a alimentação natural, espiritualidade e rituais, até as práticas tradicionais de tratamento e cura de enfermidades.

De acordo com Azevedo (2006) uma das divindades espirituais fundamentais nos cultos de origem africana é a *iyàmi*, seu símbolo foi trazido pelos descendentes da África ocidental originária da Nigéria. É a representação coletiva das entidades genitoras ancestrais femininas, matriz da qual sucede todo o mundo material, força feminina do cosmo. Em relação ao culto, nas palavras de Lourdes Oia entrevistada por Azevedo “[...] a gente cultua a mãe que nos deu a vida, que nos deu a chance da nossa existência, ou seja, de cumprir o nosso ciclo dentro de todas as faixas de vida de reencarnação”.

A partir desse trecho, pode-se perceber a relação íntima que os povos originários africanos tinham com a espiritualidade e a natureza, a noção do planeta como uma totalidade complexa e sistêmica. No entanto, com toda a violência dos colonos da época era difícil manter vivas as suas tradições ancestrais. A mesma devoção ao feminino pode ser observada na cultura ancestral andina, onde ainda hoje se cultua Pachamama.

Federici (2017) destaca que esse período de desenvolvimento capitalista foi marcado pelo tráfico de escravos, pela caça às bruxas, pelas marcações a fogo, os açoites e o encarceramento de mendigos. Momento no qual a violência foi a força

motriz. Pertinente mencionar a afirmação de Marx no tomo I de O Capital que Federici traz: “A violência [...] é ela mesma uma potência econômica” (MARX, 2006, p. 940 apud FEDERICI, 2017, p. 121).

Num conjunto movediço de realidades, a liberdade da mulher é reduzida, dentro de uma sociedade conservadora e rígida que a submete ao controle reprodutivo e sexual, na qual era possível explorá-la e matá-la legalmente.

Como Federici (2017) analisou a acumulação primitiva a partir do conceito de Marx, após expor o seu ponto de vista feminino, a autora faz um comentário pertinente a este estudo:

Esse aspecto da acumulação primitiva está ausente na análise de Marx. Com exceção de seus comentários no Manifesto Comunista acerca do uso das mulheres na família burguesa — como produtoras de herdeiros que garantiam a transmissão da propriedade familiar —, Marx nunca reconheceu que a procriação poderia se tornar um terreno de exploração e, pela mesma razão, um terreno de resistência. Ele nunca imaginou que as mulheres pudessem se recusar a reproduzir ou que esta recusa pudesse se transformar em parte da luta de classes. (FEDERICI, 2017, p. 179).

A apropriação da reprodução feminina exercida pelo Estado causou impactos tanto na vida das mulheres, quanto na nova estrutura capitalista de trabalho que estava sendo reconfigurada, com a “produção” de mais mão de obra para as fábricas.

Sobre as divisões de classe, Saffioti (2013) argumenta que tal estrutura é extremamente restritiva das potencialidades humanas.

De acordo com Lerner (2018) a escravização das mulheres, o machismo e o racismo precederam a opressão e a formação de classes sociais. A autora faz uma consideração relevante sobre a escravidão de mulheres e homens:

Desde o início da escravidão, a dominância de classe tomou formas diferentes entre homens e mulheres: homens eram primariamente explorados como trabalhadores, mulheres foram sempre exploradas como trabalhadoras, como provedoras de serviços sexuais e como reprodutoras. Os registros históricos de todas as sociedades escravizadas oferecem evidência para essa generalização. A exploração sexual das mulheres de classes mais baixas por homens das classes mais altas pode ser mostrada na Antiguidade, no feudalismo, nas casas burguesas dos séculos 19 e 20 na Europa, na complexa relação entre sexo e raça entre mulheres de países colonizados e os homens colonizadores (LERNER, 2018, p. 04-05).

Nessa época, as mulheres também estavam perdendo espaço no mundo do trabalho ao esbarrar em dificuldades para conseguir qualquer tipo de emprego. Em contrapartida, ganhava conveniência a convicção de que elas não deveriam

trabalhar fora de casa, e sim dedicar-se nas atividades domésticas a serviço do marido. Logo, todo trabalho feminino era considerado trabalho doméstico, era desvalorizado e pagava-se pouco por ele e obviamente muito menos do que um trabalho masculino. Como consequência as mulheres mal conseguiam se sustentar e o casamento passou a ser visto como a carreira mais promissora para uma mulher. “Somada à expropriação das terras, essa perda de poder com relação ao trabalho assalariado levou à massificação da prostituição” (FEDERICI, 2017, p.184).

Para Connell e Pearse (2015) apesar da presença de mulheres, a esfera econômica é culturalmente conhecida como um espaço masculino, ao passo que o ambiente doméstico é compreendido como o universo das mulheres, apesar da presença dos homens.

Diante desses processos de discriminação da mulher junto a desvalorização do seu trabalho no âmbito público, que culminou na sua expulsão forçada do mundo do trabalho e então seu encarceramento ao âmbito doméstico. Um dos impactos dessas relações é a apropriação do trabalho não remunerado da mulher para a acumulação primitiva. Vale lembrar que essa domesticação das mulheres fez parte da construção da imagem da dona-de-casa, que estabelece na família a principal engrenagem de reprodução da força de trabalho rumo à ascensão capitalista.

Nesse sentido, para Federici (2017) a família foi um fundamental instrumento na privatização das relações sociais e, sobretudo, para a solidificação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal, e principalmente como núcleo de ocultamento do trabalho das mulheres.

Nesse período, os trabalhadores assalariados europeus viviam em condições de miséria e as proletárias casadas ou não, exerciam o trabalho doméstico em tempo parcial, já que necessitavam trabalhar fora para complementar a renda da família através da realização de múltiplos serviços. Nesse período essa parte da população passava fome, a alimentação era insuficiente, vivia em condições precárias de moradia e quase inexistência de higiene. Sendo assim, aquela figura da dona casa em período integral ainda não estava presente entre a classe trabalhadora (FEDERICI, 2017).

Visto que durante muitos anos as mulheres foram expostas a intensos processos de degradação enquanto indivíduos, perderam sua autonomia socioeconômica, enquanto a inferioridade física, emocional e intelectual da mulher perante o homem foi solidificada na conjuntura patriarcal.

No Brasil, o século XVII, segundo Furtado (2005), remonta um momento de dificuldades políticas no interior da colônia. Na primeira metade do século a economia açucareira foi interrompida pelas invasões holandesas, trazendo prejuízos. A preocupação em defender seu monopólio açucareiro pode ter fomentado o avanço da ocupação para o norte. No entanto, os solos do Maranhão não tinham tanta fertilidade para a produção de açúcar, mas a maior dificuldade foi a desorganização do mercado local de açúcar, fumo e outros produtos tropicais, o que dificultou aos colonos iniciar um processo de capitalização. Sobre o caráter ambientalmente destruidor da ocupação colonial no Brasil, Pádua (2004) apresenta quatro questões consideradas centrais na constituição de tal característica: a terra farta, as técnicas rudimentares, o braço escravo e a mentalidade de que a terra era feita para ser dominada e explorada e não para ser cuidada e respeitada.

De acordo com Federici (2017,) durante os séculos XVI e XVII as mulheres perderam espaço em todos os âmbitos sociais, consideradas incapazes de cuidarem de si mesmas foram colocadas sob o controle masculino. A feminilidade agora surge como o modelo de esposa ideal: passiva, frágil, dedicada a casa e a família, obediente, dependente emocional e financeiramente do marido.

Saffioti (2013) destaca que as corporações de ofício, mais do que a economia agrária medieval, impediram a introdução ou deixou a mulher em posição subalterna e a conduziu a um processo de marginalização mais avançado. Os escravos tidos como forças de trabalho, as mulheres como parideiras, todos considerados propriedades dos homens, essa exploração se materializou em relações de poder entre proprietário e produtor que propiciou o avanço dos antagonismos de classe (IOP, 2009).

Furtado (2005) evidencia que durante a economia açucareira no Brasil colônia, a venda de indígenas para a escravidão foi a atividade que permitiu as colônias do sul sobreviverem.

Sem o tráfico de pessoas e a exploração da biodiversidade das colônias durante tantos anos, as cidades da Europa não poderiam ter esse modo de produção e as riquezas que conseguiram acumular. Portanto, é necessário destacar a importância que a escravidão teve na história do capitalismo uma vez que esse sistema prosperou através da violência, por meio da escravidão e colonização dos trabalhadores rurais, assalariados, indígenas e mulheres. Pádua (2004, p. 72) afirma que as colônias exploradas nas diversas regiões da Terra são marcadas “[...] pela



exploração brutal e imediatista dos seus recursos naturais, sofrendo intensos processos de devastação”.

Também é relevante mencionar que o mesmo vale para o trabalho doméstico - como aquele que produz a força de trabalho - e a exploração da mulher, sem ela o sistema capitalista jamais teria sua configuração. Entretanto, além de desvalorizar esse trabalho, a sociedade conservadora e patriarcal considera que a esfera social privada (doméstica) é o lugar onde a mulher deve estar. Saffioti (2013) acrescenta que em todas as regiões e momentos históricos as mulheres têm contribuído tanto para o sustento de sua família quanto para a riqueza social.

A partir dos estudos de Marx, Gayle Rubin (1993) discorre sobre a economia política do sexo e faz uma análise sobre a relação entre o trabalho doméstico e a reprodução da força de trabalho. Nas palavras de Marx (1988a, p. 137) “[...] para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência”. Dado isso, ao determinar o que é necessário para produzir tal força com base na quantidade de mercadorias como comida, roupas, habitação e combustível que seriam necessários para manter a saúde, a vida e a força de um trabalhador. Contudo, essas coisas demandam um trabalho precedente, pois precisam ser transformadas, a comida deve ser cozinhada, a roupa lavada, as camas cuidadas e a lenha cortada. Rubin (1993) argumenta ainda que dado que o trabalho doméstico não é remunerado, o mesmo contribui para a soma final da mais-valia.

Vale complementar que a desvalorização e o encobrimento do trabalho doméstico feminino como não-trabalho é apenas uma das problemáticas emergentes dessa divisão sexual do trabalho na estrutura capitalista. É preciso ir além dessa dimensão para compreender que, ao analisar tal fenômeno, nota-se que existe uma marginalização do indivíduo mulher também em relação aos espaços públicos. Em outras palavras, a mulher é colocada em situação periférica, longe do centro das interconexões sociais e econômicas enquanto é usada dentro do espaço do lar para atender às necessidades básicas da família e do sistema capitalista.

Sobre as relações entre os povos estrangeiros, Federici (2017) observou que em algumas regiões da América as desigualdades entre europeus e africanos aumentaram com o tempo. Entretanto, na América do Sul aconteceu uma espécie de harmonização entre as mulheres europeias de classe baixa, as africanas e as mestiças, baseada nas trocas de conhecimento, visto que elas compartilhavam das mesmas hostilidades e abusos masculinos, “[...] criando com o tempo uma nova

realidade cultural extraída do encontro entre tradições mágicas africanas, europeias e indígenas” (FEDERICI, 2017, p. 219).

O século XVIII no Brasil teve grande importância socioeconômica na história, foi uma época de conquistas e riquezas para a Colônia portuguesa, marcada pela extração de ouro e diamante em Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso, pelas relações comerciais de abastecimento, pelo tráfico de escravos e escoamento da mineração. Nos portos brasileiros os carregamentos de ouro se tornaram a principal moeda que garantiu a soberania da Coroa portuguesa em uma época de disputas entre os Estados nacionais europeus (PRIORE, 2006).

Furtado (2005) explica que a população das colônias empobrecia mais a cada dia, ao passo que os gastos de manutenção aumentavam. A agricultura de produtos tropicais já não estava prosperando como o esperado, e era dividida com colônias francesas e inglesas. E então encontraram a saída socioeconômica na descoberta de metais preciosos e essa nova economia abriu um ciclo migratório europeu completamente novo para a colônia. Pádua (2004) assinala que nessa época o Brasil viveu um momento crescente de destruição ecológica, cujos impactos já eram notados de forma concreta. O autor explica que em cinco anos de exploração, sem haver um intenso processo de avanço de fronteira, em uma região remota, as florestas, na sua maior parte, estavam destruídas e a paisagem totalmente modificada.

Apesar da ascensão socioeconômica, a realidade das mulheres que viviam ao redor das minas era outra e permaneceu oculta ao longo do tempo. Elas vivenciavam um cotidiano de miséria, preconceitos e dificuldades de todos os tipos, estiveram excluídas de qualquer participação administrativa, política ou religiosa. Exerciam funções como empregadas domésticas, cozinheiras, padeiras, costureiras, tecelãs, lavadeiras, doceiras e carregadoras de gamelas de pedras nas minas. Na roça as mulheres tinham participação significativa na criação de gado e aves, no cultivo de alimentos para abastecimento local, produção de queijos, aguardente e pão. Essa participação feminina aumentou a partir da crise da mineração no final do século XVIII e início do XIX. No entanto, com o aumento populacional no entorno das minas intensificou-se a prostituição (PRIORE, 2006). A autora ilustra o local de convívio social das trabalhadoras e dos trabalhadores das minas:

O ambiente em que circulavam as prostitutas e seus clientes era marcado por todo o tipo de trocas. Casas, vendas, senzalas, tavernas, prostíbulos eram locais em que também se bebia, dançava, batucava e festejava [...] Inversamente, momentos de violência ocorreram nesses ambientes frequentados pelas prostitutas e seus clientes, locais de brigas e mortes (PRIORE, 2006, p. 134).

Conforme Furtado (2005) na primeira metade do século XVIII, o estado do Pará se transforma em um polo exportador de produtos florestais como cacau, baunilha, canela, cravo, resinas aromáticas. No entanto, a colheita desses produtos dependia de intenso emprego de mão-de-obra, e os indígenas não estavam dispostos a submeter-se às formas impostas de trabalho. Contudo, os jesuítas encontraram uma solução para a questão, ao tentar enquadrar os indígenas em suas próprias estruturas de sociedade, a fim de induzi-los a trabalhar voluntariamente nas florestas.

Ao mesmo tempo acontecia a destruição por conta da mineração e Pádua (2004) acrescenta que no final do século XVIII, em Minas Gerais, a extração de ouro e diamantes deixou profundas marcas na paisagem e na cultura local. Nesse sentido, Furtado (2005) esclarece que a atividade mineira acontecia longe do litoral do país, em regiões montanhosas, dependia de um complexo sistema de transporte, no qual os animais de carga faziam parte da infraestrutura.

Pádua (2004) afirma que nesse século foram discutidas ideias que se aproximavam do debate ecológico contemporâneo no que se refere à percepção do caráter ambientalmente predatório da economia colonial brasileira, como a perspectiva da Terra como um elemento vivo e integrado, a influência destrutiva da ação humana, o risco de um colapso social advindo da destruição da natureza, assim como a necessidade de encontrar uma maneira não predatória de progresso.

Gilberto Freyre (1977 apud Pádua, 2004) chama a atenção para o que ele denomina de conquista inédita, que foi a criação de uma forma própria de sociedade europeia, mas em uma região tropical inserida em um ambiente adverso e desconhecido para os colonizadores. Segundo Gilberto Freyre a colonização implantou um “[...] estado de guerra entre o homem e a mata” que impediu a evolução “[...] daquele sistema meio misterioso de proteção recíproca entre o homem e a natureza” (FREYRE, 1977 apud PÁDUA, 2004, p. 50).

A destruição ambiental em busca do progresso e a carência do elemento feminino nos espaços públicos, bem como sua marginalização enquanto indivíduo,

marcas do período colonial brasileiro se faz presente durante todo o Império. Entretanto, a exploração da Terra e a dominação dos corpos femininos assumem uma nova configuração.

Connell e Pearse (2015) lembram que no século XIX era explorada por colonos holandeses e britânicos a maior fonte de ouro do mundo na África do Sul. Segundo Priore (2016) no Brasil imperial o país continuava com a mesma sustentação escravagista, no entanto, agora vendia produtos aos ingleses. O comércio entre o centro e o sul aumentavam, os rios facilitavam as transações, a Bacia do Prata, São Francisco e Amazonas promoveram migrações internas.

Pádua (2004) acrescenta que para a elite burguesa era fácil se obter a concessão de novas terras nessa época, o que fomentava a exploração com poucos cuidados, assim como o posterior abandono da terra. Essa facilidade, segundo o autor, também conferia uma ideia de inesgotabilidade dos bens naturais.

Além da ocupação territorial urbana e as atividades agrícolas, com a vinda da família real para o Brasil, a exploração madeireira tinha responsabilidade significativa na destruição das florestas, e o governo imperial estava empenhado em fomentar a exportação das madeiras nobres para a Europa. Em 1870, a agricultura e o extrativismo respondiam pela destruição da mata atlântica da época (URBAN, 1998).

Nessa mesma época, segundo Furtado (2005) o governo vigente passa por uma séria escassez de recursos financeiros e vê sua autoridade diluir-se por todo o território, com um clima de insatisfação pairando pelo país. Sobre essa situação socioeconômica do Brasil colônia, o autor faz uma análise pertinente:

As províncias do norte - Bahia, Pernambuco e Maranhão - atravessam um momento de sérias dificuldades econômicas. Os preços do açúcar caem persistentemente na primeira metade do século e os do algodão ainda mais acentuadamente. Na Bahia e em Pernambuco, e ainda mais no Maranhão, a renda per capita deve haver declinado substancialmente durante esse período. Na região sul do país as dificuldades econômicas se acumularam como reflexo da decadência da economia do ouro, principal mercado para o gado produzido no sul. As inúmeras rebeliões armadas do norte e a prolongada guerra civil do extremo sul são o reflexo desse processo de empobrecimento e dificuldades (FURTADO, 2005, p. 97).

Conforme Furtado (2005), nesse período no Brasil aconteciam movimentos de introdução de um sistema administrativo, a criação do banco nacional, algumas iniciativas governamentais; novas técnicas originadas pela revolução industrial adentravam o país. No entanto, a necessidade de aumento da força de trabalho se

tornara um problema a ser resolvido, dado que o tráfico de africanos já não era mais uma solução, o Brasil necessitava reinserir-se nas transações comerciais, a fim de superar mais um período de decadência econômica no qual o mercado do açúcar e do algodão estavam em declínio, as exportações estavam congeladas, bem como não conseguiam aumentar os impostos das importações. Sobre a destruição das florestas, conforme Pádua (2004, p. 72) “[...] a vontade de explorá-las, da maneira mais agressiva que fosse possível, marcou o nascimento do Brasil como entidade política”.

Urban (1998) explica que a biodiversidade brasileira era fonte inesgotável de recursos para o comércio europeu: madeiras, fibras, óleos, castanhas, sementes, borracha, ervas medicinais, plantas ornamentais; e correspondente a fauna: animais vivos e mortos, suas peles, penas, óleos, cascos e carnes. E também o comércio de humanos: mulheres, homens, indígenas e crianças.

Segundo Furtado (2005) a produção de fumo, couro, arroz e cacau representava pequena parte na economia, portanto, o Brasil necessitava de um produto que utilizasse a terra como matriz, uma vez que esta era o único elemento em abundância no território. “Pela metade do século, entretanto, já se definira a predominância de um produto relativamente novo, cujas características de produção correspondiam exatamente às condições ecológicas do país” (FURTADO, 2011, p. 115).

Nessa época, Saffioti (2013) acredita que predominava uma tradição de submissão da mulher, o que era vantajoso para as empresas capitalistas, já que elas eram mais passíveis de exploração, trazendo a possibilidade de gerar maiores lucros. A autora relata que, como já havia acontecido na Inglaterra, o ingresso em massa de mulheres nas indústrias francesas, no século XIX, envolve a substituição do trabalho masculino pelo trabalho feminino com menores salários. Em resposta, os trabalhadores das indústrias gráficas entravam em greve toda vez que uma mulher era contratada, sem ter noção de que não eram elas as responsáveis pelo desemprego.

Em 1866, a mão de obra feminina na indústria francesa era de 30%. Durante a Primeira Guerra Mundial na França, a fração de mulheres economicamente ativas aumentou para 40% nas indústrias gráficas, 50% nas de papel e papelão, 70% na indústria têxtil e 42% nas de couros e peles. No ramo bélico, antes da Primeira Guerra a proporção feminina era menor que 5%, e então passaram a representar

quase 25% dos trabalhadores assalariados do ramo. Em 1950 essa contagem chegava a 38% na Áustria, 31% na Grã Bretanha, 25% na Itália, 24% na Bélgica, 31,2% nos Estados Unidos, 33% na França (SAFFIOTI, 2013).

Em relação a representatividade da produção nas indústrias brasileiras no final do século XIX, conforme Costa (2005) a força de trabalho empregada pelas mulheres era parte significativa e crescente, chegando a representar a maioria da mão-de-obra aplicada na indústria têxtil. Influenciadas pelas ideias anarquistas e socialistas dos imigrantes espanhóis e italianos, algumas mulheres passaram a aderir às lutas dos movimentos sindicais na busca por melhores condições salariais, de higiene e saúde no trabalho, assim como na tentativa de combater as discriminações e os abusos relacionados ao gênero.

Segundo Iop (2009) o sistema econômico capitalista impõe o exercício do trabalho para se produzir e fortalecê-lo, e então a mulher é inserida na esfera pública, ao executar mais uma função, a de força produtiva para a economia. No entanto, a sua condição inferiorizada ao homem ainda permanece, pois além de ser submetida ao pai ou ao seu esposo através dos abusos cotidianos recorrentes do matrimônio, no âmbito privado, os capatazes das fábricas europeias e os proprietários se reconhecem no direito de abusar sexualmente das trabalhadoras enquanto as exploram por seu labor. “O caráter submisso que há milênios as sociedades vinham moldando nas mulheres facilitava enormemente a elevação do montante de seu trabalho excedente” (SAFFIOTI, 2013, p. 72).

Para Dauphin o que diferencia as relações no público e no privado no século XIX “[...] é a exaltação de um “poder social”, no início, largamente masculino, depois, concedido de modo progressivo e parcial às mulheres, convidadas a não mais se contentar com as doçuras do lar, a sair de suas casas” (DAUPHIN et. al., 2000, p. 18).

Para Mendonça e Ribeiro (2010) durante esse período no Brasil, a sexualidade feminina ganha atenção, agora administrada pelos médicos que tomaram o lugar das parteiras ao longo dos séculos XIX e início do XX. Os médicos usurpam e tomam o conhecimento e o controle dos corpos das mulheres. “A mulher detentora dessa investida se tornará controlada e sua vida regulada pela ciência médica” (MENDONÇA E RIBEIRO, 2010, p. 06).

Priore (2016) acrescenta que com a consolidação do capitalismo no século XIX, a sociedade brasileira passou por várias transformações, agora com uma vida

urbana que possibilitava novas formas de convivência social, a ascensão da burguesia que transmitia sua mentalidade que reorganizou os costumes familiares e domésticos assim como as atividades exercidas pelas mulheres. “Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo” (PRIORE, 2016, p. 187).

No início do século XX, a mulher que sabia ler e tinha um emprego não era bem vista pela população e o que acontecia no seio da família era de total responsabilidade da mulher. Inclusive cabia a ela não deixar que seu marido ficasse entediado em casa e que a harmonia se fizesse viva. Nesse sentido, a mulher torna-se um indivíduo resultado de uma construção social masculina que determinou quais instituições iriam governá-las, como a Igreja, a ciência médica e o Estado (MENDONÇA E RIBEIRO, 2010).

Esse século teve forte ascensão da economia cafeeira no país, estruturada com base no trabalho escravo, e representava a maior parte das exportações. Esse novo ciclo econômico gerou a formação de uma nova classe de empresários formada por homens da região (FURTADO, 2011).

A instauração do capitalismo gera desvantagens para as populações em situação periférica, especialmente para as mulheres. Tal inferiorização social é utilizada pelo sistema capitalista no envolvimento de inúmeras mulheres no trabalho industrial. Eram extraídos o máximo de mais-valia através da intensificação das horas trabalhadas e dos salários mais baixos que os masculinos. Pertinente mencionar que diante desse cenário, as máquinas industriais já estavam também sendo usadas para aumentar a produção das indústrias burguesas, assim como o trabalho feminino e infantil passou a ser mais requisitado para operar as máquinas, já que a força masculina poderia ser utilizada para outros fins (SAFFIOTI, 2013). Nesse século São Paulo já representava o mais importante polo industrial do Brasil, com uma população de 1,3 milhões de habitantes (FRANCO et al, 2012).

No que se refere a uma das condições para o desenvolvimento capitalista para Michel Foucault foi o processo que ele definiu como “disciplinamento do corpo” que, na opinião de Federici (2017, p. 240), “[...] consistia em uma tentativa do Estado e da Igreja de transformar as potencialidades dos indivíduos em força de trabalho.”

Como consequência, Tiburi (2018) evidencia que as mulheres vivenciam também a escravidão emocional e psicológica, originadas pela escravidão trabalhista que foi naturalizada pela sociedade.

Além dos impactos negativos do processo de proletarização, sobre a questão do trabalho feminino as desigualdades se fortalecem e se reproduzem nos diferentes aspectos da esfera social; contribuindo assim para a continuação da dominação patriarcal, traduzida por um aglomerado de crenças e costumes conservadores, difícil de ser revertido.

A Revolução Industrial provocou um intenso processo de urbanização. Desabrigou do campo os trabalhadores rurais, destruiu bases de fabricação doméstica e de artesanato independente, ao passo que os transformava em uma massa de trabalhadores assalariados. A mão-de-obra masculina também foi transformada em mercadoria, enquanto formava-se um grupo privilegiado de empresários e o processo de proletarização ascendia (SAFFIOTI, 2013).

As mulheres foram tratadas como recurso natural disponível para o sistema usufruir quando achar necessário. O Estado julga quais os momentos favoráveis e de que forma o uso da massa feminina será mais lucrativo.

Em síntese, a divisão sexual do trabalho “[...] foi, sobretudo, uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que um imenso impulso à acumulação capitalista (FEDERICI, 2017, p. 232). Ao passo que, de acordo com Saffioti (2013) o trabalhador não produz mais para seu sustento, mas produz objetos que independem das suas necessidades enquanto indivíduo.

A crença de que o destino da mulher é o casamento e a procriação conduziu a uma situação que orienta as mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subordinadas, mal remuneradas e sem perspectivas de carreira. Dessa forma, as famílias proletárias assumem a ideologia de que a mulher deve ser exclusivamente dona de casa (SAFFIOTI, 2013).

O afastamento das mulheres da vida pública proporciona maior vulnerabilidade à violência doméstica e a dificuldade em combatê-la. Dentro do termo violência também se encaixa o controle sexual por parte do cônjuge.

Saffioti (2013) afirma que para uma mulher ter um emprego vai além do salário. Significa a participação da vida social e diminuição do sentimento de insegurança. No entanto, é de se questionar o quanto as atividades que exerciam estimulavam as capacidades criativas e traziam à tona o melhor do ser humano, ou o quão essas atividades alimentavam a alma dessas mulheres.

E, é preciso lembrar, a necessidade de trabalhar não deriva tão somente da vontade de sobreviver fisicamente. O desenvolvimento social cria nos seres



humanas outras necessidades cuja satisfação pode ser atingida através dos rendimentos obtidos no desempenho de uma atividade remunerada. É como via de expressão da personalidade humana que o trabalho, não é necessário aos indivíduos (SAFFIOTI, 2013, p. 71).

Dessa forma, o próprio salário, fruto do trabalho, funciona como um motor que mantém o sistema, assim como mantém as pessoas iludidas pelo ciclo de produção e consumo. A instauração de uma sociedade de classes foi uma estratégia extremamente promissora para o funcionamento e consolidação de tal ciclo.

Em decorrência dessa estrutura econômica, o apelo das organizações sindicais como tentativa de usufruir das riquezas que o capitalismo proporcionava acontecia muito mais entre os homens do que entre as mulheres. Dado que a atividade laboral feminina é colocada em uma posição inferior e que também possui pouco tempo para se dedicar às atividades sindicais (SAFFIOTI, 2013).

As maiores proporções de adesão sindical feminina aconteceram na Áustria e na Alemanha antes do período socialista. A representatividade das mulheres sindicalizadas aumentou significativamente no início do século XX nos Estados Unidos. Todavia, a hierarquização dos sexos no interior da família impedia ou dificultava a participação da mulher nos movimentos sindicais e a expulsão da mulher dos empregos aliviava as tensões causadas pelo excesso de mão de obra, deixando imensos coletivos femininos inativos economicamente (SAFFIOTI, 2013).

No desenrolar do tempo e dos processos históricos e, a partir da organização dos coletivos e dos agenciamentos sociais, as relações sociais vão sendo modificadas. E, não de forma linear, esses processos se articularam e conduziram a sociedade a um sistema masculino e dominador que está enraizado na estrutura social hegemônica a qual “[...] conferiu aos homens privilégios, mas os abandonou a uma profunda miséria espiritual” (TIBURI, 2018, p. 12).

## 2.2 MOVIMENTO FEMINISTA E GÊNERO

Em seu estudo sobre história, mulher e gênero, Gomes (2009) menciona algumas mulheres que produziram importantes obras no século XX, como a renomada historiadora sobre as mulheres Michelle Perrot, a escritora inglesa Virginia Woolf e a filósofa Simone de Beauvoir e ressalta algumas informações pertinentes sobre o tema:

Vale notar que essas mulheres, de uma forma mais geral, estavam no bojo das críticas que incidiam sobre uma persistente tradição intelectual, de Aristóteles a Freud, passando pelos historiadores, que enfatizava a dicotomia homem/cultura e mulher/natureza marcada por estereótipos, preconceitos e uma hierarquia de valores. Essa bipolaridade era sustentada pela ideia da “desigualdade” entre os dois sexos, separando e opondo-os: o universo masculino relacionado à cultura, sinônimo de objetivo, de racional e de público, determinava a sua dita “superioridade” em relação ao universo feminino enquadrado à natureza “reveladora” de sua suposta propensão ao emocional, ao subjetivo e ao privado (GOMES, 2009, p. 2).

Desde o século XIX até os anos 60 do século seguinte, existiram inúmeros questionamentos em relação à subordinação das mulheres nas diversas sociedades e em diferentes épocas. A partir desse incômodo inicial, coletivos de mulheres de dentro e fora dos movimentos feministas, indicavam que essa inferiorização não era natural, e sim historicamente construída (SANTANA, 2016). No entanto, para Costa (2005) em vários países latinos como Brasil, Chile, Argentina, México, Peru e Costa Rica as primeiras expressões feministas já aparecem na primeira metade do século XIX.

Dessa forma, segundo Saffioti (2013) no Brasil, as manifestações femininas começam aproximadamente em 1918, com a volta da Dra. Bertha Lutz de Londres, pouco antes da I Guerra Mundial, período em que o feminismo inglês passava por um de seus momentos mais violentos. Chegando ao Brasil, já licenciada em Ciências pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, em 1918, Bertha Lutz torna-se ativista da emancipação da mulher. No ano seguinte, passa a liderar o movimento feminista brasileiro, e representa o Brasil, juntamente com Olga de Paiva Meira, no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho. As principais conquistas aprovadas na Primeira Conferência são o de igualdade salarial, sem distinção de sexo, para o mesmo trabalho; e a obrigação de cada Estado organizar um serviço de fiscalização. Nesse sentido a questão trabalhista para as mulheres foi uma das maiores preocupações do feminismo brasileiro na época.

Costa (2005) explica que o Primeiro Congresso Internacional Feminista aconteceu em 1910 na Argentina, e em 1916 no México ocorre outro Congresso, nos quais o eixo articulador foi a demanda de igualdade jurídica e direito ao voto. Com forte influência das greves operárias em São Paulo no Brasil, em 1918, ocorre a criação da Associação Feminista, de natureza anarquista, e também do Partido Republicano Feminista, pela baiana Leolinda Daltro, com o intuito de movimentar as

mulheres na luta pelo voto. A partir da década de 1920 a luta sufragista cresce em vários países latinos, e o Equador em 1929 torna-se o primeiro país da região a consolidar o voto feminino. No início do ano seguinte, Brasil, Uruguai e Cuba estabelecem o direito ao voto feminino; logo após a Segunda Guerra Mundial Argentina e Chile o fazem; e apenas em 1950 as mulheres do México, Peru e Colômbia conquistam seu direito de votar.

Pertinente lembrar que, como a primeira forma de legislação brasileira, as Ordenações Filipinas estiveram presentes no Brasil até 1916 e nela constava que o homem podia castigar fisicamente sua esposa. E se ela praticasse o adultério, mesmo sem provas, poderia tirar-lhe a vida (NASCIMENTO, 1997).

Na Constituição federal de 1934, tinham descritos os princípios de igualdade, no entanto, ainda não era especificada a igualdade relativa ao sexo. Em relação ao direito ao voto, a Constituição de 1934 dava direito ao voto feminino, porém, naquela época, a maioria da população feminina era analfabeta, e os analfabetos não podiam votar de acordo com a lei. Situação que ainda deixava as mulheres fora da participação política.

Hooks (2018) nos lembra que o feminismo norte americano “[...] nasceu nas ruas”, veio do povo. O movimento começou com os grupos de conscientização (GC) que aconteciam informalmente nas casas das mulheres, e funcionava como uma válvula de escape das opressões sofridas no dia-a-dia. O diálogo era a sustentação desses grupos, juntas analisavam os pensamentos sexistas e pensavam em estratégias a fim de mudar de atitudes e crenças. No começo o pensamento feminista era transmitido boca a boca e por meio de jornais e panfletos simples.

Por esse viés, em toda a América Latina as mulheres se organizaram nas associações de bairros, em associações de combate ao aumento do custo de vida, dentro dos clubes de mães, se mobilizaram por demandas sociais como escolas, hospitais, saneamento básico, transporte, direito a terra e a segurança (COSTA PINHEIRO, 1981 apud COSTA, 2005).

Mies e Shiva (1993) acreditam que o movimento de mulheres teve origem nas ruas, dos grupos de mulheres que eram compostos por donas de casa, estudantes e algumas cientistas sociais; em conjunto, essas mulheres decidiram lutar contra a exploração e a opressão patriarcal.

Em contrapartida, como já mencionado, no Brasil, o movimento feminista teve como primeira ativista uma estudiosa formada pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris.

De acordo com Silva (2014) no campo da história é significativamente marcante a ausência de temáticas relacionadas aos grupos étnicos raciais, camponeses, pessoas comuns e principalmente às mulheres. Mas a partir do final dos anos 60 tornam-se públicas as lutas e reivindicações contra as desigualdades sociais, étnicas, religiosas e sexuais com a organização de movimentos e grupos feministas, de operários, negros, imigrantes, homossexuais e outros marginalizados pelo sistema dominante. Essa diversidade de movimentos passa a denunciar as variadas formas de exploração, dominação e exclusão advindas de um arcabouço socioeconômico elitizado e enraizado na crença de um progresso não acessível para a maioria da população do país (FUNARI; FEITOSA; SILVA, 2003).

Costa (2005) acredita que enquanto movimento social o feminismo é um movimento que surge no contexto das ideias iluministas, das ideias transformadoras da Revolução Francesa e Americana e, no início, propaga-se acerca da demanda por direitos sociais e políticos. Mobilizou mulheres em países da Europa, dos Estados Unidos e mais tarde da América Latina e após um período de desmobilização, o feminismo retorna em 1960 com a afirmação de que o “pessoal é político”, não apenas como sua bandeira de luta, mas como uma crítica aos padrões conceituais do termo político. Nessa época, no que dizia respeito às peculiaridades da política e do poder político, o pensamento liberal tinha como base a dicotomia público-privado. “O conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política” (COSTA, 2005, p. 2). Dessa forma, o feminismo traz à tona o caráter político da opressão masculina, “[...] vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificadas como meramente pessoais” (COSTA, 2005, p. 2).

Ao questionar quanto a outros espaços possíveis de ação para o termo “político”, as questões relacionadas à esfera doméstica poderiam ganhar mais atenção social e maiores possibilidades de mudança a partir da compreensão do lar e da família como instituições políticas e não só particulares.

No entanto, com o golpe militar no Brasil em 1964 e em outros países latinos, tanto o movimento feminista quanto outros movimentos populares perderam

força e sofreram perseguição pelo regime autoritário da época. Entretanto, em 1970 retorna em resistência ao regime militar vigente.

Em relação aos estudos sobre a história das mulheres, Dauphin (2000) acredita que tem seu momento de partida em 1970 com o apoio do movimento feminista, acompanhada da expansão da antropologia, no que se refere às contribuições da história social e dos novos estudos a respeito da memória popular. “Com a influência das reflexões pós-modernista e pós-estruturalista e o reconhecimento da diversidade e heterogeneidade no interior das sociedades, as discussões no seio das epistemologias feministas ganham complexidade.” (FUNARI; FEITOSA; SILVA, 2003, p.3).

Para Costa (2005) a segunda onda do Feminismo na América Latina nasceu nos anos 1970 em consequência da resistência das mulheres aos cenários de ditadura e opressão exercidos pelos governos militares. Sobre isso, a autora retoma Costa (2005) e faz uma afirmação pertinente:

A participação feminina durante o processo de transição do regime autoritário é intensa. “As mulheres encabeçaram os protestos contra a violação dos direitos humanos por parte do regime; as mulheres pobres e da classe operária buscaram soluções criativas para as necessidades comunitárias como resposta ao total descuido governamental em relação aos serviços básicos urbanos e sociais; as mulheres operárias engrossaram as filas do novo movimento sindical brasileiro; as mulheres rurais lutaram pelos seus direitos à terra, aos quais eram continuamente usurpados pelas empresas agroexportadoras, as mulheres afro-brasileiras se uniram ao Movimento Negro Unificado e ajudaram a forjar outras expressões organizadas de um crescente movimento de consciência negra, anti-racista; as lésbicas brasileiras se uniram aos homens homossexuais para iniciar uma luta contra a homofobia; as mulheres jovens e as estudantes universitárias formaram parte dos movimentos estudantis militantes; algumas tomaram as armas contra o regime militar, outras trabalharam em partidos de oposição legalmente conhecidos (ÁLVAREZ, 1994, p. 227 apud COSTA, 2005, p. 18).

Em seu estudo sobre feminismo e o capitalismo, Fraser (2009) faz uma análise histórica sobre a segunda onda do feminismo americano no início de 1970 no cenário do capitalismo organizado pelo Estado. Este período refere-se à formação social hegemônica nos tempos pós-guerra. A filósofa americana acrescenta que o surgimento da segunda onda do feminismo aconteceu ao mesmo tempo em que a transformação do sistema capitalista para o neoliberalismo. Ao contrário da fórmula anterior que propunha “usar a política para domesticar mercados”, a nova proposta era “usar mercados para domesticar a política”. Os países ditos de terceiro mundo foram pressionados a aderir à neoliberalização

através de ameaças pelas dívidas, conforme um esquema forçado de ajuste estrutural, o qual alterou os princípios centrais do desenvolvimento e coagiu os Estados colonizados a abrirem seus mercados e cortar gastos sociais.

Sendo assim, Fraser (2009) estabelece a crítica feminista a partir de quatro focos centrais: economicista, androcentrista, estatista e westfalianista. Aqui será dado destaque apenas para a crítica da segunda onda do feminismo contra o economicismo e o estatismo. O economicismo de acordo com Fraser é caracterizado pela rejeição da situação de injustiça exclusivamente como má distribuição de classes. As feministas foram além do significado de justiça, “[...] reinterpretando como injustiças desigualdades sociais que tinham sido negligenciadas, toleradas ou racionalizadas desde tempos imemoráveis” (FRASER, 2009, p. 18).

De acordo com Costa (2005) a segunda onda do feminismo na América Latina surge sob a influência do feminismo internacional, assim como efeito da modernização que causou maior representatividade das mulheres no mundo do trabalho e no sistema educacional.

Para Fraser (2009) as feministas da segunda onda evidenciaram injustiças em outros lugares como nas famílias, nas tradições culturais, na sociedade civil e no dia-a-dia das pessoas, assim como alargaram o campo de ação do direito ao incluir temas antes particulares como sexualidade, serviço doméstico, reprodução e violência contra mulheres. “Focando não apenas no gênero, mas também na classe, na raça, na sexualidade e na nacionalidade, elas foram precursoras de uma alternativa “interseccionista” que é amplamente aceita hoje.” (FRASER, 2009, p. 18). Pode-se então dizer que as feministas da segunda onda ampliaram a noção de justiça não só nas questões econômicas desiguais, mas também nas hierárquicas e assimétricas do poder político. A autora acrescenta que as causas de subordinação das mulheres são sistêmicas, fundamentada em arranjos sociais profundos construídos de forma androcêntrica e específica ao longo da história; e estruturada por três ordens inter-relacionadas de subordinação: (má) distribuição, (falta de) reconhecimento e (falta de) representação.

Essa análise sobre o movimento feminista é importante no sentido de evidenciar o quanto o feminismo é um movimento para todxs, não apenas para as mulheres, um movimento que pensa nas populações vulneráveis socioeconomicamente e, principalmente, um movimento que busca a transformação

dessas estruturas sociais permeadas pelo androcentrismo e pela desigualdade, bem como busca a descentralização do poder neoliberal.

Na segunda onda do feminismo contra o estatismo, as feministas reprovavam o capitalismo organizado pelo Estado tanto pelos seus processos quanto pelo conteúdo. E então acrescentaram à objeção da organização fordista uma crítica de gênero ao colocar que a cultura das grandes organizações hierarquizadas expressava a masculinidade modernizada das camadas profissionais e gerenciais do sistema. Sendo assim, as integrantes do movimento feminista passaram a se denominar como um movimento contracultural democratizante, anti-hierárquico, participativo e popular (Fraser, 2009).

Segundo Costa (2005), nessa época o movimento feminista brasileiro na tentativa de constituir novos espaços de debate, articulação e reflexão, assim como definir o rumo das lutas, buscou retomar a realização dos encontros que, no início, aconteciam na forma de seminários restritos ou dentro das reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A partir de 1984, as feministas passaram a organizar seus encontros de maneira independente no interior dos coletivos feministas do estado onde se realizaria o evento.

Tiburi (2018, p. 09) acredita que o feminismo “[...] deveria ser sempre pensado de modo analítico, crítico, autocrítico”. A autora destaca que o feminismo libertou as pessoas de serem apenas mulheres ou homens e possibilitou outras expressões de gênero e sexualidade.

O conceito de gênero surgiu diante da necessidade de encontrar elementos comuns às opressões sofridas pelas mulheres, após o uso do termo patriarcado passar a ser alvo de questionamento por algumas feministas frente a uma possível homogeneização do movimento. Logo, o termo gênero facilitou a solução de questões enquanto categoria central nos estudos das mulheres (SANTANA, 2016).

Para algumas pensadoras, gênero é o resultado de uma construção social, a qual a cultura se sobrepõe à natureza biológica, e para outras autoras como a filósofa Judith Butler, o gênero está no campo das relações de poder. Scott (1995) explica que a categoria gênero surgiu em oposição ao determinismo biológico que o termo sexo carrega. Em seu livro, Butler indaga se o gênero é uma construção cultural, como e onde ela ocorre?

Para Simone de Beauvoir “[...] não se nasce mulher, torna-se mulher”. Judith Butler faz uma crítica em relação a essa afirmação quando questiona se essa possível construção cultural pode ser reduzida a uma forma de escolha.

Para Scott (1995) o gênero é uma forma de dizer a respeito das origens exclusivamente culturais das identidades subjetivas das mulheres e dos homens, uma distinção social atribuída a um corpo sexuado.

O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder” (SCOTT, 1995, p. 06).

Ao que sugere Scott, o termo gênero demonstra uma possibilidade de estudo neutro, sem a obrigação de uma discussão ou posicionamento político. No entanto, a meu ver, a análise de gênero também é política, visto que somos seres políticos, inseridos em uma sociedade que funciona através de diversas formas de “política”.

Garcia (2012) acredita que a função do termo é informar sobre as distinções socioculturais entre os sexos. A autora observa que “[...] se a natureza definiu dois sexos biológicos [...], a sociedade atribuiu a esse fato biológico um caráter social com valores, significados e atributos definidos [...]”.

Beauvoir faz uma consideração sobre o papel da sociedade na delegação desses atributos:

[...] a passividade que caracterizará essencialmente a mulher "feminina" é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade. (BEAUVOIR, 1967, p. 20).

Para Moore (2000 apud Garcia, 2012, p. 45) “[...] existem múltiplas feminilidades e masculinidades coexistindo nas múltiplas lógicas discursivas que são acionadas conforme o contexto das expectativas sociais, que desempenharão um comportamento de gênero.” Teresa de Lauretis (1992 apud Garcia, 2012, p. 45) pensa o gênero a partir do “[...] modo como são construídas as subjetividades nos contextos históricos e sociais específicos. O sujeito pós estruturalista é insuficiente para dar conta da diversidade.”

O termo gênero tornou-se popular na teoria feminista. Em sua análise simbólica ganhou espaço na antropologia e entre os anos de 1970 e 1980,



localizava as formas de gênero como culturalmente construídas. No entanto, ocorreu desacordo entre a antropologia e a visão feminista (GARCIA, 2012).

A partir da diversidade de questionamentos e diante da necessidade de unir-se em prol de demandas em comum, foram surgindo diferentes reivindicações e formas de lutas de acordo com a necessidade dos grupos dentro do próprio movimento.

Nesse sentido, segundo Hooks (2018) desde o início o movimento feminista fora polarizado. De um lado, as pensadoras reformistas que estavam prioritariamente envolvidas na igualdade de gênero, na luta por salários e funções iguais e, às vezes, por funções domésticas igualmente distribuídas, que é o feminismo que mais se ouve falar. As pensadoras revolucionárias, dentre elas negras e brancas lésbicas, não queriam apenas mudar a configuração do Estado para que elas tivessem mais direitos, e sim alterar a estrutura do sistema a ponto de acabar com o patriarcado para a sociedade deixar de ser sexista. Hooks (2018) atesta que a forma mais evidente de fragmentação entre as mulheres do movimento era pela classe.

A partir das obras organizadas por Charlotte Bunch e Nancy Myron, Hooks (2018, p. 68) destaca que “classe não era apenas uma questão de dinheiro”, e nas palavras de Rita Mae Brown:

Classe é muito mais do que a definição de Marx para o relacionamento com os meios de produção. A classe envolve seu comportamento, seus pressupostos básicos, como você é ensinada a se comportar, o que você espera de si e dos outros, seu conceito de futuro, como você entende os problemas e os soluciona, como você pensa, sente, age. (BROWN, 1970 apud HOOKS, 2018, p. 68).

Essa análise trazida por Rita Mae Brown é imprescindível a esse estudo pois demonstra como as diferenças de classe possuem consequências muitas vezes invisíveis, uma vez que estão além da questão econômica.

Conforme Tiburi (2018, p. 12) pode-se definir o feminismo “[...] como o desejo por democracia radical voltada à luta por direitos daqueles que padecem sob injustiças que foram armadas sistematicamente pelo patriarcado.” Dentro da definição, a autora inclui como subjugado todos os seres que têm seus corpos medidos por seu valor de uso, uma vez que o capitalismo é uma das conjunturas pelas quais o feminismo nasce.

Para tanto, é imprescindível que a diferença de classe faça parte das discussões centrais do feminismo, visto que é uma das principais consequências que o capitalismo proporcionou para a sociedade, e que continua a manter através de seu esquema de produção e consumo. Hooks (2018) argumenta que enquanto a questão de classe não fosse confrontada pelas mulheres não seria possível emergir uma sororidade fundamentada na política, em que todas as mulheres estariam unidas para afrontar o patriarcado.

Santana (2016) lembra que na década de 1970 nos Estados Unidos surge o feminismo negro estadunidense. Para essas mulheres foi a partir das difíceis experiências pelas quais passavam que elas começaram a questionar sua invisibilidade. Quase todas essas mulheres eram pobres e que por não estarem na universidade não tinham suas histórias e seus problemas manifestados. Portanto, as feministas negras foram fundamentais ao impulsionar a discussão entre raça, gênero e classe nas vivências das mulheres.

Nessa mesma época, o pensamento feminista foi ganhando atenção, e com a criação dos Estudos de Mulheres como disciplina acadêmica, o movimento levou outro rumo. Diversas mulheres que haviam tomado frente da introdução da disciplina nas universidades foram demitidas por não terem doutorado. Grande parte não conseguiu retornar aos estudos e acompanhar o movimento e ficaram desiludidas, sobrecarregadas e revoltadas com a substituição das políticas radicais por reformismo liberal. As reuniões dos grupos de conscientização acabaram, e como a universidade era, e ainda é, um espaço privilegiado de classe, o feminismo foi elitizado. As mulheres brancas de classe média eram maioria, e ganhavam destaque das mídias e aquelas com consciência feminista revolucionária, as homossexuais e da classe trabalhadora perderam visibilidade. Sendo assim, o movimento feminista foi afastado das ruas, e colocado dentro dos muros de instituições educacionais conservadoras e elitizadas, e foi perdendo sua essência (HOOKS, 2018).

Santana (2016) evidencia que desde o século XIX, mulheres dos movimentos feministas desenvolveram críticas ao revelar vivências das mulheres negras em sociedades escravocratas e nos tempos pós escravidão. A autora menciona que a partir dos anos 1970, especialmente em 1980 e 1990 “Angela Davis, Bell Hooks, Audre Lorde e Patricia Hill Collins contribuíram para aprofundar a análise e a compreensão da marginalização social, econômica e política das mulheres negras nos EUA” (BARBOSA, 2010 apud SANTANA, 2016, p. 38).

No início do movimento feminista os problemas mais apresentados eram em torno da libertação sexual e reprodutiva. Quando a revolução sexual estava no seu clímax, a questão da gravidez indesejada era aclamada, dado que os abortos ilegais e os casamentos forçados eram algumas das consequências que uma gravidez indesejada trazia naquela época. E então ficou evidente que não poderia existir a libertação sexual verdadeira para as mulheres e homens sem métodos contraceptivos seguros e direito ao aborto legal. Outras problemáticas levantadas giravam em torno da educação sexual básica, controle pré-natal, medicina preventiva, esterilização forçada, cesariana desnecessária (HOOKS, 2018).

Acredito que o feminismo foi uma verdadeira revolução cultural, visto que o movimento desafiou as mais variadas estruturas do sistema capitalista patriarcal contemporâneo. Como o sistema de saúde, a igreja, a mídia sexista e a indústria da moda.

A criação da pílula anticoncepcional abriu caminhos para a libertação sexual da mulher. E o aborto chamou a atenção da mídia por desafiar a ideologia cristã fundamentalista, de que a existência da mulher deveria ser dedicada a gerar filhos (HOOKS, 2018).

Em relação a luta em favor do aborto, importante destacar que a defesa do feminismo é pelo poder de escolha, em ter ou não um filho. Mesmo uma mulher que não escolha fazer um aborto, ela ainda assim pode ser a favor do aborto para que outras mulheres tenham a opção de escolha sobre seus corpos. Hooks (2018, p. 57) destaca que “[...] desafiar o pensamento sexista em relação ao corpo da mulher foi uma das intervenções mais poderosas feitas pelo movimento feminista contemporâneo”.

Costa (2005) menciona que até então no Brasil, não existia sinal de relação entre o movimento feminista e o Estado. Mas nos anos 1980 o crescimento do movimento incitou o interesse por parte dos grupos partidários, que começaram a aderir as demandas feministas em seus programas eleitorais e a criar departamentos de mulheres nas estruturas dos partidos. Mas a eleição de partidos de oposição fizera as feministas repensar seu posicionamento frente o Estado e essa relação institucional gerou polêmica dentro do movimento. Algumas integrantes do movimento enxergavam essa nova relação como uma brecha na luta pela autonomia, visto que o movimento “[...] não podia deixar de reconhecer a capacidade do Estado moderno para influenciar a sociedade como um todo, não só

de forma coercitiva com medidas punitivas” (MOLYNEUX, 2003, p. 68 apud COSTA, 2005, p. 07) e também não poderia deixar de reconhecer “[...] os limites da política feminista no sentido da mudança de mentalidades sem acesso a mecanismos mais amplos de comunicação e tendo de enfrentar a resistência constante de um aparelho patriarcal como o Estado” (COSTA, 2005, p. 07).

Diante disso, a responsabilidade do movimento estava aumentando, dado que:

Caberia, ao feminismo, enquanto movimento social organizado, articulado com outros setores da sociedade brasileira, pressionar, fiscalizar e buscar influenciar esse aparelho, através dos seus diversos organismos, para a definição de metas sociais adequadas aos interesses femininos e o desenvolvimento de políticas sociais que garantissem a equidade de gênero (COSTA, 2005, p. 07).

É importante lembrar que o feminismo sozinho não mudará a realidade, é imprescindível também o envolvimento coletivo a fim de acabar com o preconceito racial, de classe e o colonialismo. Descolonizar as mentes é fundamental nesse processo. E como tal pensamento é resultado de uma construção cultural histórica ele pode ser desconstruído e um outro pode ser construído. Nesse sentido, acredito que outra dimensão deve ser incorporada ao pensar e agir nas causas feministas, a dimensão sistêmica que se dedica às situações em sua totalidade complexa e não a partir de fragmentos isolados da realidade social.

### 2.3 SISTEMA CAPITALISTA, CIÊNCIA E IMPACTOS AMBIENTAIS: AS COLÔNIAS DO HOMEM BRANCO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA SAÚDE DO AMBIENTE

Se hoje estamos diante de uma crise ambiental de caráter filosófico-ecológico, governada pela estrutura de um sistema opressor e excludente, é porque há muito tempo estamos presos a paradigmas que sustentam crenças e teorias cegas e destrutivas. Esta cegueira está relacionada ao uso degradado da razão e principalmente pela forma como compreendemos e nos relacionamos com a natureza.

De acordo com Benincá, Ribeiro e Oliveira (2018) a natureza é a essência do existencial humano e de todos os seres vivos, dessa forma, não se pode compreendê-la de maneira dissociada do ser humano e vice-versa. Embora não exista possibilidade da humanidade existir sozinha, uma vez que ela depende das

inter-relações complexas que tornam a vida possível. No pensamento científico e hegemônico do século XV ao XVII acreditava-se que a natureza e o ser humano eram elementos dissociados um do outro; atualmente, para o sistema capitalista ela é algo ilimitado como um estoque de recursos a proveito do consumo.

Por esse viés, a fim de compreender a complexidade da atual crise civilizatória, é fundamental entendermos que esta possui origem no mundo das ideias, consequência de uma construção histórico-cultural que molda nossa cultura e o modo como fazemos ciência. Dado que ocasiona uma profunda confusão no processo de compreensão do real e, conseqüentemente do todo, que causa impactos diretos no sistema social e econômico, nas relações entre os humanos com outros humanos, nas relações dos humanos para com outras espécies, assim como no meio ambiente que compartilham.

Gonçalves (2006) declara que a separação entre ser humano e natureza é uma forte marca do pensamento ocidental. No entanto nem sempre foi assim, começa com Platão e Aristóteles esse desprezo pelo natural e um certo privilegiamento pelo humano e pela ideia. Em nossa sociedade, a natureza é entendida como aquilo que se opõe à cultura, a exemplo ao chamar de “burro ao aluno ou a pessoa que não entende o que se fala ou ensina; de cachorro ao mau-caráter; de cavalo ao indivíduo mal-educado; de vaca, piranha e veado àquele ou àquela que não fez a opção sexual que se considera correta” (GONÇALVES, 2006, p. 25). E tratar de selvagem aquele ou aquela que está colocado no lado oposto ao da cultura, fora dos costumes considerados civilizados e educados. Dessa forma “a cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza” (GONÇALVES, 2006, p. 25). Existe constantemente uma associação pejorativa em relação a natureza, juntamente com a necessidade de dominá-la de diversas formas, posto que “dominar a natureza é dominar a inconstância, o imprevisível; é dominar o instinto, as pulsões, as paixões” (GONÇALVES, 2006, p. 26).

A partir dessa concepção errônea de natureza construímos a subjetividade de que o ser humano é algo superior, e então gerou-se uma forma complexa de pensar e agir que comanda todas as relações entre os seres humanos, a qual fora introduzida de forma abstrata em nossa cultura, política, valores, relações afetivas, sistemas de governo, econômico; assim como nas relações para com os outros animais e para com a terra. Para Guatarri (2001, p. 07) é “a relação da subjetividade

com sua exterioridade - seja ela social, animal, vegetal, cósmica — que se encontra assim comprometida numa espécie de movimento geral de implosão e infantilização regressiva”.

Sobre essa forma complexa de pensar e agir, Edgar Morin (2011) acredita que estamos diante de uma patologia do saber, ao estarmos vivendo o que ele chama de paradigma da simplificação. Para o autor o termo paradigma refere-se a “princípios ocultos que governam nossa visão das coisas e do mundo sem que tenhamos consciência disso” (MORIN, 2011, p. 10). Esse paradigma ocidental ganhou força por meio dos estudos de Descartes, caracterizado pela separação da ciência e da filosofia. Este paradigma está na raiz do pensamento ocidental desde o século XVII e deu origem aos mais importantes progressos da ciência e da filosofia. No entanto, seus impactos só começaram a aparecer no século XX. A disjunção característica desse modo de pensar, com rara relação entre o conhecimento científico e a reflexão filosófica diminuía as chances da ciência conhecer e refletir sobre si própria.

Assim como tal paradigma fragmentou a ciência da filosofia, também culminou na divisão do mundo e de seus fenômenos complexos em caixas isoladas, dificultando a compreensão da totalidade e a resolução dos problemas advindos da fragmentação.

Gonçalves (2006) evidencia que Descartes evidencia o afastamento entre ser humano e natureza, espírito e matéria, sujeito e objeto, núcleo da mentalidade moderna e contemporânea.

Essa fragmentação do pensamento precisa ser abandonada, pois conforme Capra (1996) quanto mais se estuda sobre os problemas globais da atualidade, mais percebe-se que eles não podem ser compreendidos isoladamente, assim como propõe o paradigma mecanicista de Descartes desde o século XVII. Capra (1986, p. 13) afirma que esses problemas se manifestam de diferentes formas como “[...] taxas elevadas de inflação e desemprego, temos uma crise energética, uma crise de assistência a saúde, poluição e outros desastres ambientais, uma onda crescente de violência e crimes”, no entanto, são apenas ângulos de uma única crise, que é a crise de percepção. Esta foi originada pelo fato de que nós e as instituições sociais concordamos com as ideias de uma perspectiva de mundo retrógrada, uma visão da realidade inapropriada para tratarmos com o nosso mundo superpovoado e globalmente interligado.

Sendo assim, para Vieira (2013, p. 122) “[...] a crise socioecológica global constitui ao mesmo tempo uma crise das nossas representações convencionais – dualistas - da natureza e uma crise das nossas relações com ela”. A partir dessas reflexões, pode-se dizer que a representação convencional que atribuímos a natureza é a de estoque de recursos disponíveis para extração e manutenção da vida humana, então, a crise que se tem com ela surge porque os grupos humanos capitalistas acreditam que a natureza está a serviço deles, e que a sua função é suprir suas necessidades; ou seja, antes de tudo, existe uma crise de percepção acerca da concepção humana de natureza, e desconstruir esse paradigma pode ser o maior desafio da crise; uma vez que para Boff (2009) o antropocentrismo enraizado no inconsciente humano, considera os humanos reis e rainhas do planeta, como se os outros seres vivos estivessem à nossa disposição.

Sobre a relação entre o Estado e a natureza, Gonçalves (2006) faz uma consideração relevante à compreensão dessa teia:

Tem-se como necessário o artifício das leis para evitar que retomemos ao reino animal, tido como lugar dos instintos. O Estado, a lei e a ordem são tomados como necessários para evitar o primado da natureza, onde reina o caos ou, no máximo, a "lei da selva". Na verdade, encontramos-nos diante de um conceito de natureza que justifica a existência do Estado. Este é condição de "civilização" e "primitivos" são os povos que não têm Estado.” (GONÇALVES, 2006, p. 26).

O interesse do Estado brasileiro gira em torno de interesses políticos e econômicos favoráveis às empresas privadas e ao mercado internacional, ao dominar e expropriar os bens comuns naturais para fins meramente econômicos, enquanto que as problemáticas socioambientais aumentam cada vez mais, em nome de um progresso capitalista que não é acessível a todos.

Atualmente o Ministério do Meio Ambiente do Brasil sofre profundo desmonte da sua estrutura por conta de decisões tomadas pelo atual governo. Em entrevista para o G1, Marina Silva, ex-ministra do meio ambiente e ativista ambiental, diz que estamos em uma situação “onde tudo está ameaçado”. Marina discorre sobre os problemas mais graves da atual gestão do país, como a saída do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente para o da Agricultura, a entrega da Agência Nacional de Águas para o Ministério do Desenvolvimento Regional, a extinção da Secretaria Nacional de Mudanças Climáticas, o desmantelamento da Educação Ambiental e também a decisão de rever 334 áreas de proteção ambiental

administradas pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Em relação à última questão mencionada, Marina expõe que dessa forma foi reaberta a possibilidade de grileiros, exploradores ilegais de madeira e garimpeiros invadir as 334 áreas de proteção ambiental gestadas pelo ICMBio, “[...] principalmente aquelas em que a pressão é muito forte e há interesses econômicos para extingui-las” (GLOBO, 2019, p.01)<sup>1</sup>.

Pádua (2004) assinala que essa mentalidade conquistadora em relação à natureza e o interesse pelo avanço tecnológico influenciou profundamente o pensamento iluminista, cujo desejo pelo progresso não inclui qualquer prudência pelos danos da ação humana contra os outros elementos do meio ambiente.

Segundo Mies e Shiva (1993) para os pais da ciência, a dependência humana em relação a natureza privava o direito do “homem” à liberdade, e por isso deveria ser abolida. Para tanto, a racionalidade ocidental baseia-se na superação dessa dependência, na aparente subordinação da natureza aos desejos dos humanos. Esta vertente da ciência moderna, de paradigma reducionista, mecânico ou simplificador (MORIN, 2011) é uma projeção particularmente masculina e ocidental, que teve início no século XV, na chamada Revolução Científica. Este sistema de dominação possui tendências patriarcais que impõe a subordinação do meio ambiente e da mulher. As autoras esclarecem o porquê de denominar como reducionista a ciência moderna:

Eu classifico de reducionista a tradição da revolução científica especial e epistemológica do patriarcado moderno ocidental porque: 1) reduziu a capacidade dos humanos de conhecer a natureza, ao excluir, quer outros conhecedores quer outras maneiras de conhecer; e 2) ao manipulá-la como uma matéria inerte e fragmentada, a capacidade de regeneração e renovação criativa da natureza ficou reduzida. Os pressupostos ontológicos e epistemológicos do reducionismo baseiam-se na uniformidade e supondo que todos os processos básicos são mecânicos. (MIES E SHIVA, 1993, p. 39).

Importante lembrar que o reducionismo também limitou as pessoas a compreenderem a si próprias ao fragmentar e hierarquizar o ser humano e a natureza, como se fossem partes separadas e postas em uma hierarquia mantida através da violência visível e invisível.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <[https://realidadesimulada.com/15-mil-cientistas-assinaram-um-aviso-a-humanidade/?fbclid=IwAR3AmICljQO2dM7zjeTTiH9oYjRSM6FpPTsK\\_5TujD5vY7ahbbzEi4oRpl](https://realidadesimulada.com/15-mil-cientistas-assinaram-um-aviso-a-humanidade/?fbclid=IwAR3AmICljQO2dM7zjeTTiH9oYjRSM6FpPTsK_5TujD5vY7ahbbzEi4oRpl)>.



Segundo Mies e Shiva (1993), para Carolyn Merchant (1983) o princípio epistemológico que, desde Bacon, baseia o método científico é a violência e o poder. Sem romper a totalidade orgânica da Mãe Terra, os cientistas não teriam obtido conhecimento. “A violência e a força são, portanto, princípios metodológicos intrínsecos do conceito moderno de ciência e de conhecimento” (MIES E SHIVA, 1993, p. 65).

As autoras acreditam que foi necessário construir uma ideia de ser humano, na qual sua própria simbiose com a natureza e com a mulher que o trouxe ao mundo teve de ser negada. Após Bacon, essa simbiose entre humanos, mãe natureza e a mãe humana, converteu-se em sinônimo de caminhos de emancipação e libertação. Mies e Shiva (1993) esclarecem que as obras desses homens ameaçam os fundamentos da nossa própria vida, e isso se dá pela união dos seus cérebros com a violência, denominada eufemisticamente de poder.

De acordo com Capra (1986) a perspectiva de mundo mecanicista e essa ciência cartesiano-newtoniana não atendem mais às demandas das sociedades atuais, visto que o planeta possui concepções que são tratadas de formas independentes, quando deveriam ser tratadas em sua totalidade.

Para Morin (2011) o pensamento simplificador é incapaz de compreender a relação do uno e do múltiplo, uma vez que ao anular a diversidade ele unifica de forma abstrata, ou ele sobrepõe a diversidade sem pensar na unidade. E dessa forma alcança a inteligência cega, que desmantela os conjuntos e as totalidades, segrega os objetos do seu meio ambiente e as realidades são dissolvidas enquanto passam por entre as lacunas que separam as disciplinas.

Capra (1986) acredita que as últimas décadas demonstram uma situação de complexa crise mundial, cujos reflexos afetam todos os aspectos da vida, como a saúde, o modo de vida, a qualidade do ambiente e das relações sociais, da economia, da tecnologia e da política; indicando uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais. Importante lembrar que “[...] saúde é um conceito holístico e não somente a ausência de doenças” (OMS, 2014 apud Ceccato, 2015, p. 95). Em outras palavras, a partir de uma perspectiva crítica de saúde, passa-se a considerar saudável ou não, também a relação com o meio e os outros seres vivos, o que afeta a qualidade de vida de todos na Terra.

Morin (2011) afirma que enquanto o conhecimento científico progride em torno dos mundos físico, biológico, sociológico e psicológico, o erro, a cegueira e a

ignorância também crescem. O autor discorre sobre a necessidade de uma radical tomada de consciência: no modo de organização do nosso saber em um sistema de ideias; na ignorância ligada à própria ciência; na cegueira ligada ao uso corrompido da razão; e ao progresso cego e incontrolado do conhecimento que cria ameaças graves à humanidade.

Sobre os problemas da organização do saber em um sistema de ideias, Morin (2011) explica que o paradigma supracitado isolou as três grandes áreas do conhecimento: a biologia, a física e a ciência humana. Os saberes então foram baseados em sua operacionalidade nas medidas e nos cálculos, e cada vez mais a matematização desintegrava as partes e os seres para então apenas considerar como realidade as fórmulas e equações que comandavam suas essências quantificadas.

O progresso cego dessa ciência, segundo Capra (1986) gerou processos de transformação e inovação da tecnologia como a produção de armas e bombas nucleares que causou o maior boom militar da história; a revolução industrial que é responsável pela forma como se produz e transforma a matéria-prima até os dias de hoje é a principal causadora da poluição atmosférica; o modelo energético mundial que funciona à base de combustíveis fósseis, principalmente petróleo e carvão mineral; o êxodo rural que causou diversas consequências a respeito das relações campo-cidade; as inovações da pecuária e da agricultura que estão destruindo as paisagens e a dinâmica natural dos ecossistemas com a introdução de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados; a indústria farmacêutica milionária que é responsável pela venda de remédios que causam dependência física e psíquica. Além desses processos e suas consequências, outro efeito da tecnologia capitalista sobre o meio ambiente se manifesta através da saúde que é ameaçada pelas águas e pelos alimentos que são contaminados por vasta diversidade de produtos químicos tóxicos. A indústria alimentícia produz comida com baixo valor nutricional e excesso de açúcares, gorduras e conservantes químicos causadores de doenças e obesidade.

Nesse sentido Connell e Pearse (2015) corroboram com essa questão ao acrescentar que, desde a Revolução Industrial, os humanos, especialmente aqueles do Norte Global, têm usado combustíveis fósseis, destruído terras, bem como consumido vegetais e animais em maneiras e proporções insustentáveis, deixando instável o clima da terra. As autoras afirmam que os cientistas da natureza relatam

que os “limites planetários” já ultrapassaram em três dimensões: mudanças climáticas derivadas do efeito estufa; perda de biodiversidade e extinção de espécies; alteração do ciclo do nitrogênio por influência da agricultura moderna. Os limites para o uso mundial de água potável também se aproximam, assim como mudanças no uso da terra, a alteração da acidificação dos oceanos e as interferências no ciclo do fósforo em todo o planeta. As autoras acreditam que “[...] ao final deste século, as sociedades poderão ter um aspecto bem diferente” (CONNEL E PEARSE, 2015, p. 222).

Um segundo aviso chamado de “Advertência dos Cientistas à Humanidade”, foi assinada por 15.372 cientistas de 184 países e publicada em janeiro de 2018 na revista *BioScience*, demonstra um sinal de alerta para toda a humanidade. William Ripple, ecólogo da Universidade do Estado do Oregon, EUA, e coautor do artigo publicado explica que “Desde 1992, as emissões de CO<sub>2</sub> subiram 62% e a temperatura global aumentou 29%, enquanto a diversidade da fauna de vertebrados caiu 29%”. O desmatamento, a perda de água doce, a extinção de espécies e o crescimento da população humana são as principais causas da situação alarmante na qual a humanidade se encontra (FILIPE, 2018)<sup>2</sup>.

Morin (2011) menciona que a humanidade está próxima de uma mutação do conhecimento, que é cada vez menos criado para ser refletido e discutido pelas pessoas, e sim feito para ser colocado nas memórias manipuladas por poderes anônimos, especialmente os Estados. O autor assinala que essas carências do nosso pensamento mutilador conduzem a ações mutiladoras, a exemplo das assimetrias de gênero e da violência que marcam a realidade mundial, bem como os impactos ecológicos já mencionados.

Nessa direção, Capra (1986) expõe que o paradigma atual é formado por uma série de ideias e valores entrelaçados que formataram e dominaram a nossa cultura durante centenas de anos, como a visão do universo como um sistema mecânico, a visão do corpo humano como máquina, a visão da existência coletiva como uma competição pela vida, a crença no crescimento material ilimitado a ser alcançado por meio do desenvolvimento econômico e tecnológico, e também pela

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/linha-do-tempo-dados-da-violencia-contra-as-mulheres/>>.

crença em uma sociedade na qual a mulher é identificada como um ser inferior ao homem.

A estrutura social que o sistema capitalista propôs, impõe sérias limitações à autonomia e satisfação pessoal das mulheres, uma vez que é um ser com características e necessidades específicas, e que precisa de um suporte também singular por parte do Estado.

Mies e Shiva (1993) explicam que o universo eurocêntrico reducionista, construído a partir do Iluminismo e da ascensão do patriarcado capitalista, está enraizado no colonialismo, na destruição dos bens comuns, na privatização do comércio e na produção de mercadoria desenfreada a fim de garantir o lucro. Por esse viés, as autoras afirmam que “[...] todas as estratégias de desenvolvimento baseiam-se na suposição explícita ou implícita de que o modelo de “boa vida” é o que prevalece nas sociedades modernas do Norte” (MIES E SHIVA, 1993, p. 77).

Sobre a questão da modernidade, Dussel (2005, p. 300) analisa o que se entende pela modernidade europeia, como “[...] a operação das possibilidades que se abrem por sua “centralidade” na História Mundial, e a constituição de todas as outras culturas como sua “periferia”, então a partir disso a modernidade como novo paradigma de compreensão da vida, da história, da ciência e da religião nasce no final do século XV com a conquista do oceano Atlântico. Holanda, França e Inglaterra representam um posterior avanço territorial aberto por Espanha e Portugal, e a América Latina adentra na modernidade como a outra parte, dominada, explorada e encoberta. Se a modernidade mostra-se como uma “saída” de um estado de imaturidade regional, tal modernidade, em contrapartida, possui um esquema secundário e negativo, que é justificado por uma práxis irracional de violência. Sendo assim, Dussel (2005) demonstra como o mito da modernidade poderia ser descrito:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói

civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etc.). 6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente, mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas. 7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etc. (DUSSEL, 2005, p. 30).

Diante disso, pode-se entender que o esquema desenvolvimentista atual possui essa essência trazida pela noção de modernidade europeia que busca homogeneizar cultural e economicamente as sociedades por meio da alienação do indivíduo em relação a si próprio e ao meio, que reflete em um ciclo de produção e consumo cego e ilimitado. Ao passo que as problemáticas socioambientais tornam-se externalidades, pois o ponto central é o aspecto econômico das sociedades. Nesse ponto de vista, para Rodrigues (2012, p. 23) “[...] os problemas ambientais situam-se na escala do desenvolvimento econômico, tecnológico e político, não se questiona a essência das relações humanas com outros seres humanos ou não humanos”.

Em relação a esse progresso tecnológico e as relações sociais cada vez menos sensíveis, Mumford faz a seguinte observação:

Existe uma diferença notável entre a primeira época urbana e a nossa. Vivemos numa era em que se verifica uma multidão de avanços técnicos sem sentido social, divorciados de quaisquer outras finalidades que não o progresso da ciência e da tecnologia. Na realidade, vivemos num explosivo universo de invenções mecânicas e eletrônicas, cujas partes se movem num ritmo rápido, distanciando-se cada vez mais do seu centro humano e de quaisquer finalidades humanas racionais e autônomas. Em suma, nossa civilização está perdendo o controle, vencida por seus próprios recursos e oportunidades, bem como por sua superabundante fecundidade (MUMFORD, 1998, p. 43).

Esse modelo de economia baseado na comercialização do uso de recursos para a produção de mercadorias nos novos países independentes deu origem a colônias internas, onde se mantiveram as velhas relações coloniais. Dessa forma, o desenvolvimento se tornou a continuação da colonização, uma extensão do projeto de acumulação de riquezas na perspectiva moderna do patriarcado ocidental (MIES e SHIVA, 1993).

No caso do Brasil, o papel do Estado em atender aos interesses sociais e reduzir seus contratempos, vem se tornando uma utopia com o passar dos anos;

cada vez mais está abrindo espaço para iniciativas privadas, em sua maioria internacionais, assim como para o exército se envolver nas questões de governo.

Sobre a colonização, Dussel entende o processo do “descobrimento” das Américas como o encobrimento do outro e acrescenta que:

A Europa tornou outras culturas, mundos, pessoas em ob-jeto: lançado (-*jacere*) diante (*ob-*) de seus olhos. O “coberto” foi “descoberto”: *ego cogito cogitatum*, europeizado, mas imediatamente “en-coberto” como Outro. O outro constituído como o Si-mesmo. O ego moderno “nasce nesta autoconstituição perante as outras regiões dominadas. Esse “Outro” que é o “Si-mesmo (DUSSEL, 1993, p. 36).

Neste estudo, Dussel mostra a ideia de Kant em relação aos povos colonizados, que eles eram dotados de imaturidade e uma preguiça que os colocava em situação de atraso social, pensamento que foi tido como verdade e posteriormente enraizado na mentalidade das pessoas.

Nessa perspectiva, Dussel (2005) explica que após o reconhecimento do território no Novo Mundo, atentou-se para a dominação e controle dos corpos dos indivíduos: “era necessário pacificá-los - dizia-se na época” (DUSSEL, 2005, p. 43). Segundo o autor, o primeiro conquistador foi um homem, militar, guerreiro, moderno, ativo, que se impõe de forma violenta sobre as outras pessoas. Portanto, a conquista fora um processo militar e violento, no qual o Outro é sujeitado, submetido como um instrumento e oprimido como “encomendado” e “assalariado” nas fazendas, ou como africano escravo nos engenhos de açúcar e produtos tropicais; e dessa forma a subjetividade do “conquistador” foi sendo construída e se desdobrando lentamente na práxis.

Mies e Shiva (1993) afirmam que a pobreza das populações ditas subdesenvolvidas não é fruto de um real atraso socioeconômico “natural”, mas sim uma consequência direta dessa exploração colonial que fora exercida pelos países ricos sob as nações da África, América do Sul e da Ásia. Importante mencionar que esse atraso socioeconômico também é uma condição necessária para que o sistema continue se mantendo por meio da exploração socioeconômica sobre os povos, comunidades e regiões mencionadas.

Nesse sentido, sobre o mito do desenvolvimento, Mies e Shiva (1993) discorrem sobre a forma como as pessoas pobres do Sul do mundo, os camponeses e as mulheres podem alcançar o modelo de boa vida dos países do Norte, especialmente dos homens brancos das metrópoles. O discurso sustentado é que,

através da industrialização, do progresso tecnológico e da acumulação de capital assumido pela Europa, pelos Estados Unidos da América e pelo Japão, se pode alcançar o mesmo objetivo. Seus estilos de vida são tidos como uma utopia ainda por ser alcançada por aqueles que supostamente continuam atrasados, “os outros” - as mulheres, os indivíduos de cor, os países “subdesenvolvidos”, os camponeses - também podem atingir esse pico com um pouco mais de esforço, mais formação, mais “desenvolvimento” (MIES e SHIVA, 1993, p. 96).

Enquanto o discurso estatal e midiático gira entorno da importância do crescimento da economia como única saída para as crises, as problemáticas sociais e ecológicas aumentam de forma que não conseguimos mais compreender e solucionar.

De acordo com Dussel (2005) posterior a dominação através da violência, acontece a dominação sobre o imaginário dos nativos colonizados e uma “conquista espiritual”. Caracterizada por um processo contraditório, o cristianismo pregava o amor de uma religião em meio a práticas incoerentes e violentas, pelas quais os indígenas americanos foram obrigados a negar seus próprios direitos, deuses e cultura, em nome de um Deus estrangeiro, de uma razão moderna e de uma Igreja que impunha outros direitos ditos universais; transformara a religião indígena em demoníaca que deveria ser evitada e a europeia como divina, que precisava ser seguida.

Gonçalves (2006) acredita que as crenças judaico-cristãs influenciaram no crescimento da oposição entre ser humano-natureza e espírito-matéria. Deus como criador do “homem”, já colocado com letra maiúscula em sentido de superioridade, que morava sobre o céu, em um local privilegiado no alto, a cuidar de um mundo imperfeito onde viviam os mortais. E, dessa forma, o cristianismo irá reproduzir as ideias de Platão, separando em lados opostos a perfeição de deus, à imperfeição do mundo material, traduzido por uma realidade mundana.

Essas e as tantas outras crenças tiveram grande influência na história das sociedades e especialmente das mulheres. A partir do momento que alguém se prende profundamente em uma crença ou uma teoria, os padrões mentais, as repetições, poderão dificultar ou impedir que vejas a realidade e que tenhas clareza da situação.

A modernização, os processos de desenvolvimento e as crenças limitantes têm sido responsáveis pela degradação do mundo atual. De acordo com Mies e

Shiva (1993) existem tendências e comportamentos destrutivos que ameaçam a vida na Terra. Uma delas é a concentração de larga quantia de recursos com o intuito de obter somas lucrativas que são distribuídas de forma desigual à população.

Sobre esses comportamentos destrutivos, segundo Capra (1986) estamos diante de uma ameaça de extinção a todas as formas de vida do planeta. E uma dessas ameaças deve-se a existência de um estoque de armas nucleares em quantia suficiente para destruir o planeta várias vezes. No final da década de 1970, os gastos militares mundiais calcularam aproximadamente 425 bilhões de dólares, mais de 1 bilhão de dólares por dia em armas, dentre mais de cem países, a maioria deles países do Sul. Enquanto isso cerca de 15 milhões de pessoas por ano, maioria crianças, morrem de fome; 500 milhões de pessoas estão gravemente subnutridas; cerca de 40% da população global não tem acesso a serviços especializados de saúde, dado que os países em desenvolvimento gastam três vezes mais em armamentos do que em serviços de saúde. Ao passo que 35% de toda a humanidade não tem acesso a água potável, a maioria deles no Sul.

De acordo com Mies e Shiva (1993) a pobreza, mantida através do ciclo vicioso do progresso e da destruição ambiental, é vivenciada de forma mais expressiva pelas mulheres e crianças, uma vez que essas problemáticas não estão no centro das preocupações governamentais. O que está em foco é a circulação de dinheiro e os rendimentos, tão como é medido pelo PNB (produto nacional bruto), um indicador meramente monetário que não consegue enxergar a destruição ambiental e a intensificação da pobreza relacionada ao processo de desenvolvimento capitalista. Diante disso, “[...] os estatutos de mulheres e das crianças e o estado do meio ambiente nunca funcionaram como indicadores de desenvolvimento” (MIES E SHIVA, 1993, p. 101).

Meadows et al. (1972, p. 10) afirmam que “[...] os grandes problemas que desafiam a humanidade são tão complexos e tão interdependentes que as instituições e planos de ação tradicionais já não são capazes de superá-los, e nem mesmo de enfrentá-los em seu conjunto”.

Mies e Shiva (1993) assinalam que a maioria das pessoas espera que a ciência e a tecnologia encontrem a solução para os problemas da humanidade, e não compreendem que quanto maior o padrão de consumo, maior o conflito contra a boa qualidade de vida. As autoras explicam que essa crença de que um elevado padrão de vida material equivale a uma boa qualidade de vida, é a sustentação



ideológica estratégica que mantém o crescimento e o modelo industrial de acumulação da modernidade. Segundo as autoras, esse pensamento se baseia na ideia de que os bens comuns naturais do planeta e o progresso tecnológico não possuem limites.

No entanto, mesmo as pessoas, as instituições tecnológicas e as grandes empresas, sabendo que existem sim limites para a Terra e que ela está doente por conta dos nossos hábitos, essas mesmas pessoas e organizações continuam a avançar tais limites através da criação de tecnologias ainda mais modernas e tóxicas, a fim de quebrar os ciclos naturais da vida humana e da Terra.

Morin (2011) afirma que a ciência continua sendo vista como responsável pela missão de minimizar a complexidade dos fenômenos e assim demonstrar a força a que obedecem. Todavia, os modos simplistas de conhecimento deterioram mais do que mostram as realidades ou do que se tratam os fenômenos, e assim produzem mais cegueira do que clareza; e isso se dá pela forma como organizamos o conhecimento. O autor explica como o paradigma simplificador comanda os princípios lógicos de organização do conhecimento:

Qualquer conhecimento opera por seleção de dados significativos e rejeição de dados não significativos: separa (distingue ou disjunta) e une (associa, identifica); hierarquiza (o principal, o secundário) e centraliza (em função de um núcleo de noções-chaves). (MORIN, 2011, p. 10).

A partir dessa forma de organizar o conhecimento, o ser humano tem produzido uma série de destruições ambientais, conflitos territoriais, problemáticas sociais e têm se colocado em relações gravemente contaminadas pelo egoísmo que são tão complexas que essa visão de mundo limitada é incapaz de compreender e solucionar, uma vez que não consegue enxergar a totalidade e a sistemicidade da realidade.

Sobre as hierarquias de poder características dessas relações ocidentais, causadas por essa forma de organizar o conhecimento, Mies e Shiva (1993) acrescentam que a relação colonial está presente entre os grupos humanos e a natureza, entre os homens e as mulheres e entre os centros urbanos e regiões rurais; as quais a autora chama de colônias do homem branco. Conforme as autoras “[...] para manter estas relações, é essencial o uso da força e da violência”. Por essa perspectiva, as autoras destacam que “[...] este sistema floresceu, está edificado e

mantém-se através da colonização das mulheres, de povos estrangeiros e das suas terras e da natureza” (MIES E SHIVA, 1993, p. 11).

O trabalho assalariado é um dos maiores motores que faz o sistema funcionar, Guattari (2001) expõe que o trabalho operado de maneira homogeneizadora por relações de lucro e poder tende a causar sérios problemas. A exemplo das relações econômicas que recaem sobre os países do Sul, gerando pobreza irreversível em algumas regiões.

Dessa forma, é fundamental a desconstrução da subjetividade colonizadora, reducionista e patriarcal que fora incorporada nas ramificações sociais, visto que “[...] a relação entre estas partes é hierárquica e não igualitária, caracterizada pela exploração, pela opressão e dominação” (MIES e SHIVA, 1993, p. 81).

Silva e Londero (2016, p. 6) acreditam que “[...] desde Engels (1884) e Max Weber (1947) já foram verificadas referências ao patriarcado como o mais antigo sistema de dominação do mundo, um sistema de poder e, portanto, de domínio do homem sobre a mulher”. Alda Facio (1999 apud Mendes, 2012, p. 102) afirma que “[...] o patriarcado é um sistema que justifica a dominação sobre a base de uma suposta inferioridade biológica das mulheres”.

Para Lerner (2018) o patriarcado é uma construção histórica que teve como unidade básica de ordenação das regras e mandamentos o núcleo familiar. A autora menciona que “[...] o papel e comportamento considerado apropriado para os sexos foram expressados em valores, costumes, leis e papéis sociais” (LERNER, 2018, p. 01).

Sendo assim, pode-se dizer que o patriarcado utiliza de formas visíveis e invisíveis de violência contra a mulher no interior de um “[...] poder sustentado por instituições da sociedade que se articulam para manter e reforçar a ordem social, econômica, cultural, religiosa e política, contexto esse que determina que as mulheres sejam subordinadas aos homens” (MENDES, 2012, p. 102). Importante lembrar que tal sistema de dominação também utiliza da violência contra a natureza, os animais, bem como contra outras populações vulneráveis da sociedade, não somente a mulher - que chamamos aqui de “colônias do homem branco”.

Em relação as estruturas patriarcais, Garcia (2012, p. 79) assinala que elas “[...] penetraram em todas as camadas do sistema simbólico para justificar a dominação da mulher”. Nesse sentido, se torna necessário dar visibilidade a processos que têm se tornado cada vez mais invisíveis no interior de uma sociedade

estruturada pela desigualdade, na qual os países do Norte dominam os países do Sul, o homem domina a mulher e a cultura destrói a natureza em prol da acumulação de capital.

A relação entre os sexos são construções sociais e aconteceram com o masculino se sobrepondo ao feminino. Em cada época e região diferentes as relações entre mulheres e homens se transformavam à medida que os homens, a igreja e a burguesia ditavam as regras da sociedade. Nesse sentido, para Dauphin et. al. (2000) a dominação masculina é uma das manifestações da diferença nas relações sociais.

Para as mulheres, esse modelo de desenvolvimento, segundo Mies e Shiva (1993) é uma ilusão. Pois as promessas de liberdade, igualdade e autodeterminação proclamadas como direitos universais, só se cumprem diante da posse de propriedade e dinheiro. Esses ideais são limitados, pois dependem de poder aquisitivo, e este não é igual para todas as pessoas do mundo. As autoras esclarecem que com essa estrutura, não existe uma sustentação real para a solidariedade internacional das mulheres, dado que a liberdade, igualdade e autodeterminação caminham ao lado da posse de dinheiro, então se torna interesse próprio de um indivíduo, que sempre estará em conflito com os interesses de outros indivíduos, o que confere uma estrutura de exploração. “Aplicar o princípio do interesse próprio ao problema ecológico leva a intensificação da degradação ambiental e à destruição noutras partes do mundo” (MIES E SHIVA, 1993, p. 92).

Conforme Capra (1986) na biologia, o paradigma cartesiano foi a base da estrutura conceitual dominante até recentemente, a qual, tratava os organismos vivos como se fossem máquinas que podiam ser analisadas e estudadas em partes fragmentadas. O autor acredita que embora a abordagem reducionista tenha ocasionado a compreensão da composição dos genes, nas unidades básicas de hereditariedade e no código genético, ela tem inúmeras limitações. Posto que o desenvolvimento da biologia molecular, a genética e a bioquímica em certa medida se entrelaçam a medicina, a concepção mecanicista da vida influenciou as atitudes dos médicos no que se refere à saúde e à doença.

Desde 1950, pós Segunda Guerra Mundial, o vínculo entre a ciência e a indústria farmacêutica se tornou extremamente articulado, assumindo um papel decisivo na qualidade de vida e no cotidiano da população. Essa indústria, aliada ao conhecimento científico, produz e mantém uma certa confiança na qual o público se

sente seguro, em razão das inúmeras pesquisas técnicas e de mercado. O distanciamento do ser humano de sua natureza fez com que passássemos a acreditar que os cientistas e doutores sabem mais sobre nosso corpo do que nós mesmos. Sendo assim, tal indústria toma proveito desses fatores para gerar somas bilionárias com base no discurso da cura e tratamento para a melhoria da qualidade de vida.

Nessa mesma direção, Pimentel (2016, p. 03) acrescenta que “[...] elas se tornaram grandes empresas multinacionais com alto poder de concentração, cada vez mais articuladas e fusionadas, movimentando a economia global e incidindo sobre as hierarquias globais entre os países”.

Nesse sentido, a ciência incorporada pelo sistema capitalista segundo Mies e Shiva (1993, p. 40) “[...] cria a possibilidade de colonizar e controlar aquilo que é livre, natural e auto-regenerador” e é por esse viés que as sementes e os corpos das mulheres enquanto núcleos de energia, pela ótica do sistema, estão entre as últimas colônias. Tais núcleos de energia e criação estão sendo convertidos em locais passivos nos quais o especialista produz e acrescenta valor. Para tanto, a terra, as mulheres e as pessoas de cor são vistas como fontes de matéria-prima (MIES e SHIVA, 1993).

Nesse sentido, Pimentel (2016) realça que o mesmo sistema que faz do meio ambiente uma mercadoria e privatiza os serviços públicos, mercantiliza e medicaliza o corpo feminino, ao produzir exigências específicas para a vida das mulheres relacionadas ao ideal de saúde e ao estereótipo de beleza. Nesse viés a autora acredita que “[...] a articulação entre biomedicina e indústria farmacêutica tem produzido verdades sobre a vida das mulheres, que criam um status de “natureza feminina” (PIMENTEL, 2016, p. 01).

A medicalização do parto foi associada à mecanização do corpo feminino em uma variedade de fragmentos e fetiches, a serem tratados por profissionais, da mesma forma que as tecnologias modernas em torno da reprodução salientam a transferência do poder da mulher para o médico (MIES e SHIVA, 1993). Através das constantes pesquisas, a ciência reducionista demonstra como os ciclos naturais do corpo e da Terra são vistos como barreiras a serem derrubadas pela tecnologia a fim de se abrir um novo nicho de mercado.

Ao longo da história, as mulheres tiveram papel fundamental no tratamento das enfermidades físicas e espirituais do seu povo e da sua família, tinham uma

profunda conexão com seu corpo e com a natureza, bem como conhecimento sobre a auto cura e assim, faziam uso das plantas para tratar dos problemas físicos e energéticos que apareciam. A medida e que os homens tomaram o controle das estruturas sociais, a mulher foi forçada a se afastar da sua natureza. “Foram expropriados o conhecimento e as práticas das mulheres, que acumularam historicamente saber e práticas sobre seu corpo” (PIMENTEL, 2016, p. 04).

Sendo assim, dominar a vida como um todo se tornou a base para a crescente acumulação de capital para a burguesia. Para Mies e Shiva (1993, p. 44-45) “[...] os processos de renovação vegetal da natureza são excluídos por serem demasiado lentos e primitivos.” Conforme as autoras: “Não existe e nunca existiu essa ciência pura, isenta de valor, desinteressada, apenas devotada a busca infinita da verdade, que é legalmente protegida como liberdade científica nas nossas constituições (MIES e SHIVA, p. 65).

Capra (1986) enfatiza que essa maneira limitada de ver o mundo está contaminando gravemente a saúde das pessoas, também menciona os transtornos psicológicos e distúrbios de comportamento como a depressão e a esquizofrenia que, segundo sua observação, parecem emergir de uma danificação paralela do ambiente. Ceccato (2015) faz um esclarecimento sobre a saúde mental:

Diferenças culturais, julgamentos subjetivos e teorias concorrentes afetam o modo como a saúde mental é definida. Saúde mental demonstra o nível de qualidade de vida cognitiva e emocional das pessoas, inclui a capacidade de como as pessoas apreciam a vida e procuram o equilíbrio entre as atividades e os esforços para atingir a resiliência psicológica. Ela é o equilíbrio emocional entre o patrimônio interno e as exigências ou vivências externas. (CECCATO, 2015, p. 95).

Nesse contexto, para Guattari (2001, p. 23) “[...] as relações da humanidade com o *socius*, com a *psique* e com a "natureza" tendem, com efeito, a se deteriorar cada vez mais”.

Outra consequência da deterioração do ambiente, além de ser intrínseca às relações políticas, na forma de fazermos ciência e de tratar a natureza, a violência está presente na realidade social dos países do Sul e do Norte.

Mies e Shiva (1993) mostram que um dos espaços desejados pela maioria dos homens é o corpo da mulher. Maria Mies (1989, apud Mies e Shiva, 1993) denomina o corpo da mulher como a terceira colônia do homem. As autoras sugerem a pornografia como um exemplo relacional entre violência e desejo, a qual

entrega fragmentos do corpo feminino aos homens, que concentram sua fixação em partes específicas, não em uma mulher completa, real e viva. Tal fixação, que estimula o desejo e também a violência.

Outros exemplos da relação entre desejo e violência é o turismo de prostituição que, na ótica de Mies e Shiva (1993) é uma extensão da relação que os homens têm consigo próprios, com as mulheres da sua sociedade, com as outras pessoas e com a natureza. As autoras fazem uma análise relevante sobre as razões que levam esses homens a ter esse comportamento:

Em média, os homens nas sociedades industrializadas não têm, durante a maior parte de suas vidas, quase nenhum contato corporal direto com as plantas, a terra, os animais e os elementos. Em quase todo o lado o seu relacionamento com a natureza é mediatizado por máquinas que funcionam como uma espécie de “armas de distanciamento”, pelas quais a natureza é dominada, manipulada, destruída. Quanto mais progride a tecnologia, maior é esta distância, mais abstrata se torna a relação entre homem e natureza e mais o homem fica alienado do seu corpo orgânico e mortal que, no entanto, permanece a fonte de toda felicidade e gozo. Quanto mais o homem moderno interpõe as máquinas entre si próprio e a natureza, quanto mais ele secciona a natureza e a mulher, quanto mais projeta o seu desejo apenas para estas secções do todo, maior se torna a sua fome de mulher e de natureza originais, completas, selvagens e livres: quanto mais destrói, maior é a sua fome. A satisfação desta fome parece ser necessária para a sobrevivência, independentemente do fascínio que as máquinas exercem sobre os homens (MIES e SHIVA, 1993, p. 181-182).

O exagero do consumismo causou um profundo vazio na essência humana e, em tese, os homens desejam consumir os corpos das mulheres assim como consomem objetos, em busca de uma satisfação que nem sempre é atingida, podendo levar o indivíduo a ir cada vez mais longe nessa busca tenaz guiada pelo prazer e pelo desejo de dominar o outro.

De acordo com Guattari (2001) a Terra passa por um momento de profundas transformações técnico-científicas, ao passo que delineiam-se distúrbios ecológicos que ameaçam a biodiversidade do planeta. Juntamente a estes transtornos, os modos de vida individuais e coletivos dos humanos caminham a uma crescente deterioração; a vida doméstica vem sendo desgastada pelo consumo da mídia, a vida conjugal e familiar vem sendo caracterizada por uma espécie de padronização dos comportamentos e as relações em comunidades, na maioria das vezes, estão sendo reduzidas a superficialidade.

Sobre a deterioração do modo de vida individual e coletivo, assim como da vida conjugal e familiar, apesar de ser um fenômeno antigo, a violência contra as

mulheres é uma das consequências mais sérias dessas transformações sociais, e um exemplo das relações tóxicas características das sociedades modernas, conservadoras e inflexíveis, são demonstrações da desigualdade nas relações sociais, assim como de tentativa de dominação do próximo, que se assentaram em nossa realidade e vêm alterando a vida e a saúde de milhares de mulheres e crianças em todo o mundo. No entanto, nos últimos anos se tem dado mais atenção a essa problemática que fora invisível durante séculos.

Conforme Wanzinack e Signorelli (2015) as violências atingem de maneira desigual os diferentes indivíduos e coletivos sociais e causam impactos para diversos setores como educação, saúde e segurança pública.

A violência contra a mulher é resultado de uma série de agenciamentos e construções socioculturais e suas posteriores consequências retornam e se propagam por toda a sociedade.

De acordo com Saffioti (1994) a violência contra a mulher pode ser manifestada de diferentes formas, como violência psicológica, física, sexual, reprodução forçada, homicídio etc.; e faz parte da constituição social de gênero do Brasil. No entanto, há casos em que a violação sexual só é considerada uma ação violenta, quando exercida por alguém desconhecido, sendo assim, muitas vezes é aceita como algo normal quando acontece dentro do matrimônio, é ainda um fenômeno negligenciado pela sociedade.

O comportamento masculino em relação à sexualidade, por muito tempo, fora compreendido como algo da natureza biológica, como se a dominação e a violência fizessem parte da essência natural masculina a ser suportada pelas mulheres.

Conforme Giffin (1994) para a mulher, a distribuição social da violência se configura principalmente no ambiente doméstico, no qual o agressor geralmente é o próprio companheiro. A violência é “[...] um fenômeno extremamente complexo, com raízes profundas nas relações de poder baseadas no gênero, na sexualidade, na auto-identidade e nas instituições sociais” (HEISE, 1994, p. 47-48 apud GIFFIN, 1994, p. 148).

Em seu estudo sobre violência de gênero e sexualidade, Giffin (1994) utiliza uma classificação criada por Heise (1994) para identificar as consequências fatais e as não fatais da violência de gênero. Aqui neste estudo, acredito ser pertinente mencionar tal classificação. Dentre as consequências fatais para a saúde física da

mulher podem ser citadas: DSTs, lesões, doença pélvica inflamatória, gravidez indesejada, aborto espontâneo, dor pélvica crônica, dor de cabeça, problemas ginecológicos, abuso de drogas/álcool, comportamentos danosos à saúde como fumar e fazer sexo inseguro, abuso sexual de crianças, aleijamento parcial ou permanente. Dentre as consequências não fatais na saúde mental das mulheres foram identificadas: depressão, ansiedade, disfunção sexual, desordens da alimentação, problemas múltiplos da personalidade, comportamento obsessivo/compulsivo. E o suicídio e homicídio como resultantes fatais da violência contra a mulher.

Embora a classificação de Heise coloque estas últimas consequências como não fatais, acredito que os impactos psicológicos adquiridos contêm um peso imensurável para quem sofreu a violência.

Nesse sentido, é relevante mencionar a violência simbólica descrita por Pierre Bourdieu:

Violência suave, insensível, invisível suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2012, p. 7-8).

As sociedades patriarcais criaram símbolos nocivos tanto para a mulher quanto para o homem que vêm sendo reproduzidos ao longo do tempo. Esses símbolos são disseminados através dos meios de comunicação e nas formas de comportamento dos indivíduos. Por serem invisíveis aos olhos, a deterioração que causa na vida das pessoas pode ser imperceptível.

De acordo com estudos de Birke (1986, apud Giffin, 1994) as explicações biológicas sugerem que homens não são totalmente responsáveis por seus atos. Suas pesquisas demonstram que “[...] entre 33% e 50% dos homens “normais” se auto-classificaram como “capazes de estuprar” (GIFFIN, 1994, p. 150).

A violência contra a mulher é um fenômeno global que atinge mulheres em idades variadas, de todas as classes sociais, religiões e culturas e tragicamente ganhou naturalidade perante a sociedade. A família, além de ser compreendida como um núcleo de confiança e proteção, também é onde as agressões físicas e psicológicas acontecem na maioria das ocorrências, tanto contra a mulher, como contra as crianças. Nesse sentido, para Segal (1989, p. 136 apud Giffin, 1994, p.150) “[...] a família nuclear tradicional tem sido um lugar onde a prevalência de



abuso de crianças, violência doméstica, e estupro é sistematicamente ocultada e negada”.

Segundo estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) do ano de 2011, mais de 70% das mulheres já sofreram algum tipo de violência de gênero na vida, aproximadamente uma em cada cinco mulheres foi vítima de violência sexual; mulheres com idades entre 15 e 44 anos correm mais risco de serem vítimas de violência sexual e doméstica, do que contrair câncer, malária ou estar em um acidente de trânsito. Conforme o mapa da violência de 2012, a violência física contra a mulher prevalece, com 44,2 % dos casos, a psicológica mais de 20% e a sexual 12,2% (BRASIL, 2017).

De acordo com o Mapa da Violência (2015) o Brasil está na 5ª posição no ranking dos países que mais matam mulheres. Em 10 anos, os assassinatos de mulheres negras aumentaram em 54%. Segundo Dossiê sobre lesbocídio no Brasil (2018) 54 mulheres homossexuais foram mortas em 2017, o que corresponde a um aumento de 237% se comparado com o ano de 2014<sup>3</sup>.

Dados do 12º anuário de Segurança Pública, o ano de 2017 demonstrou um aumento de 6,1% nos casos de feminicídio, em relação a 2016<sup>4</sup>. Conforme a pesquisa “Visível e Invisível” - A Vitimização de Mulheres no Brasil (2ª edição), realizada pelo Datafolha e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2018, a cada hora 536 mulheres foram vítimas de agressão física; 4,6 milhões (8,9%) foram tocadas ou agredidas fisicamente por motivos sexuais; 12,5 milhões (21,8%) agredidas verbalmente; 1,7 milhões (3,9%) foram ameaçadas com faca ou arma de fogo; 1,6 milhões (3,6%), 3 mulheres por minuto foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento<sup>5</sup>.

Para Silva (2014) desde que o patriarcado se consolidou culturalmente na sociedade, as relações entre mulheres e homens se traduzem pela hierarquia do poder masculino nas relações afetivas, políticas e religiosas, e a mulher passou a arcar com a dominação do homem, através de variadas formas de violência,

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/por-minuto-9-mulheres-foram-vitimas-de-agressao-em-2018/>>.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/seguranca-publica-mostram-aumento-de-feminicidios-no-brasil-em-2017/>>.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/por-minuto-9-mulheres-foram-vitimas-de-agressao-em-2018/>>.

principalmente a sexual. Para o autor “[...] a violência sexual é um conflito muito antigo e também um dos maiores silêncios da nossa história” (SILVA, 2014, p. 12).

A exploração da mulher e da natureza vem acompanhando a trajetória humana há milhares de anos. Dessa forma, a violência contra mulher é a manifestação da desigualdade nas relações sociais, fruto de uma sociedade colonial e escravocrata que domina a mulher e a natureza de formas visíveis e invisíveis, através de uma subjetividade social, espacial e historicamente construída.

Wanzinack e Signorelli (2015) concordam com a ideia de que não existem formas de alcançar a sustentabilidade diante de estruturas violentas. “Uma sociedade não pode usufruir dignamente de qualidade de vida se apresentar manifestações violentas no cerne de suas relações e de sua teia social” (WANZINACK e SIGNORELLI, 2015, p. 9).

Apesar da bagagem de conhecimento científico e das tecnologias, existe o entendimento de que somos filhos da natureza, que nascemos da mulher e com toda certeza iremos morrer um dia; e que isso não pode ser transformado. No entanto, a promessa do mito da modernidade em oferecer uma vida farta através do controle pela ciência e pela tecnologia sobre a natureza e os ciclos naturais; do civilizar e dominar as forças selvagens da Terra para o benefício do ser humano parece ser o oposto do que as pessoas vêm buscando. A vida urbana é marcada por uma carência de calor humano, de natureza, bem como de um sentimento de pertencimento e enraizamento. Dessa forma, existe um fascínio pelo que é selvagem, pela vida que ainda não foi fragmentada, estudada e domesticada pelos humanos. E a incerteza da natureza, seus aspectos exóticos e caóticos, são a motivação desse desejo (MIES e SHIVA, 1993).

No interior das sociedades industrializadas, a satisfação desses anseios e a necessidade de totalidade, não são realizadas na retomada das antigas relações em sua essência; em vez disso, as pessoas esperam satisfazê-las por meio da compra de objetos. A realização da fixação pela natureza selvagem é atendida não pelo trabalho direto com a terra e sim pelo turismo de aventura; a busca pela sexualidade não é por meio do amor com mulheres reais, mas por meio de imagens fragmentadas e fetichizadas, ou do turismo sexual. E a satisfação de enraizamento, de pertencimento, do calor humano, da maternidade e liberdade não são contentados pela imersão em cooperação com o meio ambiente, mas através do

consumismo (MIES e SHIVA, 1993). As autoras discorrem sobre como o sistema capitalista produz as respostas a estes desejos:

O sistema capitalista de produção de mercadorias consegue transformar qualquer desejo em uma mercadoria. Isto significa que, embora a procura seja a “da coisa real”, da “vida real”, ou seja, o sistema de produção de mercadorias, só pode satisfazer isso, numa forma de realização simbólica, sentimental e romantizada. Sendo assim, as pessoas só conseguem imaginar relações que usufruem (se é que o fazem) como metáforas da vida real, da natureza real, da mulher real, da liberdade real; gozam-nas apenas como consumidores, não como atores ou criadores. (MIES e SHIVA, 1993, p. 189).

As relações de gênero e as relações com a natureza são relações permeadas por ilusões e assimetrias de poder. Nesse sentido refletir e discutir gênero e ambiente é estar aberto a desconstruir pensamentos tóxicos que podem levar a comportamentos destrutivos como a violência contra a mulher, contra populações vulneráveis e contra a Terra.

#### 2.4 ECOLOGIA E ECOFEMINISMO: A RESTAURAÇÃO DAS INTERCONEXÕES ECOLÓGICAS

Segundo Mies e Shiva (1993) a promessa da modernidade era melhorar a vida por meio da fragmentação das simbioses biológicas e sociais. Estas simbioses podem ser denominadas de sistemas ecológicos: a interdependência das pessoas, animais e vegetais, e também a ecologia social dos indivíduos que entre si convivem, mulheres e homens, mães e pais para com as filhas e filhos, velhas e das novas gerações. As sociedades ocidentais, suas ciências e tecnologias romperam com estes sistemas ecológicos e sociológicos, “[...] o todo foi seccionado em partes elementares, que depois foi recombinação na construção de novas máquinas” (MERCHANT, 1983 apud MIES e SHIVA, 1993, p. 188).

Para Mies e Shiva (1993) o movimento ecológico e o movimento de mulheres, são tentativas de reconstrução dessas interconexões ecológicas e sociológicas que as sociedades ocidentais e suas ciências romperam. Esses movimentos buscam desfazer as dicotomias homem-natureza, homem-mulher, aldeias-metrópoles-colônias, trabalho-vida, natureza-cultura, dentre outras que representam formas de colonização; tais dicotomias possuem partes que foram amputadas, exteriorizadas, colonizadas, submersas, reprimidas e/ou destruídas.

Dentro dessa ótica, segundo Garcia (2012) o ecologismo e o feminismo são movimentos que buscam transformar a estrutura hierárquica do planeta e substituir o poder verticalizado pelo distribuído a todas as pessoas. Nas suas variadas dimensões, esses movimentos esforçam-se em recuperar as antigas tradições, diferentemente daquelas que culminaram com a civilização bélica, racista, sexista, falocêntrica e especista. A autora ressalta que “[...] se desestabilizarmos as bases sobre as quais se assenta a civilização, a separação e a relação entre natureza-cultura estariam comprometidas e seriam reestruturadas em novas bases” (GARCIA, 2012, p. 59). Para Guattari (2001) a política e as estruturas executivas parecem não serem capazes de compreender os problemas em seu conjunto, embora estejam no início de uma parcial tomada de consciência.

A questão então é como iremos viver daqui para frente, diante dos danos no meio ambiente natural e no modo de vida, em paralelo aos avanços técnico-científicos e constante aumento populacional. A partir disso, o intuito deste tópico é discutir sobre perspectivas da ecologia humana e do ecofeminismo e refletir sobre caminhos pertinentes a resolução dos problemas emergentes atuais.

Guattari (2001) acredita que apenas uma articulação ético-política, a qual ele denomina de ecosofia, entre os três componentes ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) possibilitariam uma compreensão clara de tais impasses. “A ecosofia social consistirá, portanto, em desenvolver práticas específicas que tendam a modificar e a reinventar maneiras de ser no seio do casal, da família, do contexto urbano, do trabalho” (GUATTARI, 2001, p. 15).

A ecosofia que Guattari propõe é reconstruir totalmente as formas do ser em grupo, e não apenas pelas manifestações comunicacionais, mas também por mudanças existenciais, no que se refere à essência da subjetividade. O autor acredita que a aceção da ecologia deveria deixar se ser relacionada a um pequeno grupo de protetores da natureza ou especialistas diplomados, pois o que ela coloca como causa é o aglomerado da subjetividade e das formações capitalistas de poder.

A ecologia social nos possibilita acessar o que há de mais profundo em nosso ser, a nossa psique e a nossa subjetividade, oferecendo uma possibilidade de enxergar a si próprio enquanto indivíduo que causa impactos negativos no meio.

Nesse sentido, “[...] em tempos onde os excessos de consumo vêm à tona e as relações se tornam digitalizadas e mais frágeis, há o contraponto da busca pela

maior conexão: com os outros, com nós mesmos e com a Terra” (D’ARÁDIA, 2018, p. 01).

Estamos vivendo em meio a um caos social, cultural, econômico e ecológico, no qual o sistema econômico vigente funciona através de relações de dominação, violência, fome e miséria; dentro desse esquema as hierarquias de poder se sustentam ano após ano. “Plumwood (1993) utiliza o termo dominação e esquema racional ao caracterizar o sistema conceitual que sustenta o abuso da natureza, da mulheres e outros grupos marginalizados no Ocidente” (GARCIA, 2012, p. 77).

Outra problemática que aborda a desigualdade de gênero que vem gerando impasses para a sociedade é a falta do elemento feminino na distribuição dos cargos nas políticas de governo. É imprescindível extinguir tal assimetria, visto que, segundo Garcia (2012), não existe sustentabilidade sem equidade, no entanto, quando se trata da representatividade na esfera das decisões e nas instâncias de poder, não existe equidade entre os sexos, ou seja, “[...] o poder ainda está concentrado, distribuído de forma desigual, o que nos remete à questão da desigualdade de gênero” (GARCIA, 2012, p. 24).

Por esse viés, Connell e Pearse (2015) afirmam que na política as mulheres são minoria e divulgam que dentre os líderes dos governos membros do G20, em 2013, apenas quatro eram mulheres que representaram a Alemanha, a Argentina, o Brasil e a Coreia do Sul. Nesse mesmo ano dados demonstraram que 79,1% dos membros parlamentares mundiais eram homens. Países como Rússia, China, França, Japão, Egito, Nigéria, África do Sul e México nunca tiveram uma mulher como chefe de governo. Ao longo de toda a história do Brasil, Alemanha, Reino Unido, Índia, Indonésia e Austrália, tiveram apenas uma vez representatividade feminina. Inclusive a ONU e o Banco Central nunca foram liderados por uma mulher.

Conforme Guattari (2001) as relações dos humanos com o socius, com a psique e com a natureza caminham em um sentido de deterioração cada vez maior, portanto “[...] mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar "transversalmente" as interações entre ecossistemas, mecosfera e Universos de referência sociais e individuais (GUATTARI, 2001, p. 25).

Nesse sentido tem-se a necessidade de outras formas de refletir sobre nós mesmos, sobre o próximo e sobre o meio compartilhado a fim de derrubar com essas hierarquias que sustentam as múltiplas formas de dominação fundamentado

na etnia, orientação sexual, idade, gênero e raça e então conseguir ter múltiplas visões da realidade que nos cerca e dos impactos que causamos com nosso modo de existência.

Sendo assim, também é necessária a abordagem da ecologia humana que, de acordo com Capra (1996), desde seu nascimento na Escola de Chicago em 1910, vem buscando desenvolver estudos sobre a relação do ser humano com o ambiente e seus impactos, ao compreender que tudo está interligado numa espécie de teia da vida.

Como a ecologia humana é o estudo das relações dos humanos com o meio ambiente e deste para com os seres humanos, buscar compreender essas simbioses e as consequências dessas interações para a Terra, torna mais possível a solução e superação das problemáticas que vem deteriorando a vida no planeta, dado que entende o ser humano como um ser orgânico, social e ecológico, influenciado a todo momento pela cultura, política, economia, práticas religiosas e etc.

Segundo Capra (1996, p. 14) “[...] defrontamo-nos com toda uma série de problemas globais que estão danificando a biosfera e a vida humana de uma maneira alarmante, e que pode logo se tornar irreversível”. Os problemas que se assentaram sobre a humanidade são complexos e a ciência moderna não se ocupa em encontrar as respostas e nem possíveis soluções.

Capra (1996) acrescenta que existem soluções para as problemáticas atuais, no entanto, necessitam de uma transformação radical de nossas percepções, pensamentos e valores. Nessa direção, com questionamentos mais profundos, as possibilidades de se obter reflexões mais completas aumentam. E é por essa direção que a ecologia profunda pretende aprofundar as interrogações corriqueiras para a problemática ambiental.

Sobre as principais raízes da ecologia profunda, Rodrigues (2012) destaca ciências e correntes filosóficas como a Ecologia e a Física, fontes cristãs e crenças orientais, autores como Aldo Leopold, Martin Heidegger, John Muir e Baruch Spinoza. Capra (1989) considera o ponto de vista oriental como uma possível solução às problemáticas das sociedades modernas, sendo que as filosofias orientais são religiosas dinâmicas e carregadas de misticismo.

Com o suporte da física, que traz a dimensão energética dos seres, a ecologia profunda tem uma proposta mais sensível, capaz de solucionar crises

emocionais e existenciais; e sistêmica, que possibilitará compreender sobre totalidades que foram divididas e tratadas como partes separadas, a exemplo da concepção fragmentada de mente, corpo e espírito. Nessa perspectiva, para Capra (1996, p. 15) “[...] as novas concepções da física têm gerado uma profunda mudança em nossas visões de mundo; da visão de mundo mecanicista de Descartes e de Newton para uma visão holística, ecológica”.

A ecologia profunda, segundo Rodrigues (2012) trata-se de um movimento que vai além da ética e se sustenta em um modo de ser e viver, com uma perspectiva mais intuitiva da realidade, na qual o conhecimento científico não é parte essencial para essa forma sensitiva de viver. Para a autora, na ecologia profunda o ser humano é como qualquer espécie parte da totalidade complexa que é a natureza, e os valores de cuidado com a Terra estão em si próprios como parte de seu caráter, sem ser preciso recorrer a uma ética criada pela sociedade.

Capra (1996) sugere a ecologia profunda como um novo paradigma. O autor explica que também pode ser chamado de “[...] uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas”. Uma nova forma de perceber o mundo que reconhece a interdependência fundamental de todos os acontecimentos, e enquanto indivíduos e sociedades fazemos parte dos ciclos da natureza e somos dependentes desses processos cíclicos. Essa perspectiva holística também é a visão de mundo dos povos indígenas brasileiros e dos povos originários como um todo.

Esta ecologia da complexidade em seus aspectos mais conceituais ampara-se nos alicerces da Teoria de Gaia, elaborada na década de 70, a qual vê a biota, as rochas, o ar, os oceanos e todos os seres aqui presentes como existências de uma entidade fortemente conjugada, interdependente e múltipla, ou seja, um superorganismo auto-eco-regulatório e não a soma de vários processos disjuntos e fragmentados estudados em diferentes períodos de universidades (LOVELOCK, 2010).

A ecologia profunda é um movimento que propõe uma transformação de consciência para o despertar de uma consciência ecológica na qual a perspectiva de mundo dominante das civilizações modernas é abandonada. Neste movimento existe uma conexão profunda e espiritual com a natureza, que é fruto de uma aproximação consigo mesmo e com o que não é humano (RODRIGUES, 2012).

Capra (1996) assinala que a percepção da ecologia profunda é também espiritual. Dado que a compreensão de espírito é concebida como o estado de consciência no qual a pessoa tem uma sensação de conexão com o universo como um todo. Sendo assim torna-se evidente que a percepção ecológica é espiritual em sua essência fundamental.

Dentro dessa ótica, segundo Mies e Shiva (1993, p. 29) “[...] a relevância ecológica desta ênfase na espiritualidade reside na redescoberta do aspecto sagrado da vida”. As autoras acrescentam que a vida no planeta só poderá ser preservada se os seus habitantes passarem a enxergar todas as formas de vida como sagradas e então respeitá-las. Esta peculiaridade não está em divindades de outros mundos, ou em um estado elevado de consciência, mas no dia a dia de cada um, no trabalho e nas coisas que nos cercam.

Com distinção entre "ecologia rasa" e "ecologia profunda", a escola filosófica fora fundada pelo filósofo norueguês Arne Naess, no início da década de 70. Segundo Naess, a ecologia profunda “[...] consiste em formular questões mais profundas” às problemáticas atuais, as quais também fazem parte da essência de uma transformação de paradigma. Nesse contexto, precisamos estar dispostos a questionar a partir de uma perspectiva ecológica, cada tema isolado do paradigma dominante, visto que a ecologia profunda faz perguntas profundas sobre os fundamentos da nossa ótica de mundo e da nossa forma de vida modernos, científicos, industriais, voltados para o progresso material, bem como sobre nossas relações uns com os outros, com as próximas gerações e com a totalidade sistêmica da qual fazemos parte (CAPRA, 1996).

Por esse viés, Rodrigues (2012) assinala que um caminho de críticas mais profundas, sobre a verdade e o sentido das coisas, permitirá alcançar a auto-realização, como uma expansão de si mesmo ao todo, como uma manifestação da própria natureza. Este sentimento de pertencimento ao todo, permite conectar o emocional ao racional, assim como estimular o desejo de cuidado e compaixão pelo que é vivo. Para Ceccato (2015) é a partir dessa perspectiva holística que seriam possíveis transformações na vida das pessoas.

Cada uma das escolas ecológicas aqui mencionadas aborda aspectos importantes da questão ecológica. Embora a ecologia profunda seja mais completa por contemplar reflexões em torno das interações entre natureza, sociedade,



filosofia, ciência e espiritualidade, ainda assim se faz necessária a contribuição das outras ecologias no que se refere aos aspectos socioculturais a serem tratados.

Algumas autoras como Mary Austin, Rachel Carson e Dolores LaChapelle expõe críticas à visão dominante do mundo, à perspectiva “masculina”, à hierarquia da natureza. Devall e Sessions acreditam que existem correlações relevantes entre a ecologia profunda e as questões de algumas escritoras ecofeministas (RODRIGUES, 2012).

Toda a humanidade está ameaçada, porém, os riscos para as civilizações pobres dos países do Sul são maiores por conta das mudanças climáticas (CONNELL e PEARSE, 2015), e de outros fatores históricos e econômicos. Assim como para Mies e Shiva (1993), Connell e Pearse (2015) explicam que são vários os agentes do desenvolvimento que defendem que as mulheres são especialmente vulneráveis aos impactos das alterações ambientais, por conta da sobrerrepresentação entre os que vivem na pobreza, pelas suas responsabilidades como cuidadoras e provedoras de alimento, e pela sua representatividade no trabalho agrícola.

Connell e Pearse (2015, p. 223) acrescentam que “[...] então, podemos dizer que a mudança ambiental é uma crise para toda humanidade, mas seus impactos são altamente desiguais e intensamente generificados”. Carolyn Merchant, em seu livro *The Death of Nature (A morte da natureza)* (1980) evidencia que o “[...] patriarcado capitalista seria a causa de base dos problemas ambientais” (CONNELL E PEARSE, 2015, p. 231).

Para Garcia (2012, p. 75) “[...] o ecofeminismo é um movimento social, assim como um discurso teórico”, a autora entende que o ecofeminismo é uma das mais radicais correntes do movimento ambientalista pois busca desestruturar as bases da sociedade e que separam natureza e cultura, e hierarquiza os sexos. O ecofeminismo busca trazer questionamentos ecológicos ao feminismo e críticas feministas a discussão ambiental, ele propõe juntar as ideias que estavam separadas e reestruturar radicalmente as interações socioeconômicas e os valores culturais da sociedade.

Nessa direção, segundo Capra, o ecofeminismo pode ser tratado como uma escola especial de ecologia social:

Uma vez que também ele aborda a dinâmica básica de dominação social dentro do contexto do patriarcado. Entretanto, sua análise cultural das

muitas facetas do patriarcado e das ligações entre feminismo e ecologia vai muito além do arcabouço da ecologia social. Os ecofeministas veem a dominação patriarcal de mulheres por homens como o protótipo de todas as formas de dominação e exploração: hierárquica, militarista, capitalista e industrialista. (CAPRA, 1996, p. 18).

Essa teia complexa de relações que permeia a sociedade ocidental demanda uma perspectiva que, além de pensar na saúde da Terra e no bem-estar social, também questione e transforme as relações de gênero e as hierarquias marcadas pelo poder e opressão. É por essa ótica que o ecofeminismo se apresenta como uma forma de desestabilizar a estrutura sobre a qual a sociedade está consolidada. Com ela, as relações entre humanos e natureza poderiam ser reestruturadas em novas formas de conviver, ser e agir em comunidade, ao permitir questionar e refletir sobre seus comportamentos imersos em padrões e crenças destrutivas para si, para os outros e para a Terra.

Para Garcia (2012) o ecofeminismo não se trata apenas de uma filosofia simplista, mas de uma teia filosófica com orientações práticas que analisa e questiona a desvalorização histórica e articulada da mulher e da natureza. “A ideia central do ecofeminismo é que o classismo, racismo, sexismo, heterossexismo e especismo estão interconectados e se originam da mesma matriz.” (GARCIA, 2012, p. 75).

Refletir sobre mulher, natureza, e compreender que todos os seres são divinos, seria pensar no que há de mais profundo e nos temas que mais foram dominados e silenciados nos últimos séculos. Portanto, seria possível uma mudança de mentalidade e comportamento a partir dessa discussão.

De acordo com Mies e Shiva (1993, p. 24) “[...] as necessidades humanas comuns só podem ser satisfeitas se as redes e as redes de sustentação da vida se mantiverem intactas e vivas”. Para tanto, se a união de dois movimentos que já contemplavam a complexidade das interações, caminharem juntos, seria mais possível alcançar as especificidades dos habitantes do planeta, dado que o ecofeminismo reivindica a integridade de tudo que é vivo.

Nessa direção, Carolyn Merchant apresenta uma relação de elementos que estabelecem ligações entre os dois movimentos. São eles:

1. Holismo – “todas as partes de um sistema formam o todo”
2. “A Terra é uma casa – cada nicho ecológico é uma posição numa comunidade, um buraco num contínuo energético através do qual entram e saem os materiais e a energia;”

3. A primeira lei da termodinâmica – “explica a conservação da energia num ecossistema à medida que a energia se transforma e se troca, no seu contínuo fluxo através de partes que se encontram em conexão;”
4. “Não há almoço grátis” – para produzir é necessária energia.  
(RODRIGUES, 2012, p. 45)

A partir da lista de Carolyn Merchant, observa-se que os seres vivos estão constantemente em busca de energia essencial a vida, em um fluxo continuado no qual as partes estão conectadas e seus comportamentos influenciam na situação de outros seres e na totalidade.

Segundo Garcia (2012, p.79) “[...] para o ecofeminismo, a natureza é uma teia, a Terra é um ser vivo que demanda uma conduta ética, relação de parceria e respeito com o seu encanto natural”.

Dessa forma, o ecofeminismo torna-se um movimento mais profundo na relação entre o ser humano, natureza e a espiritualidade; portanto acredito que poderia ser possível novas formas de relações ecológicas e de novas estruturas socioculturais através da ruptura das formas de hierarquia, controle e exploração, do equilíbrio entre as energias femininas e masculinas, assim como da apropriação de uma consciência coletiva e intuitiva.

Outra intenção do movimento é desconstruir e possibilitar a libertação de estereótipos através da análise de símbolos que a sociedade patriarcal designou para representar a natureza, a mulher e outras criaturas inferiorizadas (GARCIA, 2012). Como os estereótipos são construções socioculturais, eles podem ser desconstruídos, através de mentalidades mais sensíveis e gentis.

Para Mies e Shiva (1993) existe a necessidade de um questionamento ao paradigma dominante da economia e da ciência, que torna a mulher, pessoas de cor e natureza seres passivos. “É a mesma mentalidade machista que nos negava o direito aos nossos próprios corpos e à nossa sexualidade, que depende de múltiplos sistemas de domínio e do poder de estado para obter o que pretende”. Sendo assim, a ótica ecofeminista demonstra a necessidade de uma nova consciência que reconhece que todas as formas de vida mantêm-se através da cooperação, cuidado e amor mútuo. Essa perspectiva tem potencial de ir além dos padrões do patriarcado, que hierarquizam o poder e a interpretação de natureza na sociedade; é mais abrangente e profunda.

O ecofeminismo possibilita a percepção da terra como sujeito ativo, e não meramente algo para ser dominado e explorado. Questiona os modos de produção

ao revelar a destruição inerente à maioria das criações que o capitalismo definiu como produtivo, assim como concebe novos espaços para a criatividade e sensibilidade; ao invés de se apropriar, estimula os agrupamentos naturais (RODRIGUES, 2012).

### **3 SÍNTESE E PERCEPÇÕES**

A relação entre os sexos são construções sociais, e no Ocidente tal construção se deu com o masculino se sobrepondo e dominando o feminino; desde a pré-história, por parte dos homens da família, dos senhores patrões, capatazes, nobres, membros da igreja e do Estado. Esses mesmos atores, foram protagonistas no que se refere à dominação e exploração da natureza, principalmente após o desenvolvimento da agricultura pelo arado, quando se percebe que a técnica possibilitava o acúmulo de excedentes, marcando a volta do poder masculino na atividade e na vida pública.

A história do Ocidente é marcada pela invisibilidade das mulheres em uma história, até pouco tempo, apenas escrita e contada por homens. Existia até há pouco tempo uma escassez de informações e estudos acerca desse tema, e principalmente de estudos que tragam a relação entre mulher, natureza e espiritualidade. Atualmente, este quadro tem mudado.

Sem o tráfico de pessoas e a exploração da biodiversidade das colônias durante tantos anos, as cidades da Europa não poderiam ter esse modo de produção e esse formato de sociedade que tem hoje. O mesmo vale para o trabalho doméstico - como o trabalho que produz a força de trabalho - e a exploração da mulher, sem ela o sistema capitalista jamais teria sua configuração. Portanto, é necessário destacar a importância que a colonização, escravidão e o trabalho reprodutivo tiveram na história do capitalismo uma vez que esse sistema prosperou através da violência, por meio da opressão dos povos originários, escravizados, trabalhadores rurais, assalariados e mulheres.

Outra estratégia que impulsionou acumulação de capital na Idade Média foi a transformação do corpo feminino em ferramenta direta de procriação. Tal transformação estava sendo mediada pela igreja, pela medicina da época e pelo Estado, através de políticas que castigavam e executavam as mulheres que supostamente cometiam infanticídio. No Brasil colônia a medicina e a Igreja

exerceram papéis semelhantes. Além propagar as ideias que inferiorizavam o corpo feminino, a medicina passou a perseguir as mulheres que tinham conhecimento sobre como cuidar de seu corpo. E foi essa cultura feminina que passou a ser alvo de repressão por parte da igreja.

Ao longo da história, as mulheres tiveram papel fundamental no tratamento das enfermidades físicas e espirituais do seu povo e da sua família, tinham uma profunda conexão com seu corpo e com a natureza, bem como conhecimento sobre a auto cura e assim, faziam uso das plantas para tratar dos problemas físicos e energéticos que apareciam. A medida e que os homens tomaram o controle das estruturas sociais, a mulher foi forçada a reprimir suas práticas junto a natureza. O maior exemplo desse fenômeno foi a Caça as bruxas no final da Idade Média.

A economia colonial trazida da Europa tinha sua sustentação na mão de obra escrava, na dominação da mulher e na exploração da terra e dos animais. A ciência criou formas de controlar e fragmentar todas as formas de vida. Aos olhos da ciência e do capitalismo as mulheres e a natureza são fontes de matéria-prima e lucro. A exemplo da engenharia genética que estuda como manipular e transpor os limites naturais da reprodução das plantas e da mulher. A mecanização do parto transformou o nascimento em um momento traumático e temido por muitas mulheres. E, assim, a ciência reducionista demonstra como os ciclos naturais do corpo e da Terra são vistos como barreiras a serem derrubadas pela tecnologia a fim de se abrir um novo nicho de mercado.

As evidências apresentadas por este estudo mostram que, desde parte da pré história, os indivíduos do sexo masculino estão se colocando acima daqueles do sexo feminino. Com as transformações socioeconômicas e culturais, essa desigualdade só aumenta e é traduzida na forma de opressão e exclusão. O encobrimento do homem sobre a mulher é visto em todos os momentos da história nas regiões ocidentais. Sendo assim, o sistema capitalista, mesmo que de forma depredadora, apenas continuou com o padrão de apropriação das mulheres que acontece há séculos, através da reprodução das desigualdades e com a transformação do modo de uso dos seus corpos, conforme a demanda do sistema. Este último usurpou sua história, suas terras, seu tempo, seus conhecimentos, suas possibilidades, seus corpos, sua saúde, suas vidas, as tratou como objetos descartáveis, extraiu delas tudo que fosse útil a acumulação capitalista.

Todo ser humano transforma a natureza na qual vive e, de maneira sistêmica transforma os outros e a si mesmo. No entanto, essa transformação se intensifica com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, em um ciclo constante de exploração e produção, que busca sanar necessidades inventadas pelo próprio capital.

O feminismo é uma revolução cultural, dado que desafiou as mais variadas estruturas do sistema capitalista patriarcal contemporâneo. Como o sistema de saúde, a igreja, a mídia sexista e a indústria da moda. Foi um movimento que nasceu das ruas. Em toda a América Latina as mulheres se reuniram em associações de bairro, clube de mães, em conversas informais, em lutas por necessidades coletivas, como escolas, hospitais, saneamento básico, transporte, direito à terra e à segurança. Vem se mostrando ser uma luta social com potencial transformador, no que se refere aos direitos das mulheres civis e trabalhistas, na luta pelo fim dos diversos tipos de preconceito e injustiça social, no combate a violência doméstica e sexual e especialmente na tentativa de romper com a cultura patriarcal dessa sociedade machista e moralista que vivemos. O movimento feminista contemporâneo vem buscando se aproximar das especificidades culturais, em subdivisões, de acordo com a demanda de cada coletivo e/ou demandas sociais emergentes no geral.

O feminismo busca romper com o sexismo que existe na sociedade. O sexismo é o discurso ou comportamento baseado no preconceito e na discriminação sexual, assim como a exaltação exagerada do feminino ou do masculino. Precisamos combater o sexismo dentro de cada um, para com outras mulheres e homens antes de abraçar a luta do feminismo. Uma vez que todos nós nascemos e fomos criados para reproduzir comportamentos sexistas. Portanto, primeiro a luta é dentro de nós mesmos.

Acredito que o feminismo existe há muito mais tempo do que os registros que hoje temos disponíveis demonstram. Também defendo a ideia de que o feminismo existe há muito tempo, mas não com esse nome. Todas as mulheres que lutaram contra as ideias e sistemas impostos, que lutaram por suas terras e seus direitos, eram feministas. Indígenas, mulheres escravizadas, imigrantes, parteiras, feiticeiras, bruxas, benzedeadas, artistas, escritoras, estudantes, donas de casa, trabalhadoras, camponesas, dentre tantas outras mulheres que já praticavam os ideais feministas dentro de suas realidades e possibilidades.

Um dos principais debates do movimento foi quanto a questão de gênero. Ter um corpo feminino ou masculino não determina a condição social do indivíduo. Esse debate possibilitou desconstruir alguns estereótipos e abrir espaço para a diversidade e construção de outras identidades. Como o assunto da identidade é um tema que ocasiona problemas e traumas emocionais para quem sofre qualquer tipo de pressão por parte da sociedade, pode-se dizer que a discussão de gênero contribui na diminuição de problemas psicológicos advindos da discriminação.

O nosso formato atual de sociedade capitalista é incapaz de perceber seus próprios problemas, tampouco suas causas e soluções. Como os discursos midiático e estatal giram entorno do progresso econômico como resposta aos problemas sociais, a subjetividade humana está contaminada por uma ideia errônea que provoca mais confusão do que clareza. Essa mesma mídia também dificulta uma compreensão real sobre o que é o movimento feminista, dado que ela também é sexista e imersa na cultura patriarcal. E a maioria das crenças nas quais as pessoas estão presas, apenas fortalece a cegueira em relação à realidade. Essa situação contribui para a continuação das velhas relações coloniais, das quais o sistema capitalista é dependente para continuar mantendo sua estrutura.

A violência física já foi a principal forma de manter tal estrutura. Hoje a manipulação da mente através das mídias sociais, faz a maior parte do trabalho, com o suporte da cultura colonial patriarcal que já fora construída e solidificada nas consciências humanas, assim como do consumismo exacerbado. A estrutura patriarcal penetrou nas simbologias culturais e, dessa forma, justifica a violência e exploração da mulher, das populações vulneráveis e da Terra.

A violência contra a mulher é um problema de Estado. E é um fenômeno global que atinge diferenciadamente mulheres em idades variadas, de todas as classes sociais, religiões e culturas e tragicamente ganhou naturalidade perante a sociedade. A família é onde as agressões físicas e psicológicas acontecem na maioria dos casos.

O afastamento entre humano e natureza, a intervenção das máquinas, o estereótipo masculino e o sexismo que foram socialmente construídos e, obviamente, o capitalismo, são fenômenos que impulsionam o desejo de querer explorar a natureza e o corpo da mulher em dimensões sistêmicas devastadoras. A empatia e as conexões sensíveis com as mulheres e a natureza foram rompidas no

contexto do capital e transformadas em exploração. A ciência moderna e a igreja católica tiveram papéis expressivos nessa ruptura.

Cada uma das escolas ecológicas aqui mencionadas brevemente aborda aspectos importantes da questão ecológica. Embora a ecologia profunda seja mais completa por contemplar reflexões em torno das interações entre natureza, sociedade, filosofia, ciência e espiritualidade, ainda assim se faz necessária a contribuição das outras ecologias no que se refere aos aspectos socioculturais, uma vez que a ecologia social e a ecologia humana são escolas filosóficas que possuem caminhos para transformar essas relações que deterioram a mente humana e o ambiente.

Com questionamentos mais profundos e sistêmicos como propõe a ecologia profunda, as possibilidades de se obter soluções mais eficazes aumentam. Com a dimensão espiritual e a intuição mais aflorada, as crises emocionais e existenciais tendem a diminuir, e a clareza e compreensão tendem a aumentar. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida. Permite redescobrir o divino, a dimensão sagrada da existência. Como lembra Boff “[...] somos seres humanos nascidos do húmus, somos a própria terra, os seres humanos são uma única realidade complexa, não vivemos sobre a terra, somos a própria terra, aquela que chegou a sentir, a pensar, a amar, e hoje está alarmada.” (BOFF, 2002, p. 100).

O ecofeminismo considera todas as formas de dominação patriarcal e busca derrubar com elas e com as desigualdades sociais inerentes às atividades capitalistas. Nesse sentido, tem potencial de transformar a subjetividade humana em uma consciência que se afaste das ideias mecanizadas, sexistas e especistas.

Nessa perspectiva, o ecofeminismo, a ecologia profunda, a humana e a social tem potencial de derrubar com as hierarquias e relações coloniais, reconstruir as pontes ecológicas e transformar a subjetividade humana, a relação do indivíduo consigo mesmo, com os outros seres, com o trabalho e com a Terra e, dessa forma, a saúde da Terra também será transformada.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos espaços e tempos, as mulheres passaram por diversos juízos de valor, desde tempos de admiração e consideradas como seres sagrados; - em períodos em que os homens não compreendiam sua capacidade de procriação - com largos períodos em que foram julgadas como seres enviados pelo diabo, então foram reduzidas a inferioridade social e política e legalmente exploradas como escravas sexuais; até serem consideradas recurso, ora na esfera doméstica, ora na esfera pública, em uma relação entre opressão e acumulação de capital - violência e lucro.

As relações de gênero e com a natureza são permeadas por falsas percepções, desigualdades e poder. Nesse sentido, refletir e discutir gênero e ambiente é estar aberto a desconstruir pensamentos tóxicos que levam a comportamentos destrutivos como a violência contra a mulher, contra populações vulnerabilizadas e contra a Terra.

Sem uma radical mudança de paradigma e de modo de produção, a sociedade ocidental continuará caminhando por uma direção de deterioração individual e coletiva sem precedentes. As mudanças climáticas, a escassez de água, a fome e pobreza extremas, derivadas dessa deterioração nas relações humanas irão causar mais instabilidade e caos socioambiental. A crise ecológica é um problema que pertence a toda a humanidade. No entanto os impactos ambientais recaem de forma desigual entre a população.

Em uma sociedade imersa em insustentabilidade nas relações ecológicas - com outros humanos, com os animais, com o planeta, necessitamos, mais do que nunca, de uma nova mentalidade ecológica, que preze por uma relação sensível e sagrada com a natureza.

Sem perder minhas forças e esperanças de um presente e futuro melhor, socialmente justo, ambientalmente correto e economicamente viável, nutro-me das sábias palavras de Leonardo Boff (2002, p. 08) acerca de uma nova ética da vida:

“A esperança de que não vamos de encontro a um desastre mas ao encontro de um novo renascimento. As crises são purificadoras e o caos momentâneo prepara a irrupção de uma nova ordem mais alta e integradora. Todos os saberes, instituições e caminhos espirituais são convocados a oferecer sua contribuição e produzir luz”.

#### 4.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Tenho o intuito de continuar esse estudo através da leitura de outras autoras que trabalhem com o tema ecofeminismo, assim como me aproximar de movimentos populares de mulheres. Também desejo fazer uma pesquisa de campo pelo viés da saúde mental e violência contra mulheres que vivem em periferias urbanas

Sinto um profundo comprometimento em buscar compreender mais sobre as realidades e conflitos enfrentados pelos países da América Latina, e assim poder vivenciar de fato tudo o que vi e aprendi durante esse tempo na Gestão Ambiental, para que desta maneira eu não me torne mais uma cúmplice do silenciamento dos saberes e experiências populares por parte da globalização eurocêntrica e da homogeneização de mentes e hábitos por parte dos países do Norte.

## REFERÊNCIAS

ADOVASIO, James; SOFFER, Olga; PAGE, Jake. **O Sexo invisível: O verdadeiro papel das mulheres na pré história.** Rio de Janeiro: Record, 2009. 312 p. Tradução de Hermano de Freitas.

ANDERY, Maria Amália. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica.** In: A prática, a história e a construção do conhecimento: Karl Marx (1818-1813). 6 ed. São Paulo e Rio de Janeiro: EDUC/Espaço e Tempo, 1996.

AZEVEDO, Vanda Alves Torres. **Iyami: SÍMBOLO ANCESTRAL FEMININO NO BRASIL.** 2006. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Religião, Puc, São Paulo, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: A experiência vivida.** 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. 499 p.

BENINCÁ, Mainara da Costa; RIBEIRO, Dinalva Donizete; OLIVEIRA, Raquel Maria de. A percepção de natureza e as práticas produtivas dos camponeses dos assentamentos Santa Rita e Três Pontes (GO). **Geoambiente: Revista Eletrônica do Curso de Geografia - UFG/REJ**, Jataí, v. 32, p.136-153, set/dez 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/geoambiente/article/view/52033/26972>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BOFF, Leonardo. **Do iceberg à Arca de Noé. O nascimento de uma ética planetária.** Petrópolis: Garamond, 2002.

BOFF, Leonardo. **Ética da Vida: A nova centralidade.** Rio de Janeiro: Record, 2009. 175 p.

BOURDIEU, Pierre. **A DOMINAÇÃO MASCULINA.** 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160 p. Tradução Maria Helena Kühner.

BRASIL. Estatuto da Mulher Casada. Lei nº 4.1.21 de 27 de agosto de 1962.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1967.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Código Civil Brasileiro. Presidência da República. Brasília, 2002.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei nº. 11.340 de 07 de agosto de 2006. Brasília: Governo Federal, 2006.

BRASIL. Governo do Brasil. Cidadania e Justiça (Org.). **Cerca de 70% das mulheres sofrem algum tipo de violência ao longo de sua vida.** 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/06/cerca-de-70-das-mulheres-sofrem-um-tipo-de-violencia-ao-longo-de-sua-vida>>. Acesso em: 30 maio 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 119 p. Tradução Renato Aguiar.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. 25. ed. Rio de Janeiro: Cultrix, 1986. 432 p.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida: Uma Nova Compreensão científica dos sistemas vivos**. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 1996. 256 p. Newton Roberval Eicheberg.

CECCATO, Mônica Weiler. Saúde Mental e Qualidade de vida na diversidade local como possibilidades para o desenvolvimento e sustentabilidade. In: SIGNORELLI, Marcos Claudio; MÉLO, Tainá Ribas. **Diversidade, Inclusão e Saúde: Perspectivas Interdisciplinares de Ação**. Rio de Janeiro: Autografia, 2015. p. 95-113.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: Uma Perspectiva Global**. 3. ed. São Paulo: Inversos, 2015. 325 p. Tradução Marília Moschkovich.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **O movimento feminista no brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. 2005. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

D'ARÁDIA, Helena. **Pés descalços no sagrado feminino: Uma breve linha do tempo do feminino na história**. Rio de Janeiro: Memória Visual, 2018. 96 p.

DAUPHIN, Cécile et al. A história das mulheres, cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Gênero: Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero**, Niterói, v. 2, n. 1, p.7-30, 1 abr. 2000.

DINIZ, Mariana. **Para a história das mulheres na Pré-História: em torno de alguns atributos do discurso**. 2006. Disponível em: <[https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7136/1/PROM04\\_pp037-052.pdf](https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7136/1/PROM04_pp037-052.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2018.

DUBY, George; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente. A Antiguidade**. v. 1, Porto: Edições Afrontamento, 1990

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e Eurocentrismo**. 2005. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsdll/collect/clacso/index/assoc/D1200.dir/5\\_Dussel.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsdll/collect/clacso/index/assoc/D1200.dir/5_Dussel.pdf)>. Acesso em: 06 maio 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017. 464 p. TRADUÇÃO COLETIVO SYCORAX.

FELTRAN, Rafael Barbieri. Outro lado da fronteira agrícola: breve história sobre a origem e declínio da agricultura autóctone no cerrado. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, p.331-345, 26 nov. 2010.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, p.11-33, jul/dez 2009.

FUNARI, Pedro Paulo A.; FEITOSA, Lourdes Conde; SILVA, Glaydson José da. **Amor, desejo e poder na Antiguidade: Relações de gênero e representações do feminino**. Campinas: Unicamp, 2003. 401 p.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 238 p.

GARCIA, Loreley. **Meio ambiente e Gênero**. São Paulo: Senac São Paulo, 2012. 219 p. (Meio Ambiente). Coordenação José de Ávila Aguiar Coimbra.

D'EAUBONNE, Françoise. **As mulheres antes do patriarcado**. Lisboa: Vega, 1977. 255 p. Tradução Manuel Campos e Alexandra de Freitas.

GIFFIN, Karen. **Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde**. Cad. Saúde Públ, Rio de Janeiro, v. 10, p.146-155, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil – 6ª ed. - São Paulo:Atlas, 2008

GOMES, Gisele Ambrósio. **História, Mulher e Gênero**. 2009. UFJF. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2011/09/HIST%C3%93RIA-MULHER-E-G%C3%8ANERO.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto (Org.). **Os (des)caminhos do meio ambiente: recursos naturais e conservação da natureza**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 146 p.

GUATTARRI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus Editora, 2001.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas Arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 176 p. Tradução Ana Luiza Libânio.

IOP, Elizandra. Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais. **Visão Global**, Joaçaba, v. 12, n. 2, p.231-250, jul. 2009.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. 2018. Disponível em: <<https://garrafeminista.wordpress.com/2018/04/16/a-criacao-do-patriarcado-parte-gerda-lerner/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

LOVELOCK, James Ephraim. **Gaia: A Terra Viva**. 2010. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/268209870/Gaia-James-E-Lovelock>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

MENDES, Soraia da Rosa. *(RE)Pensando a Criminologia: Reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista*. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11867/1/2012\\_SoraiadaRosaMendes.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11867/1/2012_SoraiadaRosaMendes.pdf) Aceso em: 15 de março de 2019.

MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Algumas reflexões sobre a condição da mulher brasileira da colônia às primeiras décadas do século XX.. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 5, p. 01-12, 2010.

MEADOWS, Donella; MEADOWS, Dennis; RANDERS, Jorgen; BEHRENS, William. The limits to growth. New York: Universe Books, 1972.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **ECOFEMINISMO**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. 433 p. Tradução Fernando Dias Antunes.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 742 p. Tradução Neil R. da Silva.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

MONTEIRO, Christiane Schorr. As conquistas e os paradoxos na trajetória das mulheres na luta por reconhecimento. 2008. Disponível em ><http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp098527.pdf>> Acesso em: 12 de março de 2019.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 320 p.

PIMENTEL, Ana Cristina. **Medicalização e mercantilização do corpo e da vida das mulheres**: uma perspectiva feminista. 2016. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

PRIORE, Mary del. **História da gente brasileira**. São Paulo: Leya, 2016. 2 v.

PRIORE, Mary del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 678 p.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **Mulheres educadas na Colônia**. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.79-94.

RODRIGUES, Vera Mônica dos Santos. **Deep Ecology**: Princípios, Fundamentos e Fins. 2012. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

RUBIN, Gayle. "El tráfico de mujeres: notas sobre la 'economía política' del sexo". Nueva Antropología, México, v. VIII, n. 30, p. 95- 145, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth. **Violência de gênero no Brasil atual: Violência e assédio sexual.** 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16177/14728>>. Acesso em: 28 maio 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528 p.

SANTANA, Ediane Lopes de. As mulheres contra o patriarcado e as relações desiguais de gênero: aspectos teóricos e práticos no combate às opressões. **Universidade e Sociedade: aspectos teóricos e práticos no combate às opressões**, Brasília, v. 58, p.32-41, jun2016. ANDES-SN.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** 1995. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SILVA, André Candido da. **História das mulheres na idade média: abordagens e representações na literatura hagiográfica (século xiii).** 2014. Disponível em: <[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(14\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(14).pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SILVA, André Candido da; MEDEIROS, Márcia Maria. Sexualidade e a história da mulher na idade média: a representação do corpo feminino no período medieval nos séculos X a XII. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 7, n. 14, p.1-16, dez2013.

SILVA, Rodolfo Samir Jesus da. **“Só é bom quando os dois querem”**: estudo e criação de campanha publicitária ao combate da violência sexual feminina. 2014. 106 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social, Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2014.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em Comum: Para todas, todes e todos.** 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 126 p.

TOLENTINO, Zelma Tomaz; OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. Pachamama e o direito à vida: uma reflexão na perspectiva do novo constitucionalismo latino-americano. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p.313-335, jan. 2015.

Triviños, Augusto Nivaldo Silva - **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação** - São Paulo: Atlas, 1987.

URBAN, Teresa. **Saudade do Matão: Relembrando a História da Conservação da Natureza no Brasil.** Curitiba: Ufpr, 1998. 371 p.

VIEIRA, Paulo Freire. **Do desenvolvimento local ao codesenvolvimento territorial.** 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2013v10n2p119>>. Acesso em: 30 abr. 2019.